

# DIÁLOGOS SOBRE A CIDADE

arquitetura, paisagem e cotidiano

ALESSANDRA SOARES  
DAYSE LUCKWÜ  
SIDNEY PEREIRA

 **iesp**  
Instituto de Estudos  
e Pesquisas em Arquitetura e  
Urbanismo

# DIÁLOGOS SOBRE A CIDADE

arquitetura, paisagem e cotidiano

ORGANIZADORES

ALESSANDRA SOARES  
DAYSE LUCKWÜ  
SIDNEY PEREIRA

DIREÇÃO GERAL

ÉRYKA MARQUES

DIREÇÃO ACADÊMICA

IANY BARROS

CORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PEDRO ROSSI



ISBN 9788555970108

Diálogos sobre a cidade: arquitetura, paisagem e cotidiano N. 1  
Org.

Alessandra Soares de Moura

Dayse Luckwü Martins

Sidney Pereira dos Santos Junior

Livro do Curso de arquitetura e Urbanismo do IESP  
Instituto de Educação Superior da Paraíba

Direção Geral

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

Direção Acadêmica

Iany Cavalcanti da Silva Barros

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo  
Pedro Freire de Oliveira Rossi



Outubro  
2017

<b>Introdução</b>	5
Alessandra Soares de Moura	
Dayse Luckwü Martins	
Sidney Pereira dos Santos Junior	
<b>A paisagem dos primeiros núcleos urbanos no Brasil: semelhanças e singularidades</b>	9
Dayse Luckwü Martins	
<b>Memória urbana: reabilitação de Centros Históricos, adversidades e soluções</b>	35
Matheus da Silva Martins	
Anne Camila Cesar Silva	
<b>São Paulo, uma Metrópole em busca de uma imagem para o século XX</b>	51
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti	

<b>Passagens</b>	67
Artur Maia	
<b>Estudo exploratório da estrutura urbana de uma cidade de porte médio por intermédio de ferramentas digitais: o entorno imediato de um shopping center em João Pessoa, Paraíba</b>	80
Sidney Pereira dos Santos Junior	
Milena Dutra da Silva	
<b>Pelos “cantos” da cidade: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba</b>	100
Alessandra Soares de Moura	
JovankaBaracuhy Cavalcanti Scocuglia	
<b>No rastro do flaneur contemporâneo: O corpo idoso e suas experiências no centro da cidade de João Pessoa</b>	133
Marcela Dimenstein	
Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia	

# Introdução

Alessandra Soares de Moura

Dayse Luckwü Martins

Sidney Pereira dos Santos Junior

*Diálogos sobre a cidade: arquitetura, paisagem e cotidiano* é um livro que busca observar a interface urbana sob múltiplos olhares, estabelecendo a comunicação entre temáticas e contextos espaços-temporais diversos. Arquitetura, paisagem e cotidiano dialogam através de um objeto único: a Cidade, “a coisa humana por excelência” nas palavras de Lévi-Strauss (1957, p. 126). Nesse sentido, os artigos aqui reunidos analisam diferentes contextos, tomando a urbe como um grande laboratório de possibilidades de estudo e contribuindo ao abrir o leque de abordagens na interlocução com problemáticas urbanas que permeiam distintos campos disciplinares.

Deste modo, **“A paisagem dos primeiros núcleos urbanos no Brasil: semelhanças e singularidades”**, Martins busca observar que a paisagem dos primeiros núcleos urbanos no Brasil foi marcada por semelhanças e singularidades fazendo com que as mesmas apresentem traços de referências muito fortes com o seu passado colonial. A urbanística portuguesa, o seu modo de fazer, estiveram presente nos elementos que configuraram as nossas cidades como marcas legadas à contemporaneidade. Busca investigar a paisagem dos núcleos urbanos no Brasil dos séculos XVI e XVII utilizando a iconografia do período a partir da narrativa de Manuel Teixeira no texto “O urbanismo português no Brasil nos séculos XVI e XVII”.

Através de um compilado de informações acerca da preservação do patrimônio histórico cultural, bem como seu valor e relevância para a sociedade contemporânea, Silva propõe um debate a respeito das intervenções realizadas por intermédio do poder público, ao mesmo tempo em que relata sobre possíveis conflitos e problemas que podem surgir nesse processo no artigo **“Memória Urbana: reabilitação de centros históricos, adversidades e soluções”**. Expondo e contestando algumas dessas contrariedades em relação à memória urbana, o interesse do mercado do consumo da cultura e a expulsão dos que constituem e residem nesses locais, propondo também algumas alternativas para a solução e/ou controle desses conflitos.

Cavalcanti, em **“São Paulo, uma MetrÓpole em busca de uma imagem para o século XX”**, traz o cinema como uma eficaz ferramenta na criação da imagem de uma cidade e ao utilizar-se de suas capacidades próprias, põe o espaço urbano em cena, abrindo possibilidades de debate e interpretação. Um gênero cinematográfico que exerce esse poder é o das sinfonias urbanas, popular na década de 1920. O filme ‘São Paulo, a Sinfonia da MetrÓpole’ (1929) de Kémeny e Lustig, adapta às necessidades brasileiras o modelo canônico do gênero estabelecido por ‘Berlin: Die Sinfonie der Großstadt’ (1927), de Walter Ruttmann. O presente artigo confronta os filmes investigando como dois exemplos esteticamente tão similares criam imagens tão distintas de cidade.

No panorama atual das cidades brasileiras, Santos Junior & Dutra abordam os shopping centers como centralizadores de variados tipos de serviços e comércios em um único lugar no artigo **“Estudo exploratório da estrutura urbana de uma cidade de porte médio por intermédio de ferramentas digitais: o entorno imediato de um shopping center em João Pessoa (PB)”**, destacando-se como um núcleo de atração comercial. A implantação de um shopping center no tecido urbano de uma cidade tem um forte papel no processo de estruturação de novas

centralidades, entretanto criam condições desfavoráveis para o sistema urbano. O artigo tem como objetivo a avaliação da potencial área de influência do Mangabeira Shopping em João Pessoa, Paraíba, utilizando ferramentas digitais da análise métrica da paisagem e da análise sintática do espaço, observando a relação entre lotes de uso comercial e de serviço com a estrutura urbana no entorno imediato deste grande equipamento urbano.

Soares & Scocuglia em seu artigo intitulado **“Pelos ‘cantos’ da cidade: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba”** tratam das experiências espaciais e socioculturais vinculadas ao trabalho informal nas ruas, representando um esforço de aprofundamento no debate acerca da cidade contemporânea e suas dinâmicas socioespaciais. O foco são as formas de produção e reprodução dos espaços públicos atravessados pela diversidade de usos e pelas apropriações que os cidadãos neles imprimem por meio de suas práticas e representações cotidianas. O objetivo principal deste artigo é problematizar alguns conflitos contemporâneos no espaço urbano, pondo em debate a experiência urbana, compreendida na relação entre prática cotidiana e urbanismo.

A paisagem das cidades contemporâneas tem sido marcada por contradições que evidenciam novas relações entre corpo e cidade, homem e espaço/tempo. Dimenstein & Scocuglia, em **“No rastro do flaneur contemporâneo: O corpo idoso e suas experiências no centro da cidade de João Pessoa”**, procuram identificar resistências à homogeneização e padronização de um modelo de cidade, buscando os rastros de um praticante da cidade, de um agente perdido na modernidade urbana: o flaneur. O foco da investigação se voltou para os idosos que praticam a flanerie no centro de João Pessoa, Paraíba, através da observação de campo e a entrevista semiestruturada, ferramentas importantes da arquitetura e urbanismo em seu diálogo com outras

disciplinas, em especial, a antropologia, a sociologia, as artes e a geografia.

O livro *Diálogos sobre a cidade: arquitetura, paisagem e cotidiano* ainda conta com o ensaio fotográfico "**Passagens**", do fotógrafo Artur Maia. Realizado entre 2014 e 2016, traz registros feitos em dez diferentes cidades (Berlim, Paris, Lisboa, Florença, Praga, Zagreb, Tirana, Tragumna, Dublin e João Pessoa). É um ato estético entre a escrita e leitura do espaço, onde o caminhante tem uma percepção única de leitura do mundo proporcionada pelo próprio ato de caminhar, ao mesmo tempo em que escreve o seu percurso no espaço. Em um contexto de cidades movidas por uma lógica do medo e da violência, parece que caminhar se torna ato de resiliência, buscando ser um estímulo à esta ação que é parte fundamental da nossa condição humana.

# A paisagem dos primeiros núcleos urbanos no Brasil: semelhanças e singularidades

*Dayse Luckwü Martins*

A motivação para a escolha do tema para desenvolvimento do artigo partiu da leitura do texto de Manuel Teixeira: “O urbanismo português no Brasil nos séculos XVI e XVII”, e da própria experiência com estudos acerca da cartografia produzida por portugueses e holandeses também nos séculos XVI e XVII. A leitura do texto despertou para a possibilidade de interpretação do mesmo através da cartografia, que trataremos como iconografia, estudo das imagens, das cidades abordadas no texto de Teixeira (1999). Embora sua narrativa seja muito clara acerca dos elementos que compõem a morfologia urbana das cidades fundadas entre os séculos XVI até o XVIII, o autor não utiliza as imagens para fins de exemplificação, mesmo que, ao final do texto traga mapas de Salvador – BA e do Rio de Janeiro – RJ.

Assim, nosso objetivo consiste em investigar a paisagem dos núcleos urbanos no Brasil dos séculos XVI e XVII utilizando a iconografia do período a partir da narrativa de Manuel Teixeira no texto descrito acima. Buscaremos observar as imagens identificando semelhanças e singularidades nesses primeiros assentamentos portugueses.

Desta maneira estruturamos o presente artigo em quatro partes: a primeira diz respeito a introdução do tema, a motivação para o mesmo, objetivo e a estruturação do artigo. Na segunda parte, fazemos uma fundamentação teórica onde utilizamos o conceito de paisagem, pois é

isto que queremos observar, a paisagem primeira de algumas cidades brasileiras em seu período de formação. Utilizaremos também o conceito de iconografia, segundo Panofsky, para entendermos o que são esses mapas fonte de nosso estudo, percorrendo sobre a importância da produção cartográfica para o entendimento dessa paisagem em formação.

Na terceira parte procedemos a análise de fato da iconografia dos séculos XVI e XVII. Ressaltamos que utilizamos não só a produção cartográfica portuguesa, mas também, a produção dos mapas holandeses para a análise dos fatos urbanos que queremos analisar. Isto porque a cartografia holandesa é muito vasta e pode contribuir de maneira elucidativa para este trabalho. Utilizamos o arquivo de imagens do livro *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* de Reis Filho (2000). E finalmente, a quarta e última parte apresenta as considerações finais com os resultados de nossa análise.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Partimos do conceito de paisagem para fundamentar nossa intenção de pesquisa. Consideramos que tal conceito fornece pistas fundamentais para interpretarmos os relatos narrativos e imagéticos que procedemos. O texto de Teixeira (1999) inicia-se observando a herança urbanística portuguesa nos séculos XVI e XVII a partir de experiências urbanísticas em seu próprio território o que viria a servir de modelo para a construção de seu vasto império colonial. Estas experiências foram modelos de referência bastante fortes que asseguraram uma identidade formal e estrutural, sejam modelos vernáculos ou eruditos de diferentes momentos, à construção dos núcleos de povoamento não só no Brasil, mas em outras terras conquistadas, ou seja, o fazer português em suas colônias, tiveram como espelho as suas próprias referências construtivas.

Tal observação feita por Teixeira nos remete a um conceito de paisagem formulado por Augustin Berque, o conceito de *paisagem marca* e de *paisagem matriz*. Segundo Berque:

A paisagem é marca, pois expressa uma civilização, mas é também matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam em um certo sentido a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (BERQUE, 1998, pág. 85).

De onde depreendemos que a paisagem das cidades construídas pelos portugueses no Brasil pode ser considerada, ou acabou por se tornar com o passar do tempo, marca, pois expressou a civilização que a trouxe enquanto esquemas construtivos e referências, e também matriz, uma vez foi parte de um esquema estratégico de concepção e também de ação. Tal verificação se comprova ao olharmos para os primeiros núcleos urbanos fundados pelos donatários, seus modelos de referência eram as cidades medievais portuguesas. Tal conceito analisado à luz do universo das conquistas lusitanas faz cair por terra a percepção de autores como Buarque de Holanda (1995) de que as cidades de origem portuguesa eram marcadas pelo “desleixo” em contraposição à urbanística espanhola.

Observaremos na próxima parte do artigo através das imagens alguns elementos-chave da morfologia urbana das cidades portuguesas transpostos para as colônias portuguesas e detidamente o Brasil, elementos esses que faziam parte de toda uma estratégia de ocupação do território. Todavia, neste momento, gostaríamos de nos deter em um ponto específico que se constituiu em uma marca de grande parte das primeiras cidades, ou povoações, no território brasileiro, que diz respeito

a escolha do sítio em acrópole, estruturando a cidade em dois níveis com funções distintas. O que queremos discutir nesse ponto não é só a questão estratégica ou militar, mas a questão simbólica que o cume alto evoca enquanto possibilidades de apreciação da paisagem. Segundo Cueco (1995), nota-se que na maior parte das culturas os pontos de vista de onde se descortina amplamente o território, os pontos culminantes, constituem os sítios aos quais se aplica a noção de beleza. Este aspecto, que viria dotar as cidades brasileiras fundadas durante os primeiros séculos de colonização portuguesa, legou uma marca impressa na paisagem e que, do nosso ponto de vista constitui um elo com esse passado, mas que também remete a questões simbólicas que marcaram esses primeiros núcleos.

Além dos aspectos simbólicos que emergem do conceito de paisagem, precisamos investiga-la de maneira mais objetiva, buscando os registros de época para nos auxiliar na visualização dos sítios urbanos trabalhados no texto de Teixeira. Aqui o estudo da paisagem é de grande valia, pois a paisagem como pode ser apreendida de diversas maneiras. Ainda segundo Cueco:

Do ponto de vista de nossa cultura universitária, a "paisagem" é uma velha noção militar que codifica o espaço da conquista, o campo de batalha, a zona de combate. Os registros, os esboços das campanhas militares obedecem às convenções presentes na obra de técnicos ou de artistas (CUECO, 1995).

A representação dessa paisagem através de mapas e vistas feitas a partir dos viajantes, mas principalmente pelos engenheiros militares, constituiu-se em uma fonte de pesquisa muito importante sobre esse momento de

formação de nossas cidades. Besse nos aponta um caminho para investigar a paisagem: “ler a paisagem é extrair formas de organização do espaço, extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias” (BESSE, 2006, pág. 64). Todavia, para ler esses documentos é necessário ter em mente que os mesmos foram produzidos por uma cultura, em um contexto específico, e, portanto, sofreram a influência de uma época e de um meio ambiente. No caso do contexto dos séculos XVI e XVII, muitas vezes esses documentos foram secretos ou preparados para presentear nobres e reis.

Recorremos à teoria iconográfica para estudar os mapas e vistas aqui apresentados. Segundo Panofsky, “a iconografia é, portanto, a descrição e classificação das imagens” (PANOFSKY, 1949, p.53). Para descrever e classificar o que queremos analisar precisamos ter em mente que havia uma intenção consciente para produção dessa iconografia, uma vez que era produzida com o propósito de mapear rigorosamente e informar sobre as terras descobertas no novo continente. Finalmente, temos que levar em conta que estas imagens foram produzidas não só como fonte de informação, mas também para serem oferecidas como presentes aos nobres e reis, como já dito, dando a dimensão de suas terras, ou seja, como forma de apropriação de um território e para isso assumiam o estatuto de obra de arte, requerendo requintes de acabamento. E por possuírem este estatuto de objetos de arte, esta produção estava comprometida com a subjetividade dos autores que as produziam. Subjetividade essa, reveladora de um gosto, de um estilo de determinada época e de uma concepção de mundo. Concluímos com uma observação de Panofsky sobre o estudo iconográfico “A iconografia é de auxílio incalculável para estabelecimento de datas, origens e, às vezes, autenticidade; e fornece as bases necessárias para quaisquer interpretações ulteriores” (PANOFSKY, 1949, p.53). Assim, passamos a análise da iconografia das cidades descritas por Teixeira (1999).

## ANÁLISE ICONOGRÁFICA

Teixeira (1999) aponta que as cidades coloniais possuíam características particulares resultantes dos papéis específicos a que se destinavam dentro da lógica de ocupação do território. É importante explicar que para nossa análise observaremos as cidades descritas pelo autor. Das sete cidades fundadas pela coroa portuguesa nas terras brasílicas, Salvador, Rio de Janeiro, João Pessoa, São Luís, Cabo Frio, Belém e Olinda, quatro são trabalhadas de forma descritiva pelo autor e é sobre essas que voltamos a análise em tela, bem como sobre João Pessoa por ser objeto particular de interesse.

Para o estudo iconográfico estruturamos categorias de análise conforme segue abaixo:

Categorias morfológicas	Observações
Ruas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Largura (vias principais);</li><li>- Direção (paralelismo com relação ao rio ou mar);</li><li>- Elemento marcante (praça, largo, construção);</li></ul>
Sítio	Topografia
Quadras	Formato (retangular, quadradas)
Lotes	Formato dentro da quadra
Largos/ praças	Importância da localização
Principais edificações	Localização (indutores de crescimento)

Em ordem cronológica iniciamos com a primeira cidade fundada pela Coroa Portuguesa em 1548, data do regimento de D. João III, a cidade de Salvador.

## **SALVADOR**

Salvador possui dois momentos de sua implantação, um primeiro marcado por um traçado de origem medieval e um segundo marcado por características mais renascentistas quando da intervenção da Coroa portuguesa tornando a cidade sede do governo central no Brasil.

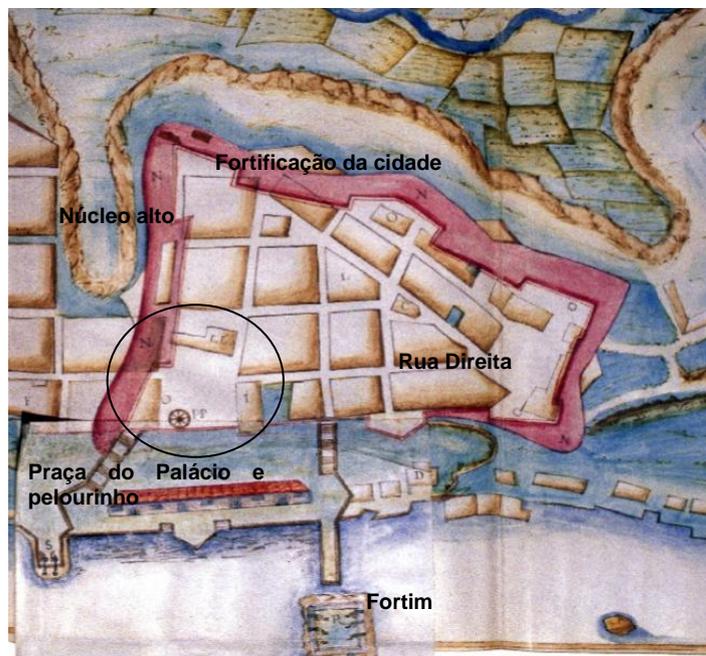


Figura 1: Detalhe mapa de Salvador. Fonte: REIS FILHO, 2000.

Na imagem acima, Figura 1, destacamos o núcleo mais antigo de Salvador onde se observa os quarteirões de forma mais alongada de origem

medieval como nos indica Teixeira (1999, pág. 225). A rua Direita (indicada) paralela à linha do mar desemboca na praça do Palácio e demonstra a importância dessa rua no urbanismo colonial. Na Praça do Palácio importante elemento estruturador da malha urbana, encontra-se o Palácio dos Governadores, o Paço do Conselho e a Casa da Fazenda.

Vê-se na imagem a seguir o núcleo baixo da cidade com atividades portuárias e voltadas para o comércio. Teixeira (1999, pág. 225) aponta que de início a ocupação se desenvolveu mais na cidade baixa com habitações e a construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Vê-se também o fortim indicado no mapa acima.

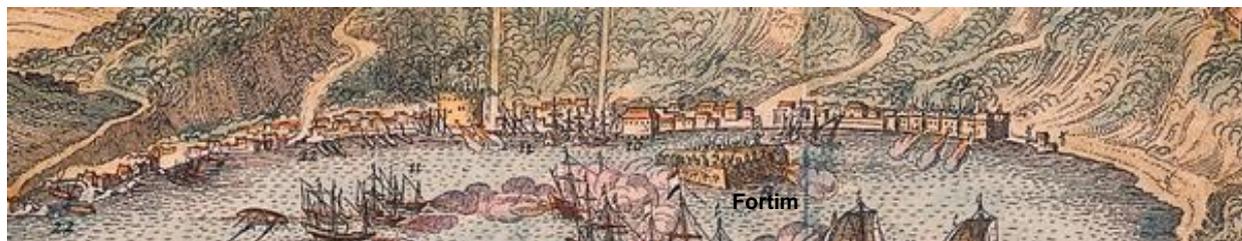


Figura 2: Vista da cidade baixa de Salvador. Fonte: REIS FILHO, 2000.

A imagem a seguir mostra o segundo momento de expansão da cidade com utilização de um traçado de origem renascentista: observa-se maior regularidade das quadras com forma mais quadrada e a praça central constituída pelo Terreiro de Jesus. Cabe ressaltar como bem aponta Teixeira que “o Terreiro de Jesus foi concebido desde o início como um espaço regular e pelas características que possui, terá sido o verdadeiro elemento gerador da malha urbana envolvente” (TEIXEIRA, 1999, pág. 227). O terreiro serviu de influência para outros terreiros, bem como, para aldeias e reduções construídas pelos jesuítas. Destaca-se que o mosteiro de São Bento viria a se localizar em lado oposto ao segundo núcleo de expansão. Tais construções, de fato, seriam indutoras do crescimento urbano em suas direções.



Figura 3: Detalhe mapa de Salvador. Fonte: REIS FILHO, 2000.

A continuidade da rua Direita nessa expansão da cidade, conduziria a praça da Sé. A imagem abaixo, Figura 4, mostra os dois níveis da cidade. Teixeira destaca ainda que relatos de época mencionavam a semelhança com a cidade do Porto e Lisboa.

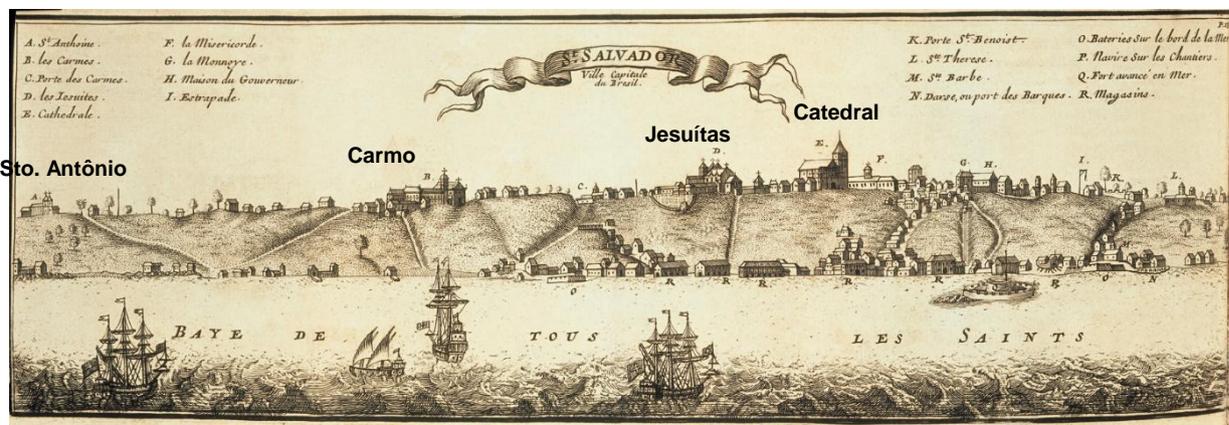


Figura 4: Vista da cidade de Salvador. Fonte: REIS FILHO, 2000.

Destacamos assim, algumas observações com relação à iconografia da cidade, um primeiro ponto diz respeito a riqueza de detalhes descritivos que o autor Manuel Teixeira faz em seu texto que se tornam muito elucidativos sobrepostos às imagens e que permitem visualizar a Salvador colonial. Outro ponto diz respeito às revelações das imagens, pois podemos ater o olhar para detalhes do relevo, das áreas destinadas ao cultivo, pontos ou cursos de água, caminhos no território. Tudo isso compreende a realidade do universo colonial de manutenção da vida cidadina e que muitas das vezes são permanências legadas aos dias atuais.

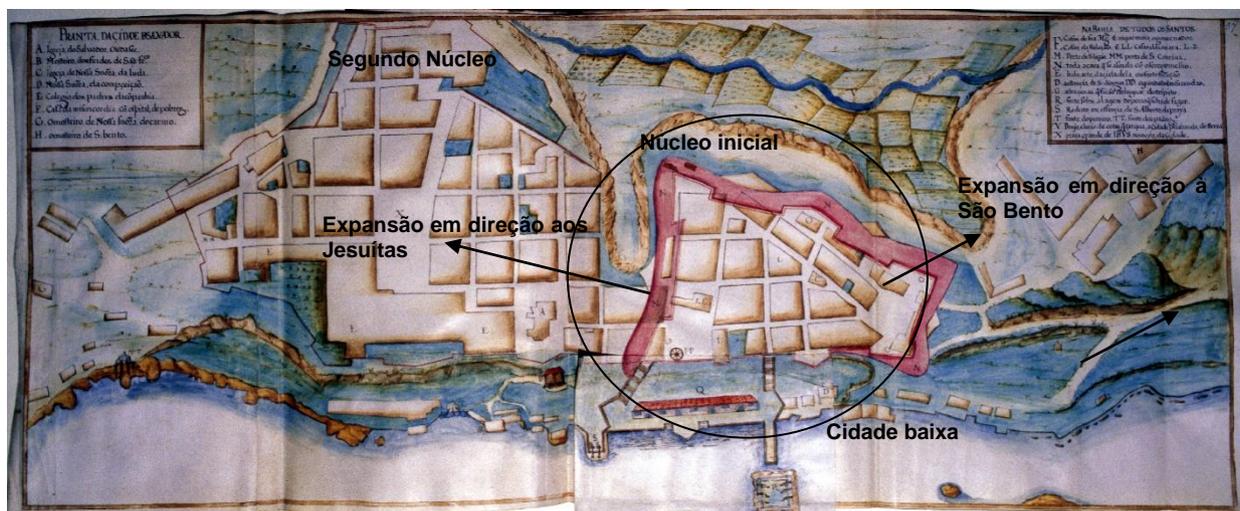


Figura 5: Detalhe mapa de Salvador. Fonte: REIS FILHO, 2000.

## RIO DE JANEIRO

Fundada em 1570 o Rio de Janeiro no primeiro momento não tinha a importância de Salvador e sua função era de defesa militar por sua localização mais ao sul do território. Este quadro só mudaria a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais.

Diferentemente de Salvador a cidade desenvolveu-se ao longo e ao nível da costa. Utilizou parâmetros ortogonais para sua estruturação. Teixeira (1999) comenta que o Rio de Janeiro assemelha sua forma urbana com as cidades dos Açores e da Madeira. Morfologicamente as ruas principais se localizam paralelas a linha do mar, como observamos a rua Direita e as ruas perpendiculares a essa seriam as que conduziriam a expansão da malha para o interior do território que segundo Teixeira:



de morros do Rio de Janeiro conformou uma paisagem única e configurou uma ocupação singular para a cidade, sem, contudo, se desvencilhar dos modelos de urbanísticos portugueses. A topografia do sítio é a singularidade que assinala a paisagem do Rio de Janeiro até os dias atuais.



Figura 8: Vista do Rio de Janeiro. Fonte: REIS FILHO, 2000.

Destacam-se os elementos marcantes dessa urbanística presente no meio urbano: os largos e praças definidas pelos poderes religioso e civil. Teixeira (1999, pág.229) aponta que, dado o número de equipamentos urbanos presente na malha urbana já no século XVI, a cidade devia ser bem povoada nesse período.



Neves ainda no século XVI, para em seguida descrevermos as cidades de São Luís do Maranhão e Belém do Pará como dois exemplos criados pela Coroa no século XVII. Momento esse da colonização, onde o Brasil já contava com a atuação mais ampla de engenheiros militares.

## **JOÃO PESSOA<sup>1</sup>**

Embora Teixeira (1999) não faça uma descrição da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, apenas mencione como parte do contexto de criação das cidades reais, incluímos a mesma em nosso artigo, primeiro por estar totalmente dentro do contexto estudado e segundo por ser objeto particular de interesse.

Não nos ateremos aqui aos fatos históricos de fundação, mas aos fatos urbanos. Um primeiro aspecto a destacar foi a fixação de pontos de defesa que garantiram a ocupação do território e a implantação do núcleo urbano que estrategicamente se localizaria em um braço do rio em terreno de topografia elevada com possibilidade de visualização do entorno. Em contrapartida, a cidade não era vista para quem adentrava o território por via fluvial até se alcançar a curva do rio como vemos na figura 9. Essa configuração do terreno favoreceu a guarda de toda a região. Esses foram critérios norteadores para a escolha do sítio onde a cidade seria implantada como analisamos nos mapas.

---

<sup>1</sup> Para esse artigo, adotaremos o nome da cidade atual, João Pessoa, embora a historiografia relate a sucessiva mudança de nomes da mesma: Filipéia de Nossa Senhora das Neves, Cidade Frederica, Parahyba, João Pessoa.

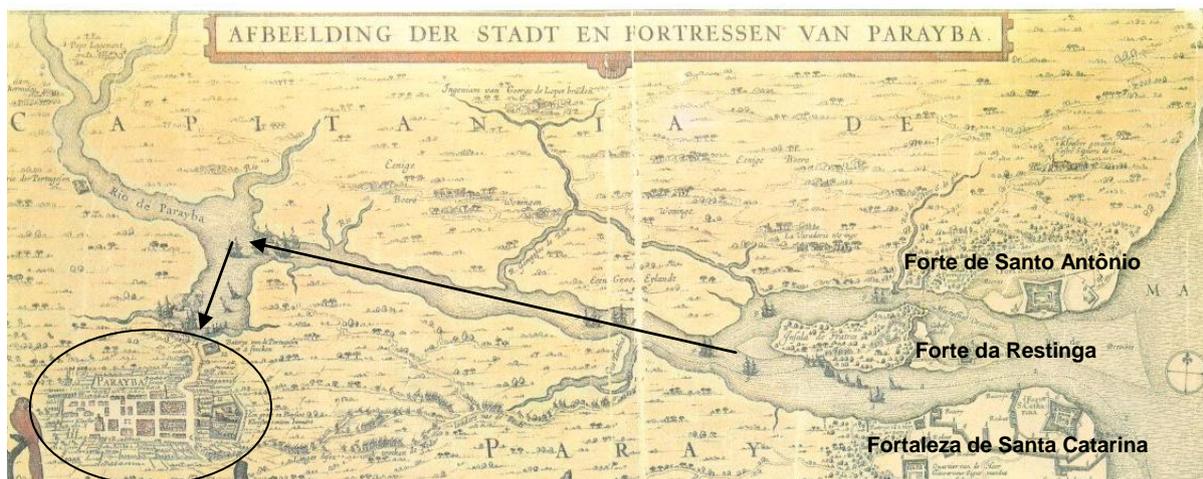


Figura 10: Mapa da Paraíba. Fonte: REIS FILHO, 2000.

O sítio como vemos na imagem abaixo, Figura 10, pintada por Frans Post, enquadrava-se perfeitamente na estratégia portuguesa de cidade construída em dois planos como vemos em Salvador, o que nos remete a Teixeira (1999) quando observa que as cidades fundadas pela Coroa assumiram funções específicas dentro do território brasileiro.

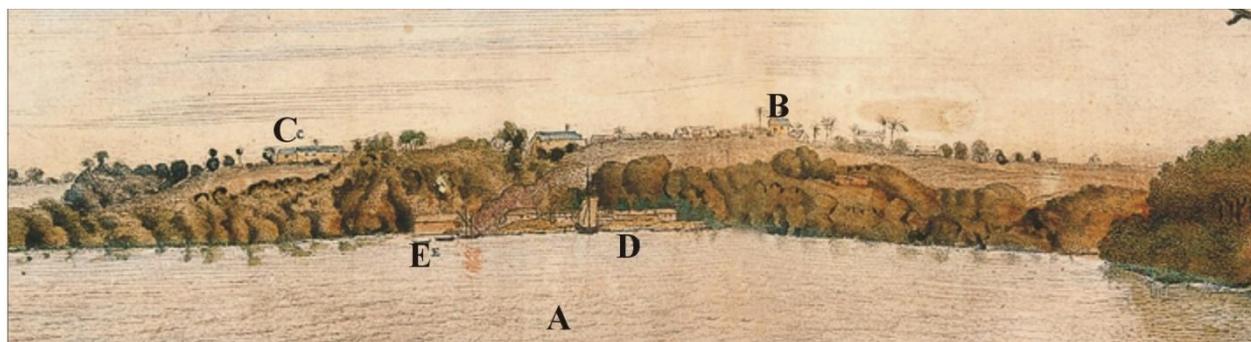


Figura 11: Vista intitulada "Parayba. Vemos uma vista da cidade a partir do rio cuja legenda indica: A - Rio, B - Civitas Parayba, C - Convento de São Francisco, D -

Fortaleza de pedra, E – Armazém de mercadoria. Fonte: Barléu,1647, (imagem 27) CD-ROM

Ao analisarmos o tecido urbano da cidade encontramos um plano regular, com quadras mais alongadas o que levaria a divisão de lotes compridos no sentido longitudinal e frentes mais estreitas. A divisão funcional entre cidade alta e baixa também obedecia às funções típicas da urbanística portuguesa, com a consequente instalação dos armazéns e atividades portuárias no plano mais baixo, ficando a cidade alta com as funções administrativas e religiosas como apontadas no mapa abaixo. Muito se discute sobre a influência do modo de fazer cidades espanhol e seu rebatimento na cidade de João Pessoa, uma vez que a cidade teve seu momento de nascimento no período da união ibérica, mas é fato que a marca portuguesa é muito presente em vários aspectos desde a escolha do sítio à conformação do traçado urbano.

Outro fator de destaque, já observada em outras cidades diz respeito ao traçado das ruas, a exemplo da rua Direita, paralela à linha do rio interligando importantes construções e espaços públicos, como vemos no mapa, esses, muitos claros como elementos estruturadores do espaço urbano. Outra semelhança que encontramos em João Pessoa é a implantação de, principalmente, ordens religiosas, a exemplo do colégio jesuíta fora da malha urbana servindo como elemento indutor do crescimento urbano em sua direção.



Figura 12: Mapa de João Pessoa. Fonte: REIS FILHO, 2000.

Após uma breve observação da constituição da malha urbana de Salvador, do Rio de Janeiro e de João Pessoa, surgidas nos séculos XVI, passamos a descrição das cidades de São Luís do Maranhão e Belém do Pará como dois exemplos criados pela Coroa no século XVII. Neste momento da colonização o Brasil já contava com a atuação de engenheiros militares

mais amplamente, e não por acaso, adotaram um plano urbanístico com características mais renascentistas.

## **São Luís**

Fundada em 1615, seu plano é atribuído ao engenheiro-mor do Brasil Francisco Frias e é um exemplo de cidade que adotou um plano regular de uma quadrícula ortogonal com praça central com a igreja do Carmo em seu centro. A cidade desenvolveu-se a partir de uma fortificação. A sua topografia mais plana favoreceu uma melhor adequação do traçado em quadrícula. Não se percebe uma diferenciação quanto a largura de vias. Em seu texto Teixeira não descreve tão minuciosamente os elementos edilícios da cidade e compara com a cidade de Belém dada a contemporaneidade de suas fundações. Todavia, é possível observar alguns elementos próprios da urbanística portuguesa, a implantação em local estratégico na desembocadura de um rio e pela análise da imagem, embora as quadras assumam uma forma mais quadrada a divisão dos lotes segue o parcelamento português com lotes alongados.



Figura 13: Vista de São Luís. Fonte: REIS FILHO, 2000.

O perfil da cidade de São Luís mostra a topografia da cidade sem grandes diferenças de cotas.

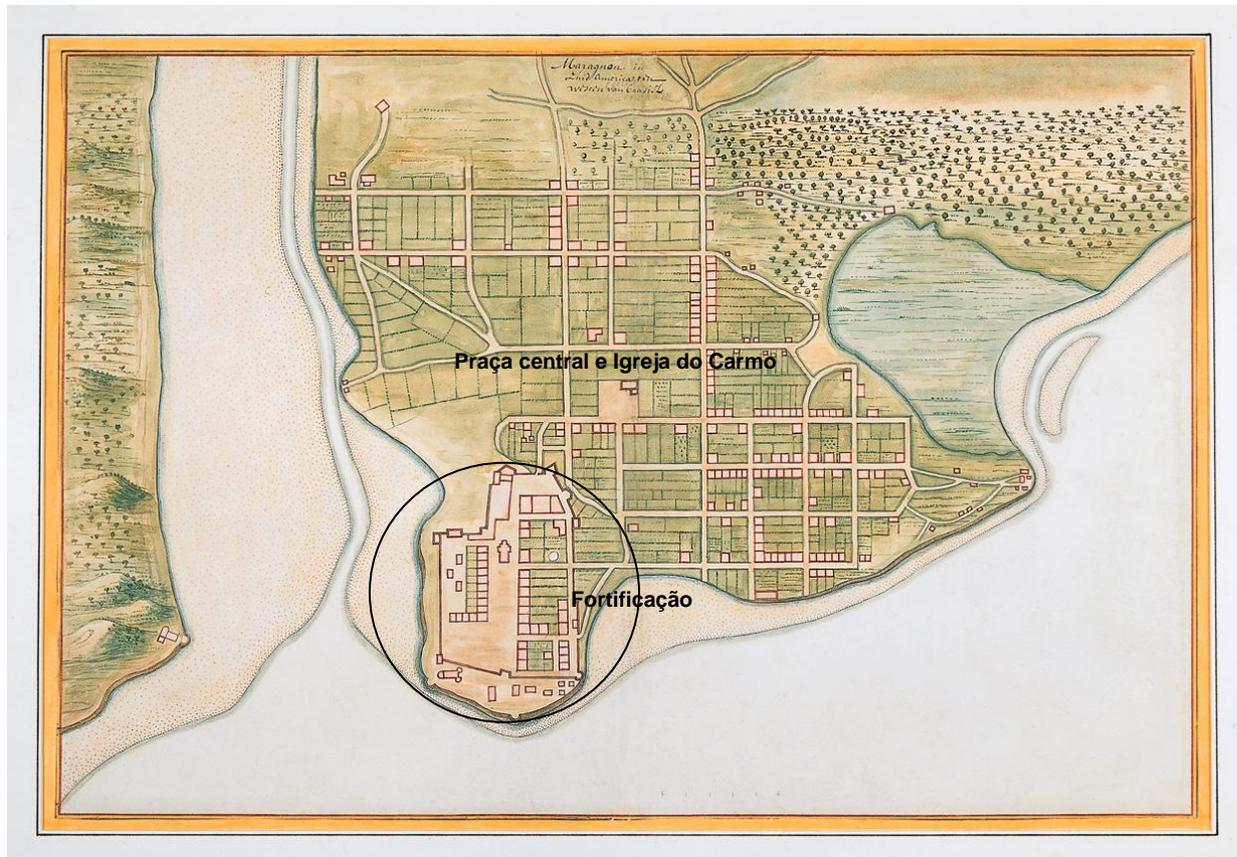


Figura 14: Mapa de São Luís. Fonte: REIS FILHO, 2000.

## BELÉM

Por sua vez, a cidade de Belém, possui duas malhas urbanas com traçado distinto, construídas simultaneamente e com estruturas ortogonais separadas por um curso d'água como demonstra o mapa a seguir, Figura 14. Belém foi fundada partir do forte do Presépio.



Figura. 15: Mapa de Belém. Fonte: REIS FILHO, 2000.



Figura 16: Mapa de São Luís. Fonte: REIS FILHO, 2000.

É nítida a diferença dos dois traçados um de quadras mais alongadas e o outro de traçado mais quadrado. A cidade apresenta duas praças centrais que serviram como elemento estruturador de sua organização espacial. É importante destacar o que Teixeira aponta sobre as cidades de São Luís e Belém:

Embora de fundação contemporânea, as cidades de São Luís do Maranhão e de Belém apresentem-nos tipos distintos de traçados e de praças urbanas. No caso de São Luís do Maranhão, um traçado organizado como um todo e obedecendo a um puro traçado ortogonal; no caso de Belém, um traçado composto por malhas distintas, sensivelmente

ortogonais, mas respondendo às particularidades do sítio (TEIXEIRA, 1999, pág. 221).

Com isso fechamos essa análise imagética passando a tecer algumas considerações acerca do artigo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluirmos, alguns comentários se fazem necessários. Um primeiro ponto diz respeito a própria brevidade do artigo dentro de um contexto tão grande e com possibilidades de estudo ainda inexploradas. O texto tentou rebater algumas discussões de Teixeira (1999) na iconografia produzida das cidades assinaladas acima, sem, contudo, explorar o grande potencial dessas referências o que abre caminho para discussões vindouras. Outro aspecto que emerge dessa possibilidade de estudo é o rebatimento das informações sobre as permanências urbanas das cidades analisadas. Enfim, consideramos que muito há ainda para se fazer nesse estudo com relação a elementos presente na conformação urbana que não foram devidamente inseridos, como a relação cidade, entorno, engenhos, a presença dos elementos naturais, fontes de abastecimento de água, fundamental para sobrevivência dos núcleos, a presença do rossio, entre outros, que demandavam informações mais precisas e necessárias ao aprofundamento do estudo. Alguns questionamentos também se fazem presente ao olharmos a configuração urbana dos primeiros núcleos e os momentos de ocupação como, por exemplo, podemos supor que os séculos XVI e XVII foram dois momentos de ocupação com influências mais vernaculares e eruditas e isso se rebateria também na escolha do sítio e na sua topografia mais plana? Se sim, por que? Seria por causa de um traçado mais ortogonal? E como fica a questão da defesa militar? Os exemplos de São Luís e Belém se enquadrariam na análise desses

questionamentos. Essas e outras questões se fazem presente e ficarão para estudos posteriores.

Todavia, também queremos ressaltar observações quanto ao que foi apresentado. A iconografia possibilita visualizarmos os aspectos apontados no texto, de onde destacamos a importância de elementos estruturantes dos traçados urbanos como a rua Direita, os lagos e praças, seja em um traçado de origem mais medieval, seja referências mais renascentistas. Isso também se aplica às construções de importância civil ou religiosa que assumem caráter estruturador e indutor do desenvolvimento urbano.

Todavia, embora tais elementos mencionados sejam comuns às cidades como marca da urbanística portuguesa cada cidade apresenta peculiaridades que acabaram por configurar uma paisagem única. Aqui concluímos retomando Murilo Marx quando afirma que “revendo a história da formação do conjunto de nossos núcleos urbanos e da conformação de cada um deles, fica patente a significação de certas peculiaridades de seu processo de desenvolvimento” (MARX, 1991, pág 17).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARLEU, Gaspar. História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. In: FREIRE, Francisco Brito.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural in: Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro. EdUERJ. 1998.

BESSE, Marc. Ver a terra. Perspectiva, 2006.

CUECO, Henri. Abordagens do conceito de paisagem. In: La Théorie du Paysage en France (1974-1994). Sous la direction d'Alain Roger. Paris: Champ Vallon, 1995 (pp.168-181).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil. 26ª. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 - p. 93 a 138.

MARTINS, Dayse Luckwü. Paisagem e memória Patrimônio natural e edificado no centro histórico de João Pessoa PB. Maceió: Dissertação de Mestrado. Prodema/ UFAL, 2003.

MARX, Murilo. Cidade no Brasil Terra de Quem? São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

PANOFSKY, Ervin. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Ed. perspectiva. 2ª Edição. 1949.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna, São Paulo, Editora da USP, 2000.

TEIXEIRA, Manuel. O urbanismo português no Brasil nos séculos XVI e XVII. In. TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. O urbanismo

português. Séculos XIII - XVIII. Portugal - Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.

# Memória urbana: reabilitação de Centros Históricos, adversidades e soluções

*Matheus da Silva Martins*

*Anne Camila Cesar Silva*

Entende-se por cidade como sendo o espaço territorial construído por homens, com todas as suas dimensões e formas, desde a arquitetura e os desenhos das ruas aos traçados das praças, isto é, todo assentamento físico de uma determinada localidade que tem um determinado aspecto. Sendo uma construção humana, deve-se também valorizar os retratos e manifestações das pessoas que se apoderam e realizam este espaço urbano, porque é nele que acontece o convívio social, as divergências, as trocas de informações, e todas as práticas que conferem sentidos e significados. Deve-se enxergar a cidade além da sua arquitetura e possíveis assentamentos no espaço geográfico, ela necessita também ser notada pelo seu valor de existência, uma vez que ela é feita por homens e suas relações sociais. A memória urbana é vinculada às recordações e a todo trabalho ligado ao ato de lembrar - relações, correspondências, diversidades, semelhanças, e etc. -, a recordação torna possível a relação entre o presente e o passado por intermédio da tradição.

O reconhecimento desse passado das cidades tem se tornado um atributo universal nas sociedades contemporâneas, no Brasil, esse atributo tem se tornado uma tendência excêntrica, revelando uma mudança expressiva nos comportamentos sociais e valores até agora dominantes. Após um extenso período venerando o que era novo e moderno, surge então o atual cotidiano urbano brasileiro, a que se vê apropriado por debates e

propostas que visam a restauração, a revalorização ou preservação dos mais distintos vestígios do passado. Com o fundamento embasado no argumento da necessidade de preservação da "memória urbana", faz-se necessário entender a razão dessa necessidade, quais problemas podem surgir decorrente desse processo e, por fim, conhecer alternativas para solução ou controle dos mesmos.

## **O VALOR EM PRESERVAR A MEMÓRIA URBANA**

No Brasil, é possível encontrar cidades vigentes dos primeiros períodos da colonização, algumas inclusive já ultrapassaram a marca dos 400 anos, e que são internacionalmente reconhecidas. Mas será que são verdadeiramente preservadas? Podemos citar exemplos como Olinda, fundada em 1537, declarada patrimônio histórico e cultural da humanidade pela UNESCO, sendo o segundo centro histórico do país a receber esta titulação, em 1982; porém, a maior parte do seu acervo arquitetônico construído é composto por edificações do início deste século XX em estilo art decó ou eclético. Podemos citar também Ouro Preto, sendo a primeira a receber a titulação supracitada, sendo fundada em 1711, resguardando o patrimônio histórico-arquitetônico colonial mais bem preservado do país.

Tantas outras poderiam ser citadas, porém, de forma generalizada, as áreas centrais vêm sendo degradadas e esquecidas no decorrer dos anos. Este quadro teve início quando o Brasil inicia seu processo de modernização: há pouco mais de 50 anos o país majoritariamente rural torna-se urbano e em busca de modernidade; sua necessidade de rápida expansão no processo de urbanização por causa acelerado crescimento populacional, seja pela construção de novas vias ou de edifícios

"modernos", vem para contribuir com a criação de novas centralidades no perímetro urbano e o abandono do centro, agora obsoleto.



Figura 1: Região revitalizada do centro histórico de Olinda. Fonte: Camila Cesar, 2016.

Vive-se em uma sociedade de excessivos avanços tecnológicos, de facilidades, seja na troca de informação e comunicação como nos deslocamentos das pessoas, de integração econômica, política e cultural, em que a globalização é algo cada vez mais habitual na vida do cidadão e usuário da cidade. Nosso ambiente tem se tornado progressivamente padronizado, e esse é um dos motivos pelos quais as diversidades culturais e a valorização da necessidade da memória urbana, encontram espaço na sociedade moderna. Segundo Cesar Silva (2014, p. 101) difunde-se uma 'padronização' sobre os cuidados com as áreas centrais, seja de degradação ou de preservação dos centros históricos e das áreas patrimoniais, desvirtuando suas identidades e tornando o seu legado histórico, arquitetônico, urbano e social, ilegível e ilegítimo.

Desta forma reconhecemos que devemos olhar para o patrimônio como um bem que simboliza e exprime o valor da cultura, que é a imagem de

um tempo histórico e de expressões culturais. O patrimônio histórico é uma herança cultural e nele se revela uma parcela da nossa história - dele é possível retirar conhecimento e prever possibilidades de acertos e erros para o futuro; por isso a importância da sua preservação, para que possa continuar sendo instrumento de estudos e fonte de identidade e cultura para as futuras gerações.

## **REABILITAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS: CONCEITOS E CARACTERIZAÇÕES**

No Brasil, é competência do Estado regulamentar e assegurar a preservação do nosso patrimônio. Por isso, foi instituído um marco legal intitulado tombamento. É por meio deste marco, garantido por lei e, por intervenções das entidades de proteção nacional, estadual e municipal, que o poder público influencia nos bens classificados patrimônio cultural coletivo, de modo a inibir sua destruição e descaracterização. Apesar disso, sabe-se que há alguns conflitos nessas áreas centrais, como as edificações e espaços públicos abandonados, vazios, ou subutilizados devido ao processo de estagnação econômica e ao surgimento de novas centralidades. Assim, os centros históricos acabam sendo regiões com alto processo de deterioração e degradação.

De forma internacional e datada de 1972, a Carta de Restauo contém um anexo sob o título "Instruções para a tutela dos centros históricos", no qual define:

Para efeito de identificar os centros históricos, levam-se em consideração não apenas os antigos centros urbanos, assim tradicionalmente entendidos, como também, de um modo geral, todos os assentamentos humanos cujas estruturas, unitárias ou

fragmentárias, ainda que se tenham transformado ao longo do tempo, hajam se constituído no passado ou, entre muitos, os que eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características urbanísticas ou arquitetônicas particulares. (Carta de Restauro, 1972)

Sua natureza histórica se refere ao interesse que tais assentamentos apresentarem como testemunhos de civilizações do passado e como documentos de cultura urbana, inclusive independentemente de seu intrínseco valor artístico ou formal, ou de seu aspecto peculiar enquanto ambiente, que podem enriquecer e ressaltar posteriormente seu valor, já que não só a arquitetura, mas também a estrutura urbanística, têm por si mesmas um significado e um valor.

Se configurava, então, o que hoje reconhecemos como centro histórico de uma cidade, a ser conservado para as gerações futuras apreenderem a história, memória e identidade do lugar. Documentos subsequentes reforçaram a defesa dos centros históricos, entre os quais o Manifesto de Amsterdã reafirmou:

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado (Manifesto de Amsterdã, 1975).

Em complementação à ideia de centro histórico associada a um recorte espacial das áreas centrais das cidades, a Recomendação de Nairóbi, em 1976, empregava o termo "conjuntos históricos ou tradicionais", assim definidos:

[...] todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (Recomendações de Nairóbi, 1976).



Figura 2: Degradação e abandono do patrimônio na Rua João Suassuna, bairro Varadouro, João Pessoa. Fonte: Camila Cesar, 2012.

Da mesma forma que o termo Centro Histórico passa a ser conceituado, surge então as expressões que preconizam cuidados e salvaguardas para

tais áreas; como exemplo, reabilitação descrita em 1975 na Declaração de Amsterdã como uma consideração fundamental a ser observada pelos planejadores urbanos, de acordo com este documento:

A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. (CURY, 2004, p. 200).

Apesar de inicialmente manifestar-se como uma estratégia de reabilitação de bairros antigos, o uso do termo pode ser aplicado a áreas mais novas, mas que possuam os mesmos conflitos apresentados anteriormente. Existem também outras estratégias, entre elas, algumas que nos interessam; estão diretamente relacionadas ao conceito de reabilitação e intervenções urbanas, são termos que surgiram em períodos e contextos diferentes e hoje servem como experiências acumulativas em várias partes do mundo, coexistindo até hoje de modo a orientar e contribuir para a elaboração de planos, projetos e ações, que são:

## **[I] REVITALIZAÇÃO URBANA**

Engloba ações destinadas a retomar a vida econômica e social de uma parte da cidade vista como decadente, tem por objetivo gerar atividades econômicas, atrair pessoas, trazer vida a uma área degradada e abandonada.



Figura 3: Parque Sólón de Lucena após revitalização urbana. Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2016.

## **[II] REQUALIFICAÇÃO URBANA**

São ações destinadas a dar melhores condições, ou qualificar, uma área que se encontre degradada; pode ser empregada a uma área histórica ou não. A qualificação do espaço é buscada por meio da integração da área às necessidades da vida contemporânea. As propostas em geral tendem a aumentar a atratividade e competitividade de uma área urbana por meio de uma recentralização econômica.

## **[III] CONSERVAÇÃO INTEGRADA**

É a conservação, restauração e reabilitação dos prédios e sítios antigos com o objetivo de torná-los utilizáveis para novas funções da vida moderna. É um processo dialético entre a intenção de proteger o patrimônio cultural edificado e a necessidade de desenvolvimento e planejamento, por meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. Visa o desenvolvimento sustentável caracterizado pela manutenção de

estruturas sociais e físicas, harmonizando-as com os novos usos e funções. É a estratégia que mais se aproxima à ideia de reabilitação urbana.



Figura 5: Paraíba Palace Shopping, o antigo Paraíba Palace Hotel. Fonte: Camila Cesar, 2014.

Mediante essas estratégias de reabilitações, podem surgir alguns conflitos sociais consequentes das transformações urbanas sofridas nesses centros, sendo problemáticas em sua maioria para a população já residente, sendo assim uma contrariedade em relação a memória urbana. Trataremos sobre essa série de problemas no tópico a seguir.

## **CENTROS HISTÓRICOS SOB INTERESSE DO MERCADO DO CONSUMO DA CULTURA**

Como vimos anteriormente, estamos passando por um processo de "redescobrimto" das áreas com características histórico-culturais, aprendendo a enxergar o patrimônio como um bem representativo

cultural. Resultante disso, esses centros têm sido absorvido pelo mercado do turismo, principalmente em países desenvolvidos que são grandes emissores de turistas, esse fenômeno tem se tornado o grande interesse por lugares "exóticos". Como relata Hollanda Lima (2016):

Com o crescimento do turismo no Brasil nos centros urbanos, as destinações turísticas se viram obrigadas a melhorar a infraestrutura local com obras de melhorias urbanas para manter a atratividade local. Na realidade tais melhorias urbanas estão voltadas, especificamente, para o mercado turístico, possuem caráter embelezador, de construção de um lugar que chame atenção e ative o imaginário dos turistas. Lugares que se diferenciem do cotidiano, da realidade, para serem apenas lugares de lazer.

Centros Históricos estão sendo revitalizados com um interesse quase que exclusivamente comercial, através de uma "tematização", tornando-se um destino turístico rentável e autossustentável. Em contrapartida, gradativamente, observa-se a 'pasteurização' dos espaços e suas imagens, criando-se padrões que devem ser repetidos sem considerar a identidade do lugar e de seu povo. Esse processo dá início ao "não-lugar", pois não identifica-se ou se relaciona com o indivíduo, não se configura como um local de produção humana e social, formado com base na relação homem-espaço através dos tempos.

São ambientes não identificáveis pelo homem que ali vive, não causam o sentimento de pertencimento, de identidade, são espaços totalmente voltados para atender a lógica do mercado e por conseguinte, não valorizados pelos seus usuários e por fim, não conservados pelos mesmos. É evidente que, a cultura sendo utilizada como estratégia de mercado, privilegiando a conservação do patrimônio histórico cultural pode ser uma

grande aliada na preservação de edifícios e monumentos históricos. Todavia, essa preservação deve ter, além da propriedade embelezadora, uma responsabilidade social com os residentes tradicionais do local, que em sua maioria são retirados, leiam-se expulsos voluntária ou involuntariamente, do lugar para que este se converta num espaço de lazer de aporte turístico, tornando-se dependente de investimentos terceirizados ou estatais – não conseguindo sequer, manter-se ativo fora do horário comercial, em maior parte dos casos.

### **ÁREAS SOB INTERESSE DO MERCADO DA ESPECULAÇÃO DA TERRA E A GENTRIFICAÇÃO**

Essas áreas que surgem após os processos de revitalização estão associadas a um mercado de alta renda, exercido pelo fenômeno da especulação territorial e/ou imobiliária (compra e venda de imóveis e terrenos que fomentam o movimento de grandes quantias de dinheiro), exercido pela retenção de imóveis. O processo acaba tendo como resultado a perda de exemplares de interesse cultural em detrimento de novas edificações; a pressão para que o poder público encarregue-se do investimento à modernização, embelezamento e melhoria do fluxo de automóveis, somado com o constante processo de reconstrução da paisagem de forma rápida.

Como consequência do crescente interesse do mercado turístico sob influência do consumo cultural, surge também a chamada gentrificação - os centros acabam por sofrer com a "espetacularização", gerando "cidades/bairros cenários", voltados para os consumidores da cultura, impactando de modo direto na camada social original que já residia ali. Resultante desse crescimento do turismo, a tematização dos centros históricos leva consigo uma série de problemas aos residentes locais:

É preciso oferecer facilidades para se percorrer a cidade em poucos itinerários turísticos, quase sem precisar descer do ônibus. Funcionalmente, isso significa o predomínio da oferta hoteleira e seus derivados, o que promove a tipologia do hotel como objeto autônomo, estranho ao tecido urbano e social onde se situa. Ao mesmo tempo, um setor turístico paralelo e abusivo vai criando hotéis por dias e semanas em velhos imóveis das cidades históricas e turísticas, dos quais, previamente, se foi expulsando seus habitantes [...] (MONTANER, MUXÍ, 2014, p. 149).

## **ALTERNATIVAS PARA SOLUÇÃO OU CONTROLE DOS PROBLEMAS**

As diferentes estratégias e formas de reabilitações e a necessidade da preservação do patrimônio histórico cultural deve ocorrer de forma que vise valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, e que esse processo melhore a qualidade de vida dos moradores que já residam ali, mantendo assim a identidade do lugar, fazendo assim valer a real memória urbana. Como podemos observar, essa causa da preservação do patrimônio histórico cultural sempre esteve ligado a interesses políticos e econômicos de uma maioria, até mesmo do próprio Estado visando à captação de recursos financeiro.

Entretanto, essa causa é de todos e tem como interesse o bem comum, numa mescla entre poder público e cidadão a fim de beneficiar não somente a estrutura social da cidade, mas também seu aspecto urbanístico, arquitetônico e patrimonial. O poder público deve prognosticar e pressupor uma negociação entre os mais variados atores envolvidos (moradores, usuários, proprietários, investidores e gestores), assim como a atuação de todos esses agentes. Segundo Montaner e Muxí (2014, p. 153):

A única alternativa para que se consiga que os tecidos urbanos históricos não sejam engolidos pelo sistema turístico e seus habitantes não sejam paulatinamente expulsos, radica em conseguir que as administrações e os operadores turísticos invistam na qualidade de vida desses lugares por meio de cotas, impostos e taxas. Isto é, os benefícios do turismo devem ser repartidos entre todos e todas, potencializando lógicas de redistribuição do sucesso: favorecendo políticas sociais de moradia; revisando continuamente o plano de usos e o equilíbrio dos estabelecimentos comerciais, a fim de evitar que as lojas de alimentação sejam substituídas por bares e restaurantes, lojas de moda e de souvenirs; promovendo a qualidade e a manutenção do espaço público; e construindo instalações específicas para a vida cotidiana - creches, centros de assistência primária, bibliotecas, escolas para adultos etc. - que complementem as instalações genéricas - museus e instituições - já existentes nesses bairros.

## **CONCLUSÃO**

Os centros históricos possuem grande importância, não só para a sociedade vigente como para a futura, sendo instrumento e fonte de estudos para o conhecimento dos mais diversos campos da arquitetura, urbanismo, história e cultura. Compreendendo esse valor e a atuação dos diferentes agentes que resguardam a memória urbana, é de imensa importância que essas práticas de tombamentos e preservação do patrimônio caminhem lado a lado com o planejamento urbano, e que sobretudo, a população local seja inserida no processo, tendo como objetivo a melhoria na qualidade de vida urbana.

É preciso definir linhas de ação e quais tipos de intervenção se adequam de forma mais oportuna para cada necessidade local. Porém, não se pode estabelecer um método único e unilateral, intervir em áreas históricas é tarefa multidisciplinar e participativa. Precisamos saber respeitar e

integrar esse entorno social e cultural existente, ou, esses fenômenos acabarão por tornar-se mortais à vitalidade das cidades e dos seus Centros Históricos.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Autor desconhecido. Memória urbana: um espaço construído e um tempo contado; Disponível em: [http://200.156.24.171/espacoteatral\\_teste/textos/espacoteatral/memoria-urbana-um-espaco-construido-e-um-tempo-contado](http://200.156.24.171/espacoteatral_teste/textos/espacoteatral/memoria-urbana-um-espaco-construido-e-um-tempo-contado). Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Autor desconhecido. Revista da Faculdade de letras – Geografia I. Série, vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97; Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

LIMA, L. O. M. H. A Preservação do Patrimônio Histórico Cultural como instrumento de Desenvolvimento Econômico. Jun – 05; Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/patrimoniocultural.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Autor desconhecido. Centro histórico. Disponível em: <http://www.memoriajoapessoa.com.br/centro-historico.jsf>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Carta de Restauo, 1972. In: CURY, Isabelle (organizadora). Cartas Patrimoniais - 3ª Edição. 2000. IPHAN.

CESAR SILVA, Anne Camila. Sobre a requalificação de praças no Centro Histórico de João Pessoa: um panorama das ações de requalificação entre

as décadas de 1980 e 2010. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, UFPB, 2014. (Dissertação de Mestrado)

Manifesto de Amsterdã, 1975. In: CURY, Isabelle (organizadora). Cartas Patrimoniais - 3ª Edição. 2000. IPHAN.

MONTANER, J. M. e MUXÍ, Z. Arquitetura e Política ensaios para mundos alternativos. Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2014. P. 149-153. ISBN:978-85-65985-41-3

Reabilitação Urbana com foco em áreas centrais. 4/2016. Portal Capacidades, Programa Nacional de Capacitação das cidades. Ministério das Cidades.

Recomendações de Nairobi, 1976. In: CURY, Isabelle (organizadora). Cartas Patrimoniais - 3ª Edição. 2000. IPHAN.

# São Paulo, uma Metrópole em busca de uma imagem para o século XX

*Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti*

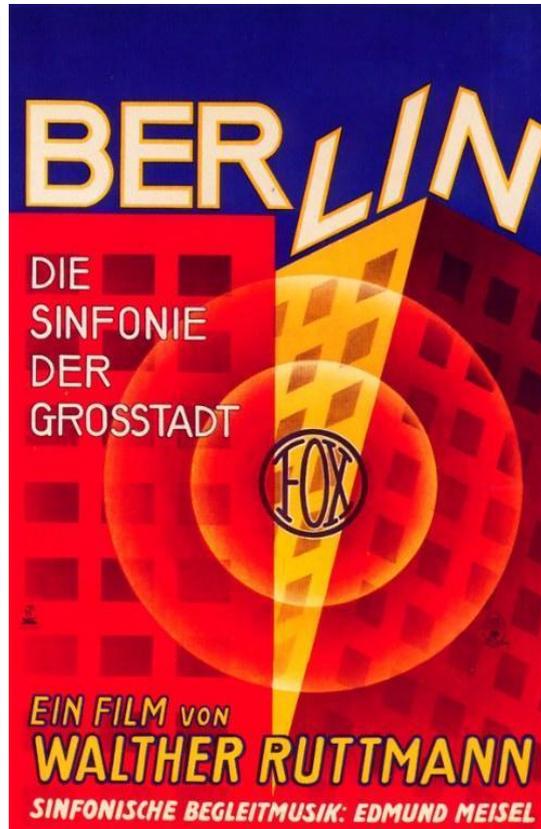
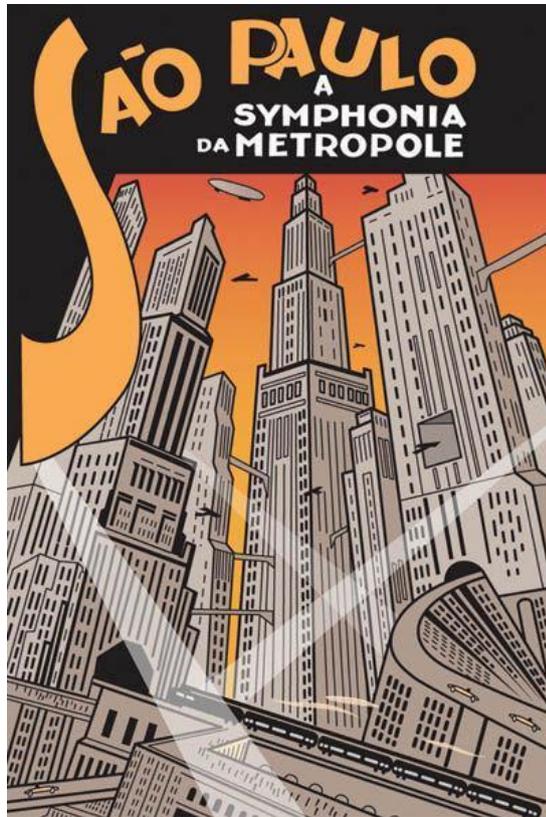
O cinema, quando exibe a cidade, a documenta, arquiva suas realidades e o imaginário em torno do urbano de sua época, tendo um importante papel histórico de leitura do espaço socialmente produzido em determinado momento (BARBOSA, 2000, p. 83). Um filme é uma referência do espírito da época que o produz, da memória coletiva congelada na película e pronta para ser reproduzida a qualquer momento, sendo então, catalizador de identidade. Portanto, o cinema acaba por ter capacidade de documentar e por em debate o espaço urbano, pois quando a cidade é posta em cena, ela é questionada, podendo gerar reflexões sobre o que ela é de fato, o que poderia ser e o que anseia ser.

Neste sentido o cinema é uma poderosa ferramenta de constru o de imagem e foi utilizado ao longo de sua existência para celebrar, criticar e até prever os caminhos futuros de cidades que estrelam como personagens em seus enredos.   ele o faz através de propriedades intr secas nas quais as narrativas imagéticas podem se apoiar para expressar tais proje es de cidade, como a sua capacidade de causar uma vívida impressão de realidade (TARKOVSKY, 1998, p. 214); sua rela o específica com o tempo, capaz de dilat -lo ao compactar vários dias em apenas algumas horas de exibi o (MARTIN, 2003, p. 25); a influência que pode ter no espectador tanto individualmente como coletivamente através da persuasão da imagem em movimento; sua capacidade de re-significar os objetos que retrata por retir -los de sua plataforma ordinária

da cotidianidade; e o alcance e a durabilidade de um filme que mantém frescos pontos de vista de tempos passados.

Este artigo pretende investigar precisamente a contribuição do cinema na construção da imagem de modernidade em um emergente Brasil que, na década de 1920, buscava estabelecer-se como nação moderna, onde se destacava a cidade de São Paulo, segunda maior do país à época, e que passava por um momento de pleno crescimento. A investigação se dá através de um exemplar específico do cinema documentário, o filme *'São Paulo, a Sinfonia da MetrÓpole'* (Rudolfo Lustig e Adalberto Kémeny, Brasil, 1929), que se apresenta como uma ode à cidade, seu povo e que para tanto se utiliza da linguagem cinematográfica de vanguarda da época, advinda do gênero conhecido como sinfonias urbanas. Para compreender a linguagem utilizada no filme é necessário recorrer ao cânone do gênero: *'Berlin: Die Sinfonie der Großstadt'* (Berlim: Sinfonia de uma MetrÓpole, Walter Ruttmann, Alemanha, 1927).

Este artigo pretende confrontar a ideia de cidade apresentada nos dois filmes. *Berlin*, que retrata uma cidade, na época, o epicentro criativo dos desenvolvimentos da arquitetura moderna que toma forma no período entre guerras, e *São Paulo*, que se debruça sobre uma cidade que se refastelava na bonança dos empreendimentos cafeeiros e da crescente industrialização e se esforçava na renovação de sua imagem. Buscou-se perceber como se dá a criação de uma ideia de cidade moderna através das ferramentas imagéticas nos dois exemplares cinematográficos utilizando-se de métodos de análise fílmica.



Figuras 01 e 02 – Cartazes promocionais dos filmes 'São Paulo, a Sinfonia da Metrópole' e 'Berlin: Die Sinfonie der Grostadt'. Fontes: <https://media.fstatic.com/vtY3LU5Voe6YeLlxONNYmklc2iQ=/fit-in/290x478/smart/media/movies/covers/2011/12/2b79b0e7e0f74d8798e34158b9e8eb13.jpg> e [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/17/Berlin\\_symphony1\\_poster.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/17/Berlin_symphony1_poster.jpg)

## UMA LINGUAGEM PARA AS CIDADES DO SÉCULO XX

Na década de 1920, o cinema, que chegava à marca dos trinta anos de existência, já havia se consagrado como uma forma de arte que não mais dependia da dramaturgia do teatro nem da forma narrativa da literatura. Uma linguagem própria, desenvolvida ao longo deste tempo, utilizava dos recursos específicos da montagem cinematográfica para passar mensagens de uma forma única, experimentando com imagens abertas, imagens aproximadas, cortes e noções de continuidade. Entre os diversos gêneros existentes, havia um lugar especial no gosto do público pelos filmes de viagens (OLIVIERI, 2011, p. 86), que o familiarizava com lugares tidos como 'exóticos'.

Entretanto, as primeiras décadas do século XX são reconhecidamente um período de desabrochar da modernidade das nações ditas desenvolvidas na América e Europa, e os interesses se voltavam para a cidade e especialmente para as projeções das possibilidades e tecnologias ainda em assimilação impactando nos hábitos urbanos e consequentemente nas formas urbanas (DIMENBERG, 2003, p. 109). Alguns artistas de vanguarda como Ludwig Meidner e László Moholy-Nagy passam a condenar a arte que se preocupa exaustivamente em 'familiarizar o exótico' e propõem uma oposta 'exotização do familiar' (MACDONALD, 1998), ou seja, o desenvolver de um olhar mais atento às peculiaridades da vida metropolitana, muitas vezes despercebidas mediante a postura *blasé* adquirida como resposta frente ao hiper-estímulo da cidade moderna (SIMMEL, 1967).

Eis então que surge um gênero cinematográfico, subgênero do cinema documentário, que se consagra e obtém êxito junto ao público justamente por lidar explicitamente com as questões urbanas vividas nas metrópoles globais: são as sinfonias urbanas. O filme que dá nome ao gênero é '*Berlin: Die Sinfonie der Großstadt*' (AUFDERHEIDE, 2007, p. 14), que

apesar de ser um filme experimental, alcança sucesso de público e se consolida como canônico.

Em uma ampla generalização, as sinfonias urbanas simulam o decorrer de um dia ordinário em uma cidade específica, parcial ou integralmente. Se caracterizam como exercícios formais, baseados na esteticidade de acontecimentos propriamente urbanos como os costumes domésticos, o trabalho no comércio, na indústria e nos serviços. Os artefatos destes acontecimentos também são postos em evidência: os produtos de consumo nas vitrines, as mais diversas máquinas e meios de transporte. A ausência de uma narrativa clássica, de atores e de cenários, características do gênero não impedem que seus exemplares apresentem uma forma de narrativa. No entanto, esta narrativa depende menos de enredo e mais do encadeamento dos planos, o que exige que os filmes se caracterizem por um ritmo peculiar. Ritmo este que varia desde a poética lentidão de um dia de chuva ao frenesi da moderna vida noturna metropolitana.

### **BERLIM, A SINFONIA POLIFÔNICA**

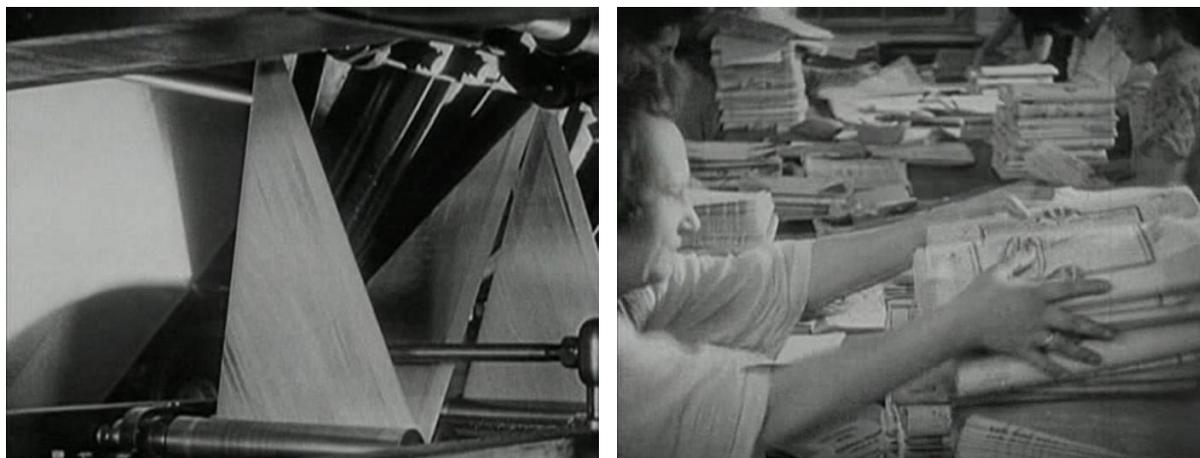
O filme *'Berlin: Die Sinfonie der Großstadt'*, dirigido pelo alemão Walter Ruttmann, se divide em cinco atos, delimitados, principalmente, pelo decorrer cronológico do dia, e a imagem do relógio aparece frequentemente. O primeiro destes atos enfoca nas ruas vazias do amanhecer que se enchem de vida gradativamente enquanto trabalhadores se direcionam às estações de trem e a seus postos de trabalho na indústria, onde o expediente inicia, chegando ao seu clímax numa sequência mostrando o frenesi da atividade das máquinas nas indústrias. O segundo ato enfatiza inicialmente as atividades domésticas: as janelas e portas que se abrem, as roupas sendo postas para secar ao sol, as calçadas sendo lavadas, mudando de tom quando se iniciam as

atividades do comércio e serviço, com uma sequência de vitrines se abrindo para as ruas e em seguida do trabalho de datilógrafas e telefonistas. A estrela do terceiro do ato é a rua e os métodos de transporte, a multidão nas calçadas, suas interações nem sempre tão positivas, os automóveis, bondes, ônibus, cavalos e pedestres lutando por espaço enquanto guardas se esforçam em organizá-los. O quarto ato diminui o ritmo para mostrar o intervalo do almoço, acelera para o segundo turno de trabalho e apresenta o fim da tarde como o momento do lazer: esporte, banho nos lagos, passeios nos parques, cafés nas calçadas, namorados nas praças. O quinto e último ato é reservado à noite e cobre uma vasta gama dos divertimentos disponíveis na metrópole. Os teatros, casas de entretenimento, cinemas, bares, salões de dança, cassinos e as ruas iluminadas pelo neon. O ato, e o filme, terminam numa queima de fogos de artifício.

*Berlin* cria significado através das imagens e da forma como as mesmas são montadas no processo de edição. Imagens muito aproximadas de engrenagens de trens e máquinas alternadas com cenas do cotidiano vivido pela população estabelecem um ritmo característico que dá o tom do filme e da imagem de cidade que ele constrói.

A Berlim construída no filme é claramente uma das capitais modernas do mundo e essa construção é feita explorando a estética do maquinário industrial, dos modos de transporte modernos e das formas de trabalho e lazer. No filme a cidade é apresentada como um organismo que funciona e alguns trechos específicos fazem isso com clareza. Um momento do terceiro ato explora a forma como os cidadãos berlinenses obtém seus jornais diários, para isso evidenciando a eficiência do processo industrial das prensas (Fig. 03), dos trabalhadores envolvidos (Fig. 04) e do sistema de transporte e distribuição. Tudo isso é alcançado através de métodos de montagem cinematográfica, onde as atividades mais importantes deste

processo são apresentadas numa sequência de planos curtos e engrenados de forma a passar uma sensação de continuidade que fazem o espectador enxergar o desenrolar das ações como fluido, preciso e ininterrupto.



Figuras 03 e 04: Processo de prensa e distribuição de jornais em Berlim. Fonte – *Still frames de Berlin – Die Sinfonie der Großstadt, 1927.*

A visão da cidade como organismo funcionante é apoiada pelo próprio título do filme. Afinal, o que é uma sinfonia senão um conjunto de melodias e instrumentos diferentes que se somam criando um todo inteligível.

Mas a Berlim cinematográfica não existe sem seus percalços. A extrema modernidade da cidade, embora celebrada em partes do filme, gera efeitos colaterais explicitamente indesejados. A velocidade dos transportes ora é apresentada como facilitadora da vida, ora é vista como responsável pela dificuldade gerada ao se caminhar a pé, o que é ilustrado num plano

onde um grupo de pedestres é impedido de atravessar uma rua pelo fluxo constante de carros. A mesma velocidade é responsável por acelerar vertiginosamente o ritmo da cidade, tornando-a difícil de se acompanhar. Em uma de suas sequências mais aceleradas, o filme faz paralelos entre a velocidade da vida cotidiana, uma montanha russa e um vendaval. Desta forma, a vida em *Berlin* é vista em sua totalidade, assim como na cidade real.

A imagem de cidade construída no filme a apresenta como centro de oportunidades e de formas de lazer diversas, sejam os prazeres bucólicos dos parques e lagos de seus arrabaldes, seja na vibrante e agitada vida noturna. Mas simultaneamente a cidade também gera contrastes. Em uma das sequências mais icônicas do filme, operários entram na fábrica em imagens alternadas com as de gado entrando no matadouro. Mendigos observam nas vitrines de joias que nunca poderão comprar. Um desentendimento entre dois senhores acaba em briga nas ruas. A experiência da vida nesses padrões se torna insuportável em ao menos uma passagem do filme.

A existência de uma sequência claramente encenada, dentro de um filme que se apresenta como documentário, expressa a urgência da mensagem a ser transmitida. No trecho em questão, uma mulher de olhos arregalados se atira de uma ponte nas águas do Rio Spree ação entrecortada com imagens desnorteadoras de vendavais e montanhas-russas. A mensagem: o ritmo de Berlim não é para todos.

Entretanto, no fim de tudo a cidade e sua modernidade são celebradas. A simbólica queima de fogos que finaliza a película deixa uma mensagem otimista. A sinfonia da metrópole alemã é ciente das falhas de uma cidade que cresce muito e em velocidade alta, mas consegue extrair de suas dificuldades um senso de unidade. A Berlim cinemática, ora dissonante,

ora harmoniosa, é polifônica, mas ainda assim, uma sinfonia.

## **SÃO PAULO, A SINFONIA HARMÔNICA**

*São Paulo, a Sinfonia da Metrópole* é produto da visão de dois imigrantes húngaros, Adalberto Kemény e Rodolfo Rex Lustig. O segundo havia se estabelecido em São Paulo em 1922 e Kemény em 1926, ambos passaram um período em Berlim antes de chegar ao Brasil. Em 1928, compram em parceria a empresa Independência Filme que produzia atualidades, e a renomeiam como Rex Film. Buscando destacar-se da concorrência, que dominava as encomendas de filmes por parte dos governos municipais e estaduais, os sócios importam equipamentos de ponta para captação de som e acabam recebendo apoio da Prefeitura de São Paulo para a produção do ambicioso longa-metragem de 62 minutos que seria uma ode à cidade (KÓBORI, 2016).

*São Paulo* é uma clássica sinfonia urbana, e como tal tenta recriar um dia genérico na cidade, do raiar do sol à iluminada vida noturna. Adalberto Kemény, numa entrevista em 1975 (KÓBORI, 2016), nega conhecimento prévio da existência do filme alemão que estabelece o gênero. Entretanto, são tantas as semelhanças formais entre os filmes que é impossível acreditar que *São Paulo* tenha sido produzido sem os parâmetros do modelo de *Berlin*.

Em termos de estrutura, o filme é mais convencional do que o alemão. Não é dividido em atos e explora menos a cronologia estrita dos acontecimentos de um dia comum, referindo-se poucas vezes ao relógio. Ademais, as semelhanças começam a ser notadas. O filme inicia com uma apresentação das ruas da cidade vazias ao amanhecer e acompanha o despertar para as atividades cotidianas. Pedestres e bondes entram em movimento. Logo no início, o filme recria, quase plano a plano, a

sequência que demonstra o processo de produção e distribuição de jornais que há em *Berlin*. Iniciam-se as atividades industriais, e imagens de catracas e engrenagens são exploradas esteticamente. O filme explora a vida suburbana da elite, a educação dos jovens nas escolas, as atividades bancárias, comerciais e cafeeiras. As referências genéricas ao decorrer do dia continuam até a marca dos quinze minutos, quando, assim como em *Berlin*, o dia desacelera para o almoço e descanso.

A partir de então o filme parte para apresentar instituições específicas de São Paulo: a Escola Normal, o Banco do Brasil, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia, a *Light* - empresa responsável pela infraestrutura elétrica da cidade, a Estação da Luz, o Instituto Butantã, a Penitenciária do Estado de São Paulo e o Museu do Ipiranga. Da metade em diante, o filme toma um ar mais enaltecido e passa a elogiar os avanços da cidade. É apresentada uma maquete que reproduz a São Paulo de 1840, ainda confinada na colina de sua fundação, e em seguida se mostra como um organismo que cresce a passos largos através do trabalho dos pedreiros, da construção de novas estradas e arranha-céus, mantendo espaços verdes bucólicos para lazer e esporte. O último ato de *Berlin*, explorando a vida noturna da metrópole, não é repetido aqui, provavelmente devido a limitações técnicas quanto a captação das imagens em baixa luminosidade. Apenas um dos sessenta e dois minutos de duração do filme se passam à noite. E ainda assim, as imagens noturnas são fabricadas, não passam de um cenário de papel com imagens de holofotes, aviões e dirigíveis sobrepostas.

Em termos técnicos e imagéticos *São Paulo* repete muitos dos feitos de *Berlin*. Entretanto, devido a manipulação dos efeitos finais, a imagem de cidade construída é outra. *São Paulo* não consegue estabelecer um ritmo específico, pois a cadência do filme é constantemente interrompida por intertítulos, legendas textuais que expressam claramente grande parte

das intenções do filme e pretendem descrever as imagens e ações que os seguem. O filme não deixa espaço para interpretação. Mais de cinquenta legendas são utilizadas, cada um com mais de cinco segundos de duração. Ou seja, há em média um intertítulo por minuto no filme. As legendas apontam sempre para uma visão positiva do progresso e das instituições, inclusive da Penitenciária do Estado, descrita como um “instituto de regeneração sem similar no Mundo”.

O uso exaustivo de intertítulos impede que a vertigem da modernidade atinja a mesma velocidade que em *Berlin*. E enquanto a versão cinematográfica de Berlim expõe claramente as fragilidades causadas pela apressada modernização da cidade, *São Paulo* se esmera em construir uma imagem generalizada de ordem. O final otimista com queima de fogos no céu da metrópole alemã é substituído por uma imagem fechada do lema da bandeira nacional brasileira: “ordem e progresso”, a mensagem é clara.

Os momentos em que São Paulo é menos ‘civilizada’ estão no começo do filme, quando são apresentados diversos trabalhadores informais em feiras livres e vendendo bugigangas nas ruas da cidade. Exceto estes momentos, São Paulo é uma cidade ordeira e exemplar, uma imagem bem distante da estereotipada informalidade brasileira.

Assim como Walter Ruttmann, Kemény e Lustig criam sequências encenadas em momentos oportunos, escapando ao enquadramento inicial do filme como documentário. Entretanto estas cenas encenadas em São Paulo são enaltecidas. Há uma recriação histórica da Proclamação da Independência, uma cena romântica de um casal de enamorados que observa o horizonte e apontam para a casa onde irão formar família, uma cena moralista que se passa no jardim de infância, quando um garoto joga lixo no chão, é repreendido pelos colegas e em seguida corrige seu mal

feito jogando o lixo no lixo, e por fim uma cena um tanto surreal, a única que aborda a questão da pobreza no filme. O intertítulo anuncia: “Muitas vezes é a esmola que suavisa a miséria... ou a riqueza que abre sua cornucópia sobre aquelle que a fortuna bafeja.”, e em seguida, sobre uma paisagem panorâmica do Vale do Anhangabaú (Fig. 05) aparece um braço agigantado que deposita, na mão de um mendigo, uns trocados.



Figura 05 – Mão agigantada sobrevoa o Vale do Anhangabaú trazendo redenção para os desafortunados. Fonte: *Still-frame* de 'São Paulo, a Sinfonia da Metrópole'.

Até o problema social da cidade tem uma solução fácil dada pelo filme, a caridade do afortunado aparece como suficiente para sanar as

desigualdades. São Paulo tem muitas imagens em comum com *Berlin*, entretanto o significado é quase sempre desprovido de negatividade. A icônica cena da marcha dos operários à fábrica, é reproduzida sem o paralelo à marcha do gado ao matadouro. Há uma tomada aérea de um par de cavalheiros conversando na calçada, em cena muito semelhante em *Berlin*, os cavalheiros começam a trocar murros, mas em *São Paulo* não. Nas vitrines luxuosas da cidade paulista não existem mendigos observando.

Percebe-se, portanto, que *São Paulo, a Sinfonia da Metrópole*, mesmo que utilizando de recursos imagéticos e de montagem em comum com o modelo estabelecido do gênero das sinfonias urbanas acaba por criar uma imagem de cidade muito diferente. Aqui, os diversos agentes, personagens e institui es contribuem para um todo sem crises aparentes. A sinfonia da metrópole paulista   harmônica de início a fim.

## **CONSIDERA ES FINAIS**

  fácil perceber que os modelos de modernidade no Brasil são importados, o que pode se observar nas remodela es das capitais brasileiras ocorridas no início do século XX, entretanto, dificilmente a cidade de Berlim pode ser vista como o modelo eleito de metrópole para que cidades brasileiras emulassem, sendo Paris uma das referências mais comuns dos responsáveis pela da moderniza o de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, é de Berlim que emana o modelo cinematográfico de cidade moderna: meio real, meio sonhada, que pode ser visto em '*São Paulo, a Sinfonia da Metrópole*'.

O filme brasileiro adequa esta linguagem   realidade de uma cidade com maiores debilidades em termos sociais e de infraestrutura urbana se

utilizando, por exemplo, da linguagem escrita e de um tom propagandístico, inexistentes no exemplar alemão.

Desta forma, o cinema com suas ferramentas e métodos de montagem aparece como um meio de forjar a identidade desejada, que embora seja complexa na realidade, pode ser editada na película, excluindo-se os pontos de atrito, as diferenças sociais e as fragilidades indesejadas de uma cidade que se tornava a maior metrópole da América do Sul.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AUFDERHEIDE, Patrícia. Documentary Film: A very short introduction. New York: Oxford Press Inc., 2007.

BARBOSA, Jorge Luiz. A Arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. In: Revista GEOgraphia – Ano. II – No. 3. Rio de Janeiro, 2000.

CAVALCANTI, Andrei. Cidade Sinfônica – A cidade representada em Berlin: Die Sinfonie der Grosstadt. João Pessoa: UFPB, 2015. 186p. Dissertação de mestrado. UFPB, João Pessoa, 2015.

DA-RIN, Silvio. Espelho partido – Tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Azougue, 2004.

DIMENBERG, Edward. Tranfiguring the urban grey. In: ALLEN, Richard; TURNEY, Michael (Org.). Camera obscura. Camera Lucida: Esseys in Honor of Annette Michelson. Amsterdam: University Press, 2003.

KÓBORI, Sarolta. Cineastas húngaros no Brasil. In: Revista Re-produção – Ano 2016. São Paulo, 2016.

MACDONALD, Scott. The City as the Country – The New York city symphony from Rudy Burckhardt to Spike Lee. Film Quarterly, Vol. 51, No. 2, p. 2-20. Califórnia, 1998.

MARTIN, Marcel. A linguagem cinematográfica. São Paulo: Brasiliense, 2003

OLIVIERI, Silvana. Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade. Salvador: EDUFBA, PPGAU, 2011.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. In: O Fenômeno Urbano. Zahar editos, Rio de Janeiro. 1967.

TARKOVSKI, Andrei. Esculpir o tempo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

# Passagens

Artur Maia

*"Os passos são como as nuvens, vêm e vão" (Hamish Fulton)*

O ensaio fotográfico "Passagens" foi realizado durante 2 anos, entre 2014 e 2016, e traz registros feitos em dez diferentes cidades (Berlim, Paris, Lisboa, Florença, Praga, Zagreb, Tirana, Tragumna, Dublin e João Pessoa). O que move o ensaio é a ideia de que o caminhar é parte fundamental das cidades, na medida em que produz paisagem e arquitetura. É um ato estético com a dupla característica intrínseca de escrita e leitura do espaço. O caminhante tem uma percepção única de leitura do mundo proporcionada pelo próprio ato de caminhar, ao mesmo tempo em que escreve o seu percurso no espaço. Todas as imagens do ensaio foram feitas a partir de caminhadas, através das quais escrevi os espaços retratados e os li do ponto de vista da minha posição de fotógrafo caminhante. Em um contexto de cidades movidas por uma lógica do medo e da violência, parece que caminhar se torna ato de resiliência. Este ensaio é, de certa forma, um elogio ao caminhar e busca ser um estímulo à esta ação que é parte fundamental da nossa condição humana.

























# Estudo exploratório da estrutura urbana de uma cidade de porte médio por intermédio de ferramentas digitais: o entorno imediato de um shopping center em João Pessoa, Paraíba

*Sidney Pereira dos Santos Junior*

*Milena Dutra da Silva*

A saturação dos centros principais e o surgimento de subcentros no tecido urbano brasileiro definiram mudanças citadinas e de consumo nas ofertas de comércios e serviços nas grandes e médias cidades. Tais transformações, na dinâmica da cidade, estão diretamente associadas à locomoção do indivíduo que procura “reduzir ao mínimo o número de deslocamentos”, já que “quanto maior a variedade de comércio e serviços existentes num centro, menor o número de viagens que um consumidor precisa fazer para ter todas suas necessidades atendidas” (VILLAÇA, 2001, p. 303). De tal modo, podemos afirmar que um novo centro surge a partir da necessidade de disputa da população pelo controle do tempo e da energia gastos em seus deslocamentos e da oferta de atividades nas áreas mais próximas desses indivíduos.

Não foi diferente na cidade de João Pessoa, na Paraíba. A saturação do centro principal, durante as décadas de 1980 e 1990, impulsionou o surgimento de novas centralidades, gerando um crescimento comercial polinucleado (SILVEIRA, RIBEIRO e ANDRADE, 2007). Podemos destacar

os bairros adjacentes do centro principal, como Tambiá e Torre; outros no litoral da cidade, como Manaíra e Tambaú; além do desenvolvimento econômico na porção centro-sul, com os bairros Bancários, Jardim Universitário e Mangabeira. Esses subcentros, ao se destacarem na economia da cidade, passam a receber investimento financeiro com a implantação de equipamentos de grande porte, a exemplo de shopping centers.

Os shopping centers unem variados tipos de serviços e comércios em um único lugar destacando-se, no panorama atual, como um novo núcleo de atração comercial. Deste modo, percebemos como essas edificações se encaixam no conceito que abrange a economia de tempo do indivíduo em seu deslocamento.

O Mangabeira Shopping foi implantado no bairro de Mangabeira, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, às margens da Av. Hilton Souto Maior. Com obras iniciadas em março de 2012 e inauguração em 29 de novembro de 2014, o shopping center apresenta área construída de 97.454 m<sup>2</sup>, área bruta locável de 55.845 m<sup>2</sup> e cerca de 3.000 vagas de estacionamento.

Grandes equipamentos, como o Mangabeira Shopping, supermercados, universidades, hospitais, rodoviárias, aeroportos, etc., têm o potencial de atrair uma grande quantidade de viagens de indivíduos (pedestres e veículos) ocasionando transformações em seu entorno. Os elementos de atração mencionados, frequentemente situam-se em áreas urbanas ou margeando rodovias, impactando, consideravelmente, a infraestrutura viária e de transporte da cidade, sendo, assim, classificados como Polos Geradores de Tráfego (PGTs) ou Polos Geradores de Viagens (PGVs).

Os estudos mais recentes priorizam a utilização do termo “Polo Gerador de Viagens” para identificar esse tipo de equipamento, por apresentar uma definição mais ampla, podendo abranger, além dos impactos gerados

no tráfego urbano, os impactos no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida da população residente em seu entorno.

Para o estudo de um PGV, o traçado dos limites de sua área de influência é considerado como uma importante ferramenta, uma vez que correspondem a recortes espaciais de áreas homogêneas ou de áreas polarizadas, diretamente relacionadas ao objeto analisado. O seu desenho é definido por um modelo geométrico que se relaciona com um ponto central definido pela localização do PGV. O tamanho e a forma dos limites da influência dependem da força de atração que o equipamento exerce sobre a área. Tal força de atração está associada a diversos fatores tais como: tempo de viagem, concorrência, disponibilidade de meios publicitários etc.

A delimitação da área de influência, com a utilização tanto do tempo de viagem (isócrona) quanto da distância (isócosta) como parâmetro de medida, retratam uma ampla visão sobre o potencial do PGV, facilitando a identificação das características da população residente no entorno do equipamento, bem como as carências nas regiões que tem maiores chances de serem atraídas no tecido urbano, entre outros aspectos.

Segundo PANERAI, CASTEX e DEPAULE (2009), o tecido urbano é constituído pela “relação dialética entre rua e lote edificado [...], e é na permanência desta relação – que permite modificações, ampliações e substituições de prédios – que reside a capacidade de uma cidade em se adaptar às mudanças demográficas, econômicas e culturais que marcam sua evolução”. Nesse sentido, este artigo tem como objeto de estudo a relação entre lotes de uso comercial e de serviço com as ruas do entorno imediato do Mangabeira Shopping, identificado pela área de influência primária do equipamento.

Considerando o exposto, a presença do Mangabeira Shopping center no tecido urbano de João Pessoa, provoca um “efeito multiplicador” que

influencia padrões de uso do solo, densidade edilícia e diversidade de usos em áreas urbanas, servindo como atração ao movimento de indivíduos e amplificando o número de passagens nas suas principais vias de acesso. HILLIER (1996), declara:

Agora, se as cidades são, como sempre se disse, “mecanismos de gerar contatos”, pode-se entender que algumas localizações têm mais potencial do que outras porque têm mais subprodutos e isso dependerá da estrutura da malha e como aquelas áreas se relacionam a esta. Tais localizações tenderão, portanto, a ter maiores densidades de desenvolvimento para aproveitar as vantagens do fato, e densidades mais altas tendem, por sua vez, a produzir efeito multiplicador. Isso irá, por sua vez, atrair novas construções e novos usos, para aproveitar as vantagens do efeito multiplicador.

HILLIER (1996) afirma que as cidades são sistemas complexos compostos por uma estrutura física e funcional. Fisicamente, esse tipo de sistema, é determinado por uma porção de edificações interligadas por espaço e infraestrutura, já funcionalmente, dão suporte a processos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Com esse conceito de cidade que relaciona forma e função, em *Space is the Machine*, o autor afirma que um sistema urbano é algo que tem pontos de partida e de chegada em todo lugar, onde toda jornada apresenta três elementos: uma origem, um destino, e uma série de espaços pelos quais se passa ao longo do percurso de um para outro elemento.

HILLIER et al. (1993) declaram que parte do movimento de pedestres e veículos é determinado pela configuração da malha viária, podendo ser avaliado por meio de ferramentas de análise sintática do espaço relacionadas às medidas de integração, ou seja, espaços mais integrados apresentariam maior taxa de movimento de pedestres do que espaços segregados. O “movimento natural” é a proporção de movimento

determinada pela estrutura da malha urbana propriamente dita e não pela presença de atrativos específicos. Assim, pode-se afirmar que a vitalidade de um espaço é influenciada pela posição que ele ocupa na malha e pela quantidade de vezes que esse é usado como passagem, ou seja, é a maneira como organizamos o espaço, em determinada configuração, que influencia a maneira como os indivíduos circulam no espaço urbano.

Na Figura 1.a vê-se que a via principal será mais utilizada que as demais vias, porque para todos os deslocamentos que envolvem duas vias verticais, será necessário passar pela via horizontal. Já na figura 1.b é provável que os fluxos fiquem menos concentrados, uma vez que entre algumas das linhas verticais é possível deslocar-se utilizando outra via horizontal além da principal.

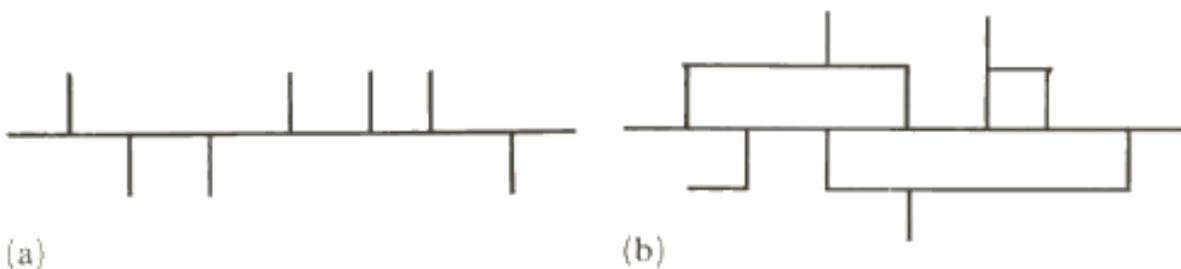


Figura 1: Configuração da malha sugerindo padrões diferenciados de movimento. Fonte: (HILLIER et al., 1993)

A posição e a distância de um espaço em relação aos outros na malha urbana são determinantes na quantidade de passagens que passam por ele. Na Figura 2.a, 2.b e 2.c representam três situações de caminhos mínimos e a imagem 2.d mostra o que seria uma superposição dos caminhos mostrados nas três primeiras imagens. Na última imagem, percebemos que alguns trechos de quarteirão se destacam mais vezes que outros, portanto, caracterizam áreas de maior densidade de viagens ou áreas de maior movimento.

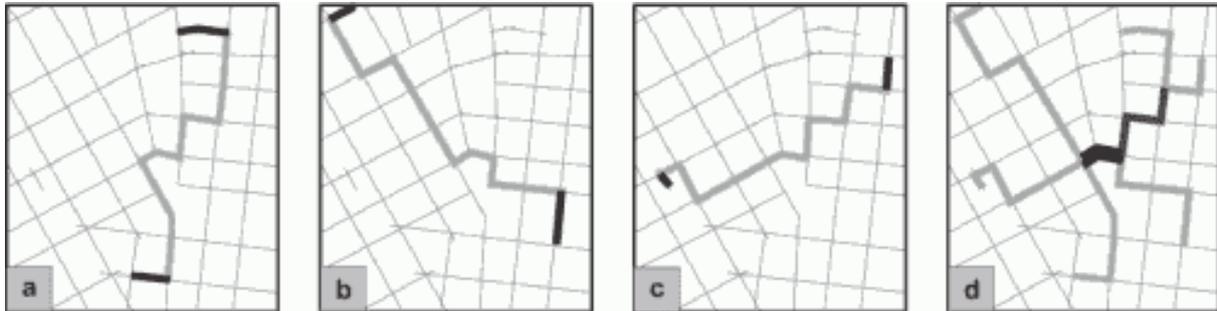


Figura 2: Exemplo de como espaços com maior número de passagens pode ser considerados uma área central. Fonte: <http://urbanidades.arq.br/>

Complementando a teoria do movimento natural, HILLIER (1996) sugere o termo “economias de movimento” para o produto do movimento e sua relação entre as forças socioeconômicas que formam a cidade e a estrutura do tecido urbano. Segundo o autor, “a utilidade do subproduto do movimento é sempre maximizada pela integração para então maximizar os efeitos multiplicadores que são a fonte principal da vida das cidades”, ou seja, os valores de integração das vias de um sistema axial representam o potencial efeito multiplicador de usos em uma localização formando “mecanismos de gerar contatos”.

Considerando o shopping center como um magneto, ou seja, elemento que atrai movimento e usos semelhantes para a proximidade de sua localização, podemos afirmar que maiores valores de integração e conseqüente potencial movimento, segundo o autor, criam efeitos multiplicadores que modificam padrões de movimento, socioeconômicos, de usos e de densidade que passam a interagir em diferentes escalas da cidade.

Com a premissa de que o shopping center é um magneto que atrai usos parecidos para seu entorno, este artigo tem como objetivo analisar a

variabilidade espacial dos lotes de serviços e comércio no entorno imediato do Mangabeira Shopping, por intermédio de ferramentas digitais. O estudo visa a análise da área de influência primária deste shopping center em João Pessoa, considerando, especificamente, o nível de acessibilidade no espaço (valores de integração, a partir da análise sintática do espaço) e a proximidade entre lotes comerciais ou de serviço (valores de distância do vizinho mais próximo, a partir da análise métrica da paisagem) no recorte espacial do trabalho.

João Pessoa passa por aceleradas transformações na paisagem urbana com o crescimento e desenvolvimento de bairros periféricos, sobretudo nos últimos anos. A introdução do Mangabeira Shopping no tecido urbano da cidade potencializa grandes mudanças que passam a ocorrer de maneiras mais rápidas e precipitadas modificando padrões de uso e ocupação que estão diretamente ligados aos padrões de movimento.

As transformações urbanas necessitam de diagnóstico e monitoramento, com fins de auxiliar a gestão e o planejamento dos espaços urbanos. É nesse sentido que se amplia o desenvolvimento de ferramentas que facilitam as análises requeridas, com destaque para as ferramentas digitais, em acompanhamento aos avanços tecnológicos e metodológicos, que permitem análises de baixo custo, ágeis e em elevado potencial. São várias as ferramentas digitais e que, trabalhadas de modo consorciado, poderão fornecer informações para a leitura do espaço em maior detalhamento. Entre essas ferramentas digitais estão a sintaxe espacial e as métricas da paisagem.

MOURA (2010) afirma que o uso de métricas da paisagem para estudos urbanos é algo muito novo e pouco explorado. Esse breve estudo se apresenta como um mote explorar o uso de “novas velhas” técnicas importantes para uma análise morfológica de ocupação urbana tanto com

a aplicação de métricas da paisagem quanto com o uso da análise sintática do espaço.

## **TRAÇADO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA**

O traçado da área de influência pode ser determinado a partir da utilização de parâmetros de distância e tempo para definir linhas isócotas e linhas isócronas. As isócotas são linhas de distâncias iguais, traçadas em intervalos de igual medida, como raios de 1 a 8 Km para o caso de shopping centers. As isócronas são linhas de tempo de viagens iguais, marcadas em intervalos de minutos iguais, até o tempo de 30 minutos, a partir das rotas de acesso em horários de fluxo normal, evitando-se os horários de pico ou sem movimento nas vias (SILVA, 2006). Pode-se classificar a área de influência em três categorias: área primária, área secundária e área terciária.

Visando mensurar a influência da Mangabeira Shopping, utilizou-se o software Mindwalk - Spatial and Network Analysis Software, Version 2.0., a partir de dados da malha viária de João Pessoa, que mediu a distância métrica a partir das faces do lote, onde o terreno do Mangabeira Shopping é o ponto central para a formação do desenho da área de influência. Aplicando tempos de viagem de 10, 20 e 30 minutos na classificação de influência primária, secundária e terciária, utilizando velocidade média de 29 Km/h para veículos em todas as vias da malha urbana pessoense, com base no estudo desenvolvido pelo LASTRAN/UFRGS (1997) para o IPEA/ANTP, onde se analisa as velocidades médias de veículos em algumas cidades brasileiras, inclusive João Pessoa.

A área de influência produzida com o traçado da isócrona de até 30 minutos, segundo GOLDNER (1994, apud SILVA, 2006), representa a concentração de 99% das viagens geradas por um shopping center, desse modo a maior parte dos estudos relacionados à influência de um PGV

utilizam o tempo como parâmetro de demarcação da área. Na Figura 3, se apresenta o traçado das isócronas representando as áreas de influência primária, secundária e terciária do Mangabeira Shopping.

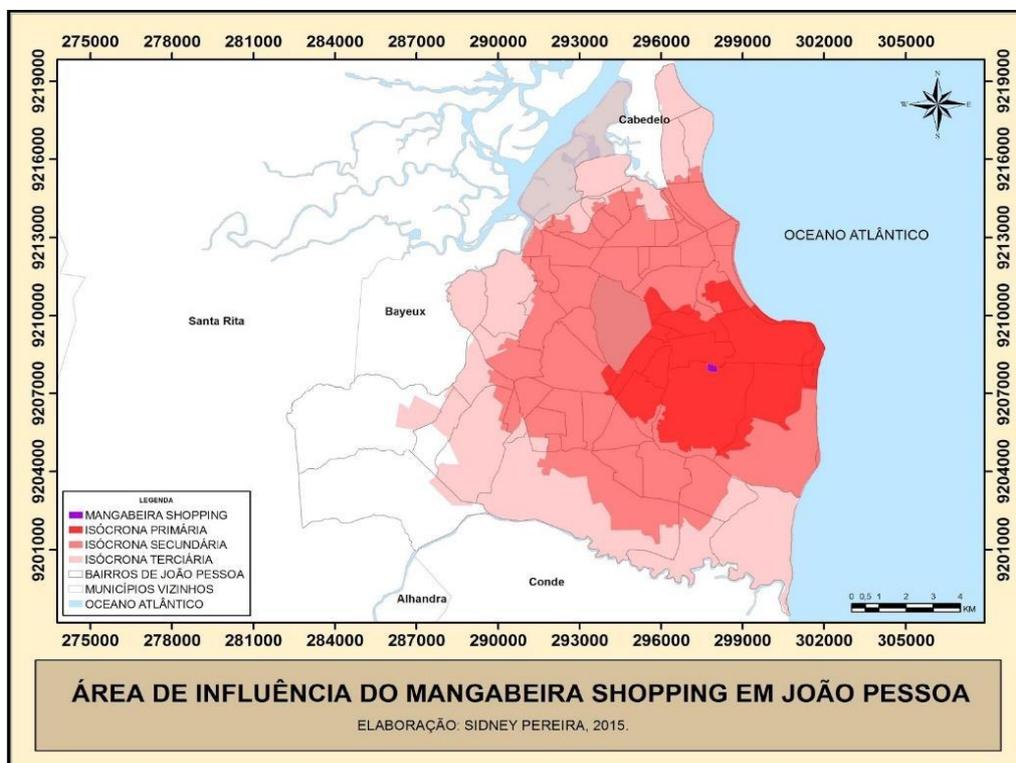


Figura 3: Isócronas do Mangabeira Shopping em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Fontes: Sistema axial (Medeiros, 2006); Base cartográfica (PMJP, 2013).

A traçado da área de influência primária do Mangabeira Shopping abriga 17 bairros da porção centro-leste de João Pessoa. Encontram-se inseridos totalmente neste recorte os bairros de Água Fria, Cidade dos Colibris, Jardim São Paulo, Anatólia, Jardim Cidade Universitária, Portal do Sol,

Ponta dos Seixas e Penha. De forma parcial, apresentam-se Ernesto Geisel, Cristo Redentor, José Américo, Castelo Branco, Altiplano, Cabo Branco, Costa do Sol, Bancários e Mangabeira (Figura 4).

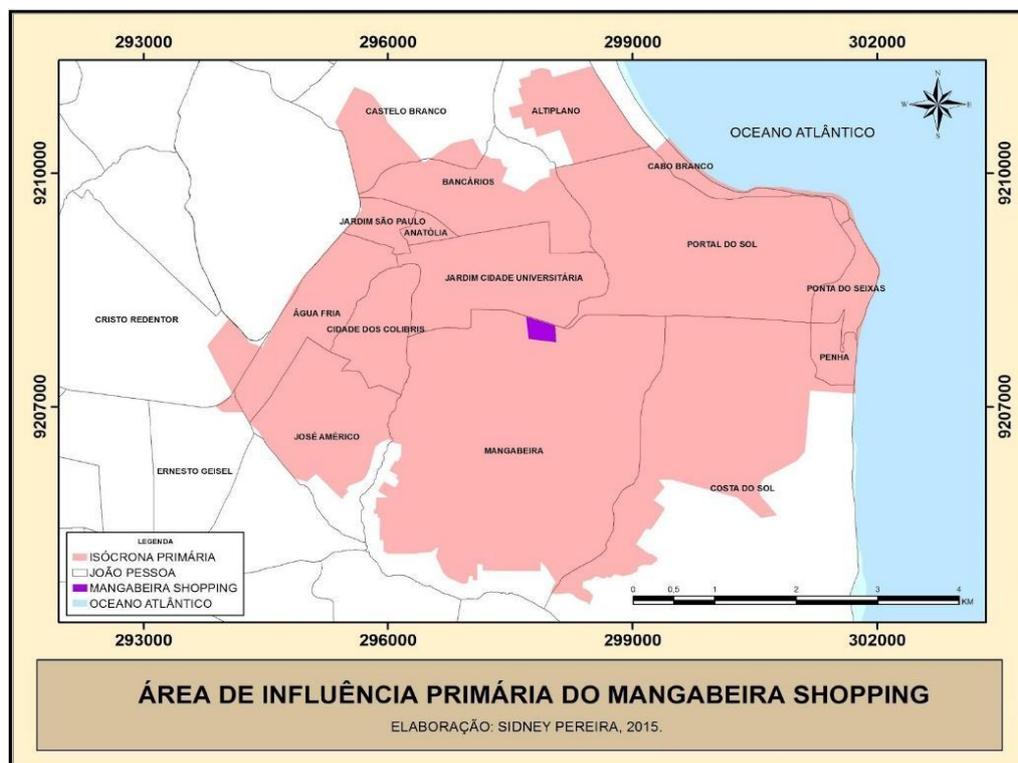


Figura 4 – Entorno imediato (área de influência primária) do Mangabeira Shopping em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Fontes: Sistema axial (Medeiros, 2006); Base cartográfica (PMJP, 2013).

## **USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS NO ESTUDO DA ESTRUTURA URBANA**

A análise métrica da paisagem, de acordo com FORMAN e GORDON (1986 apud MOURA, 2010), se baseia "(...) no estudo da estrutura, função e dinâmica de áreas heterogêneas compostas por ecossistemas interativos, ou seja, ela possibilita que a paisagem seja avaliada sob diversos pontos de vista, permitindo que seus processos ecológicos e a influência humana, no contexto geográfico possam ser estudados em diferentes escalas temporais e espaciais".

Através desse conceito podem-se relacionar técnicas de análise métrica da paisagem a partir do "envolvimento do homem e suas inter-relações com o ambiente" (MOURA, 2010). O uso da análise métrica da paisagem tem como objetivo avaliar a variabilidade fornecida pelas medidas de polígonos vetoriais ou de um raster temático, podendo ser representada em um mapa temático. A variabilidade espacial pode indicar mudanças potenciais ou relevantes na estrutura da paisagem (BLASCHKE & LANG, 2009).

Na análise métrica da paisagem pode-se utilizar, como variáveis de medida, aspectos relacionados ao tamanho, forma, distribuição espacial das manchas, dentre outras. O presente estudo utiliza como variável a medida da distância do vizinho mais próximo (nearest neighbor distance - NNDIST), ou seja, a distância da próxima mancha vizinha da mesma classe, onde dependendo da implementação, apresenta-se  $NNDIST = 0$  para o caso de manchas adjacentes. No artigo, considera-se como mesma classe de mancha os lotes ocupados com serviço e/ou comércio dentro do entorno imediato do Mangabeira Shopping, presentes na sua área de influência primária.

Inicialmente, foram colocados em uma única camada todos os lotes de serviços e comércio dentro do recorte territorial, considerando-os como uma mesma classe, já que são usos intrinsecamente ligados à teoria

“Cidades Como Economias de Movimento” apresentada por Hillier, na década de 1990. Com essa camada, foi calculada a distância entre os lotes, utilizando a extensão V-LATE 2.0 beta (Vector-Based Landscape Analysis Tools Extension) para o software ArcGIS 10.1 for Desktop Software for Students, representados no mapa temático apresentado a seguir. Os lotes foram classificados em: i) lotes adjacentes, ou seja, lotes vizinhos com NNDIST = 0 m; ii) lotes com até dez metros de distância, por ser a medida mínima para um lote comercial ou de serviço no recorte territorial avaliado; e iii) lotes com mais de dez metros de distância.

### Análise sintática do espaço

Além do uso de técnicas de métricas da paisagem, o trabalho aborda a análise sintática como outra ferramenta para estudos sobre a cidade. Também conhecida como Sintaxe Espacial, a análise sintática do espaço “é um conjunto de técnicas de representação e análise do artefato arquitetônico ou urbano [...] como um sistema de relações entre descrições abstratas de espaços” (FIGUEIREDO, 2004).

Esse sistema é uma forma de representação configuracional chamado de sistema axial, pois se baseia em linhas que revelam a acessibilidade da trama existente por meio de uma escala cromática, de tons de cinza ou espessura de eixos. Esta acessibilidade pode, ou não, corresponder aos fluxos reais, tendo em vista uma possível preponderância de outras variáveis (como tipos de pavimentação, existência de magnetos, crises sociais, etc.). Por isso, se diz que um mapa axial ilustra o movimento potencial e não o real (MEDEIROS, 2006).

No estudo foi utilizado o software depthMapX com o sistema axial elaborado por MEDEIROS, 2006, correspondente às vias existentes na cidade de João Pessoa, para geração do mapa axial de integração. A variável de integração foi escolhida nesse estudo, pois representa o nível de acessibilidade das vias. De acordo com HILLIER (1993), espaços mais

integrados apresentariam maior taxa de movimento de pedestres do que espaços segregados, ou seja, quanto mais acessível, mais movimentado é o local.

## **RESULTADOS**

Com foco na aplicabilidade de ferramentas digitais para análise da variabilidade espacial dos lotes de serviços e comércio no entorno imediato do Mangabeira Shopping, o artigo apresenta como produto mapas temáticos da área de influência primária do equipamento.

Na Figura 5, apresenta-se o mapa temático que representa os valores de integração do sistema axial de João Pessoa, utilizando sintaxe espacial. As linhas com maiores valores de integração, lidas como as áreas mais integradas no mapa, correspondem, na escala cromática, às cores mais quentes, assim como as linhas com menores valores de integração, ditas áreas mais segregadas, se apresentam em cores mais frias.

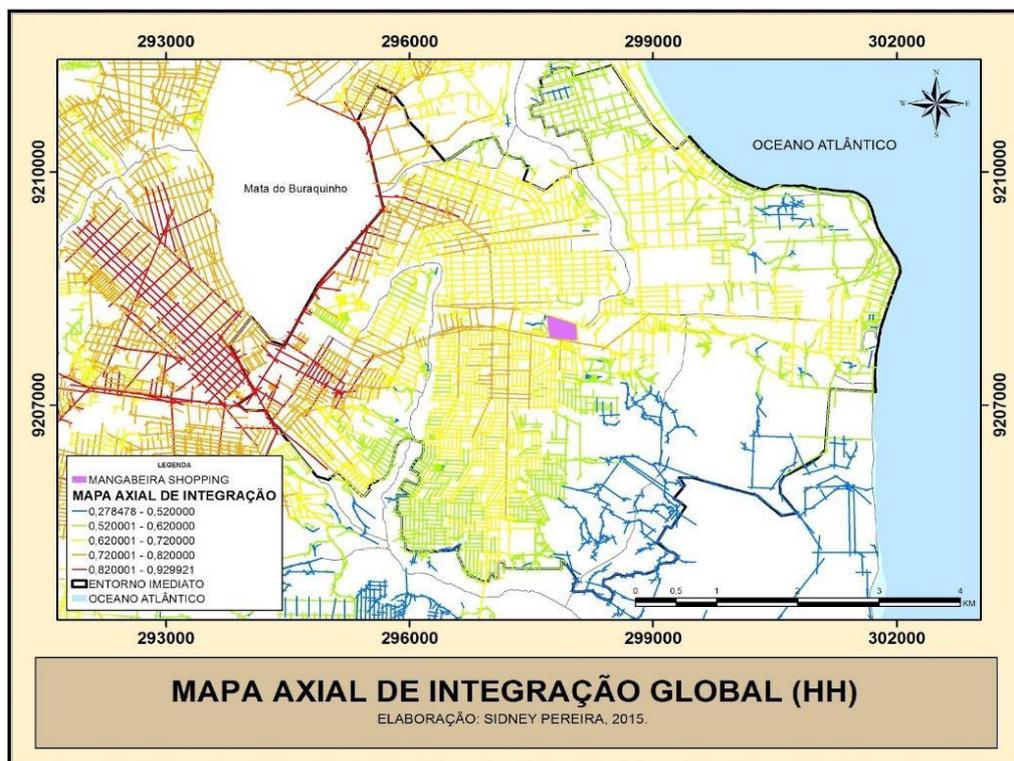


Figura 5: Mapa axial de integração do entorno imediato (área de influência primária) do Mangabeira Shopping em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Fontes: Sistema axial (Medeiros, 2006); Base cartográfica (PMJP, 2013).

Na Figura 6, o mapa representa os valores de distância do vizinho mais próximo de cada lote comercial ou de serviço a partir da análise métrica da paisagem. Nele percebe-se a presença de lotes de comércio e serviço vizinho, na cor vermelha, lotes com distância maior que zero, em laranja, e, em amarelo lotes com distância maiores que 10m (correspondente à frente mínima de lote no recorte espacial).

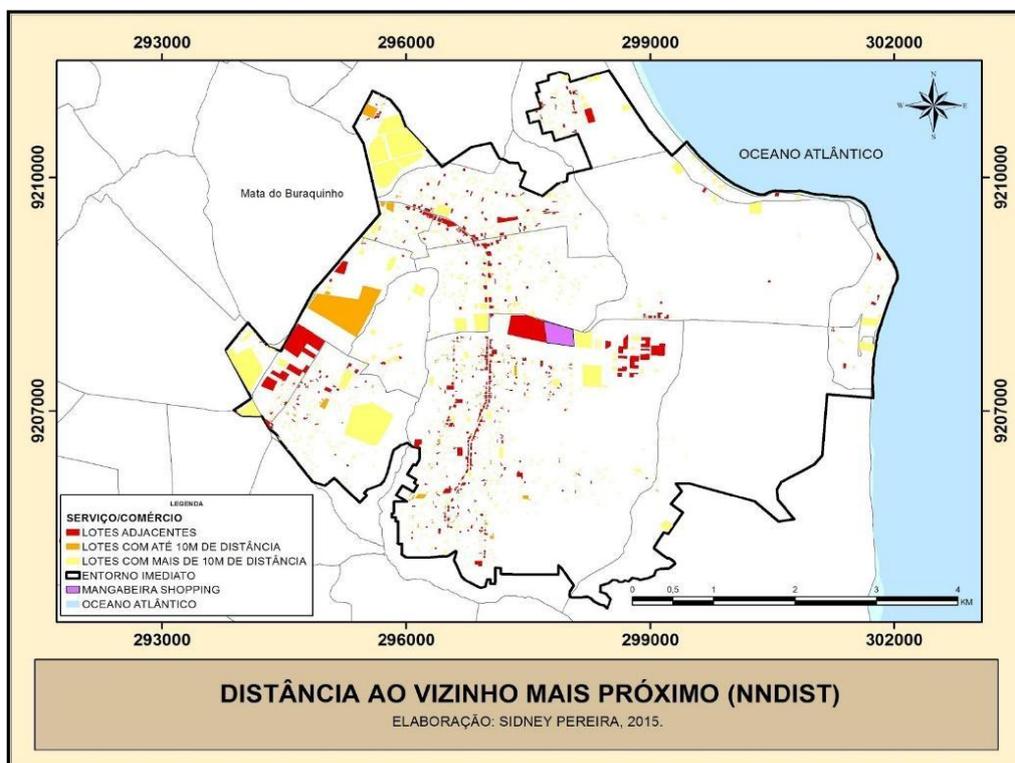


Figura 6 – Distância ao vizinho mais próximo (NNDIST) na classe "lotes comerciais e de serviço" no entorno imediato (área de influência primária) do Mangabeira Shopping em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Fontes: Sistema axial (Medeiros, 2006); Base cartográfica (PMJP, 2013).

Analisando o mapa axial de integração e o mapa de distância ao vizinho mais próximo entre manchas de mesma classe, percebe-se:

A Rodovia Transamazônica (BR-230), que margeia porção sudeste da Mata do Buraquinho, apresenta alto grau de integração (Figura 5) por possuir linhas axiais maiores que conectam muitas vias no tecido urbano de João Pessoa. A BR-230, que corta a área urbana da cidade no eixo norte-sul, impulsionou o processo de espraiamento da cidade para o sul

ocasionando “alterações na acessibilidade com base na morfologia e no padrão de uso e ocupação dos espaços lindeiros à rodovia” (CASTRO, 2014).

A concentração de lotes de grande porte (Figura 6), tanto a Rodovia Transamazônica que margeia porção sudeste da Mata do Buraquinho quanto a Av. Hilton Souto Maior. Esses lotes fazem parte da Zona de Grandes Equipamentos (ZGE) de acordo com o zoneamento da cidade que tem a função de “assegurar a localização de grandes equipamentos urbanos, cujos efeitos decorrentes da polarização que exercem na vida urbana se fazem sentir sobremodo no sistema viário” (PMJP, 2011).

No centro do recorte espacial, aparece uma concentração de lotes adjacentes em uma área aparentemente não tão integrada de Mangabeira (Figura 5 e 6), apesar de ser bem próximo da Av. Hilton Souto Maior. A justificativa é que ali se encontra a principal unidade do DETRAN-PB (Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba), que centraliza um grande número de serviços e de comércio no local. FIGUEIREDO (2004) declara que a sintaxe espacial “consiste em verificar a influência do campo potencial (grifo dos autores) criado pelo espaço para encontros e interações medindo o grau de correlação entre as variáveis sintáticas”, ou seja, podemos afirmar que a sintaxe espacial não define nem determina a qualidade e características de um espaço.

Um grande número de lotes adjacentes (Figura 6) se concentra nas vias mais integradas (Figura 5) dos Bancários, Jardim Universitário e Mangabeira, correspondentes às vias principais dos bairros, onde as vias mais integradas dos bairros apresentam uma maior concentração na oferta de lotes ocupados com serviços e comércio e a consequente maior fluxo de indivíduos transitando por essa área. Sobre o comércio varejista, HILLIER (1996) indaga o porquê de lojas estarem localizadas, na maioria das vezes, nos principais pontos integradores de um sistema axial e

declara: “A presença das lojas pode atrair pessoas, mas não podem mudar o valor de integração de uma linha, desde que esse é meramente uma medida espacial da posição da linha na malha. Só pode ser porque as lojas foram seletivamente localizadas nas linhas de integração, e isso deve ter acontecido porque aquelas são as linhas que naturalmente transportam o maior movimento” (HILLIER, 1996, p.125).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo se apresenta como um estudo exploratório da estrutura urbana de João Pessoa utilizando duas ferramentas digitais de mensura com vista à aplicação nos estudos da cidade. As duas variáveis de análise do estudo, valores de integração da sintaxe espacial e a distância do vizinho mais próximo da análise métrica da paisagem, apresentam correspondências e discordâncias com a teoria apresentada por Hillier na década de 1990 e o espaço urbano produzido. No momento em que as respectivas medidas passam a ser representadas por meio dos mapas temáticos percebe-se a necessidade e o valor do conhecimento da história, legislação e zoneamento da cidade analisada para a leitura aprofundada do espaço urbano.

O uso da análise métrica da paisagem é algo novo nos estudos urbanos e por isso segue-se a etapa de verificação da validade desta ferramenta. Para este trabalho, a distância do vizinho mais próximo se mostrou como uma métrica aplicável, porém ainda existe a necessidade da experimentação de outras variáveis da análise métrica da paisagem para melhor avaliação e adequação do instrumento. Já o valor de integração, considerado a principal variável da sintaxe espacial. Representando o potencial movimento de indivíduos nas ruas inseridas em um sistema axial, a ferramenta é utilizada em várias análises tanto no espaço urbano quanto na arquitetura.

Este estudo põe-se como estágio inicial de avaliação do magneto Mangabeira Shopping, a ser complementado com análises espaço-temporais das potenciais transformações urbanas vinculadas ao referido shopping.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BLASCHKE, T.; LANG, S. (2009). Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de textos.

CASTRO (2014). Interfaces Rodoviário Urbanas na Produção da Cidade: Estudo de Caso do Contorno Rodoviário de João Pessoa-PB. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental, UFPB. João Pessoa, PB.

FIGUEIREDO, L. (2004). Linhas de Continuidade no Sistema Axial. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE. Pernambuco, PE.

HILLIER, B.; PENN, A.; HANSON, J.; GRAJEWSKI, T.; XU, J. (1993). Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 20, n. 1, p. 29-66.

HILLIER, B. (1996). *Space is the machine*, Cambridge University Press, p. 111-137.

LASTRAN (1997). Redução das deseconomias urbanas com melhoria do transporte público: cidade de Porto Alegre. Relatório Técnico. Convênio Trensurb, PMPA, UFRGS. Porto Alegre - RS.

MEDEIROS, V. (2006). *Urbis brasiliae ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas*. 2006. 520 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília - DF.

MOURA, A. C. M. (2010). Estudo exploratório de aplicação de métricas de paisagem na caracterização da dinâmica de transformação regional potenciais de transformação das manchas urbanas. In: VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER, 2010, Juiz de Fora - MG. Anais do VIII Encontro Nacional da

Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER. São Paulo (USP): Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ABER), p. 1-22.

PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J. C. (2009). Construir a cidade: 1975-1995. In: Formas Urbanas: a dissolução da quadra. Porto Alegre, Bookman, p.202-211.

PEREIRA, S. (2013). Estudo da Área de Influência do Mangabeira Shopping em João Pessoa - PB. Monografia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UFPB. João Pessoa, PB.

PMJP (2011). Código de Urbanismo de João Pessoa. Prefeitura Municipal de Joao Pessoa. João Pessoa – PB.

SILVA, L. R. (2006). Metodologia de delimitação da Área de Influência dos Pólos Geradores de Viagens para estudos de Geração de Viagens – Um estudo de caso nos supermercados e hipermercados. Dissertação de Mestrado em Transportes, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, DF.

SILVEIRA, J. A. R.; RIBEIRO, E. L.; ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de (2007). Metamorfose do locus central na cidade de João Pessoa. Paraíba: final do século XIX ao início do século XXI. Arqutextos, São Paulo, 08.089, Vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.089/198>>. Acesso em julho de 2013.

VILLAÇA, F. (2001). Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel.

# Pelos "cantos" da cidade: usos e apropriações de espaços urbanos por trabalhadores de rua no Centro de João Pessoa, Paraíba

*Alessandra Soares de Moura*

*Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia*

No presente artigo, procuramos aprofundar o debate sobre a cidade contemporânea por meio da relação entre trabalhadores de rua (camelôs/ambulantes) e a própria rua. Sabedoras da impossibilidade de abarcar a totalidade da realidade dos camelôs e ambulantes, assim como de retratar inteiramente as experiências e vivências deles nas ruas do Centro de João Pessoa, lançamos reflexões sobre o urbano a partir de um recorte, de um olhar voltado à vida de um grupo de pessoas que trabalham na rua. Elegemos os ambulantes e os camelôs – um grupo pertencente ao setor informal – para analisar suas práticas e atuações nas ruas. Muitas vezes, os termos "ambulante" e "camelô" aparecem como sinônimos. Mas, por questões de diferenciação, nesta pesquisa, entendemos que o primeiro se associa ao trabalhador informal que atua nas ruas locomovendo-se com mercadorias, e o segundo, ao trabalhador informal que comercializa em espaços fixos.

Estruturamos o texto em três pontos principais: (1) um espaço – a rua; (2) uma perspectiva – a prática cotidiana; (3) um sujeito – o camelô/ambulante. Analisamos a rua como um espaço de conflitos, discutindo novas ferramentas de reflexão sobre espaços urbanos,

intervenção e gestão urbana a partir do estudo das práticas cotidianas dos ambulantes, das suas experiências, usos e apropriações das ruas centrais da cidade de João Pessoa. O problema de pesquisa: como os ambulantes/camelôs, inseridos no bairro do Centro de João Pessoa, experienciam a rua e compreendem o espaço em que atuam? A busca por respostas ao problema posto parte da consciência da necessidade de conectar duas visões: a do (1) pesquisador e a do (2) ambulante/camelô.

Nesse sentido, aproximamo-nos de pesquisas que problematizam conceitos e buscam novos métodos/abordagens para compreender os conflitos urbanos, os usos e apropriações dos espaços públicos e as novas urbanidades (CERTEAU, 1994; JACQUES, 2012b; RIBEIRO, 2012c; SCOCUGLIA, 2012). Esses tópicos multidisciplinares são debatidos na esfera da arquitetura e do urbanismo a partir, muitas vezes, de reflexões sobre o uso das ruas – modos de apropriação do espaço – e sobre a possibilidade de ampliação da participação dos usuários nas decisões que fundamentam os projetos e intervenções urbanísticas.

A discussão e a incorporação dessas teorias e dos questionamentos epistemológicos e metodológicos do campo empírico em foco ocorreram por meio da identificação, apresentação e problematização das práticas cotidianas que “subvertem” a lógica dominante de constituição dos espaços urbanos. Seguindo Ana Clara Ribeiro (2012c, p.102), entendemos que “[...] é preciso valorizar as racionalidades alternativas, buscar outras racionalidades, outras maneiras de ver e de pensar”. E, para podermos reconhecer as diversas possibilidades futuras, é necessário valorizar a experiência urbana, o “território usado”, como diria Milton Santos, pois “[...] sem dúvida, a cidade viva, insurgente e experimental não morreu” (RIBEIRO, 2009, p.149).

Ainda na linha de pensamento de Ribeiro (2012a), podemos dizer que atravessamos um período em que as análises das práticas concretas dos

"homens ordinários" se tornaram fundamentais para o entendimento da realidade contemporânea:

[...] Talvez a saída seja aceitar, mas aceitar de verdade, que o fundamental é a agência humana, contra o agenciamento dominante. Estamos, sim, num momento em que a agência humana deve ser o objeto privilegiado da observação. E, assim indicado, vemos como o pensamento que se generaliza, inclusive no planejamento, segue essa direção (RIBEIRO, 2012a, p.89).

É interessante perceber como essa perspectiva de análise das práticas cotidianas dos "homens ordinários" foi, de alguma forma, incorporada ao marco regulatório desde a Constituição de 1988, normatizada pelo Estatuto da Cidade (2001) e, em nível municipal, pelos Planos Diretores. Temos avanços evidentes na regulamentação/legislação que determina a participação dos usuários e moradores nas diferentes fases de planejamento, projeto e gestão dos territórios urbanos que são objetos de intervenção. Fato que nos remete à urgência de estudos que incorporem o cotidiano, a diversidade e multiplicidade nos/dos espaços públicos contemporâneos. Entretanto, há fortes indicações da dificuldade que os órgãos planejadores e os poderes a eles vinculados têm para incorporar não só as determinações legais, como também as multiplicidades do urbano (LEFEBVRE, 2008; MARICATO, 2015).

Compreendemos, desse modo, que o pensamento crítico no campo da arquitetura e do urbanismo e áreas afins é fundamental para os novos estudos que incorporam os usos e as apropriações dos espaços por diferentes grupos sociais. Um dos fundamentos dessas ideias está explícito na constatação de que "[...] as ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres" (JACOBS, 2000, p.29).

Prezamos por uma leitura qualitativa da vivência dos ambulantes e camelôs no bairro do Centro de João Pessoa. E isso é feito a partir de um debate interdisciplinar e de um universo constituído por uma pesquisa de campo realizada durante cinco meses, período que resultou na realização de três percursos no Centro da cidade de João Pessoa. Na busca por responder ao problema proposto na pesquisa, optamos por ir a campo (à rua) e realizar uma leitura do espaço urbano a partir “do nível do chão” (CERTEAU, 1994) e em sua “multiplicidade” (LEFEBVRE, 2008) – escolha que implicou a incorporação de questões adversas e mais amplas que as propostas definidas no plano de pesquisa, obrigando-nos a adentrar no mundo do trabalho informal e da gestão e do planejamento urbano contemporâneos.

### **TRABALHADOR DE RUA: O CAMELÔ E O AMBULANTE**

Compreendemos que a cidade abarca múltiplas facetas, entre as quais destacamos, para efeito didático/compreensivo, duas: uma visível, hegemônica, e outra invisível, contra-hegemônica. Na realidade concreta, essas duas facetas aparecem imbricadas e relacionam-se às tentativas de dominação e apropriação do espaço urbano.

Em nossas pesquisas, procuramos identificar possibilidades de existência de “subversões” cotidianas da lógica hegemônica de estruturação das ruas nas cidades capitalistas. Essas lógicas são trabalhadas por Milton Santos no conceito de “espaço opaco”, que se contrapõe à ideia de “espaço luminoso”. Ao falar de “espaços opacos”, Santos (2008) se refere a espaços que muitas vezes são invisíveis à lógica dominante, mesmo estando situados no interior dos espaços adaptados às exigências globais e pertencentes à lógica dominante.

Enquanto os espaços luminosos, envolvidos com a racionalidade hegemônica, são os de “[...] reconhecimento, de valorização e, enfim, da

vida plena, *clean* e justa, que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas” (RIBEIRO, 2012a, p.67); os espaços opacos, envolvidos com a contrarrazionalidade, são aqueles “[...] representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, [e que] oferecem materializações de racionalidades alternativas” (RIBEIRO, 2012a, p.68). São espaços excluídos, flexíveis e fluidos, gerados pela lógica dos espaços luminosos e atravessados pela racionalidade dominante, assim como por outras racionalidades. Por abarcar diversas realidades, temporalidades e a capacidade de se construir segundo novas definições, os espaços opacos estabelecem uma relação dialética com os espaços luminosos, impedindo que os atores do poder hegemônico dominem completamente o espaço (SANTOS, 2011).

Os espaços opacos são, dessa forma, constituídos por práticas “estranhas” “[...] ao espaço ‘geométrico’ ou ‘geográfico’ das construções visuais, panópticas ou teóricas” (CERTEAU, 1994, p.172); eles são construídos pelo “[...] homem ordinário, praticante das cidades, que escapa – resiste e sobrevive – no cotidiano” (JACQUES, 2012a, p.195), isto é, o homem pertencente ao setor informal da economia (moradores de rua, catadores, prostitutas, ambulantes, camelôs, favelados, entre outros), indivíduos anônimos que constroem sua própria racionalidade.

Consideramos, assim, que as práticas do “homem ordinário” podem ser consideradas como contra-hegemônicas, pois ganham relevância por sua resistência, ao garantir vitalidade aos “[...] espaços públicos a partir de uma forma de apropriação que contraria, desvia ou subverte as imposições autoritárias dos projetos urbanísticos mais luminosos e espetaculares” (JACQUES, 2012a, p.196), mesmo que de forma inconsciente.

Os trabalhadores de rua – homem ordinário – são compreendidos aqui como sujeitos que podem ter vozes dissonantes e, por isso, estigmatizadas, embora sejam fundamentais na orientação de projetos e diretrizes urbanísticas, dado possuem uma tradição na história dos espaços públicos no Brasil. Por vezes, ambulantes e camelôs são alvos de processos de higienização nos projetos de requalificação urbana contemporâneos, que não levam em consideração a informalidade como prática de reprodução de parte dos trabalhadores das cidades, em especial nos países latino-americanos.

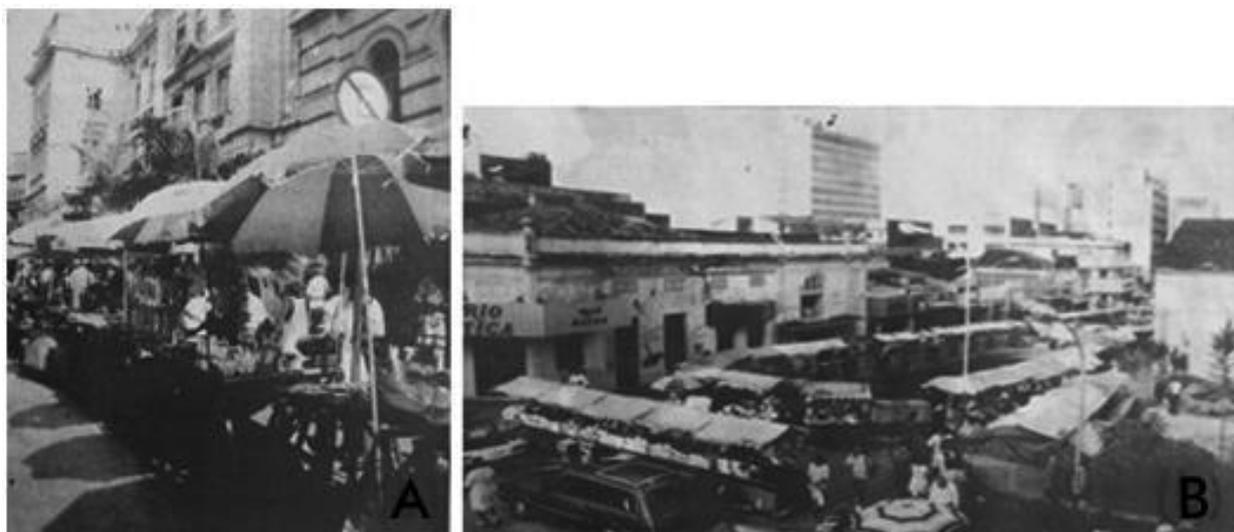
Do ponto de vista dominante da produção do espaço, o comércio informal tende a ser encarado como um problema a ser "eliminado", "controlado" e/ou "encoberto", conclusão fundada na justificativa de que eles comercializam produtos ilegais e atrapalham a circulação nas ruas (causam desordem). Enquanto a primeira opção remete, geralmente, à tentativa de expulsar ambulantes e camelôs das ruas, as outras comumente reportam à necessidade de inseri-los em lugares fechados e planejados. Sem dúvida, todas essas opções envolvem conflitos entre o poder público e os camelôs/ambulantes.

Já da perspectiva do trabalhador de rua, o comércio ambulante é uma parte significativa da economia urbana informal, uma vez que distribui "[...] bens e serviços acessíveis, oferecendo aos consumidores opções de varejo convenientes e baratas":

Sabemos que nossa atividade é importante para a economia, especialmente para proporcionar o acesso aos diversos bens e produtos produzidos na sociedade como, por exemplo, chapéus, roupas, sapatos, eletrônicos, utensílios domésticos, material de informática, bijuterias, alimentação, bebidas, doces, salgados, acessórios masculinos e femininos, bilhetes de ônibus, entre outros milhares de produtos consumidos diariamente pela população brasileira de todas as faixas econômicas, raça,

credo e origem. Quem nunca comprou algum produto com um ambulante que atire a primeira pedra!!! (COMISSÃO NACIONAL DE VENDEDORES(AS) AMBULANTES, 2013).

Em João Pessoa, a busca por retirar camelôs do Centro não é recente. Em duas matérias publicadas em um jornal de circulação local, percebemos que ela aparece em diversos momentos como parte de políticas municipais de reordenamento dos espaços públicos. Em uma edição de *A União*, de 1950, uma notícia aborda o crescente número de barracas nas ruas do Centro da cidade (A CIDADE, 1950). No mesmo jornal, em uma matéria publicada em 1997, a questão é discutida a partir do surgimento de um possível projeto – ou solução – de retirada dos camelôs do Centro. Nesta última, o principal problema alegado é o da ocupação de espaço nas calçadas, impedindo a circulação dos pedestres. A notícia de 1997 apresenta duas fotografias de alguns espaços do Centro (Figuras 1 e 2). Nelas, é possível perceber a presença de inúmeras barracas e uma ocupação diferente da atual.



Figuras 1 e 2: (A) Barracas na calçada da Rua Miguel Couto, em frente da atual Prefeitura Municipal de João Pessoa\*; e (B) Calçada da Avenida Duque de Caxias\*\*  
Fonte: Jornal *A União* (LUTA, 1997).

\* Legenda da fotografia no jornal: "As barracas armadas na calçada dificultam a passagem de pedestres".

\*\* Legenda da fotografia no jornal: "As barracas instaladas pelos camelôs tomam conta das ruas e fazem concorrência com os estabelecimentos comerciais de maior porte".

Nas últimas décadas, principalmente entre 2005 e 2012, muitas das "soluções" propostas pelo poder público para o "ordenamento" do espaço urbano, sobretudo do Centro da cidade, atingiram diretamente camelôs e ambulantes. Nesse período, ocorreram inúmeros conflitos – inclusive físicos – entre agentes do poder público e trabalhadores informais, assim como foram criados alguns "*shoppings* populares" no Centro, como podemos ver no Mapa1. Importa salientar que não há cadastro nem dados

oficiais acerca da quantidade de ambulantes e camelôs que trabalham na cidade.

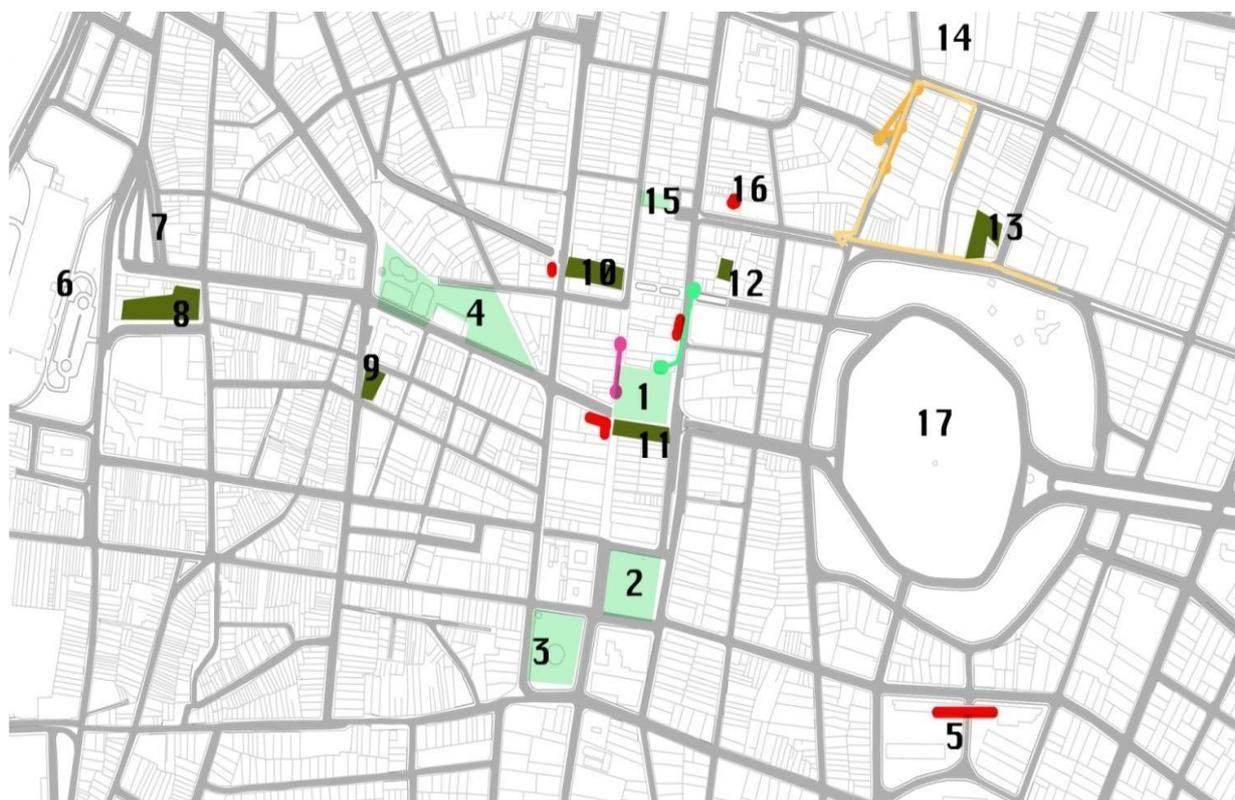
Atualmente, parece existir uma maior elasticidade quanto à possibilidade de diálogo do Poder Público – nível municipal – com os ambulantes e camelôs que exercem suas atividades de trabalho no bairro do Centro. Contudo, operações de “limpeza urbana” continuam sendo registradas na região. A mais recente, intitulada *Operação Calçada Livre*, objetivou “desobstruir” vias do Centro retirando ambulantes que trabalham nas calçadas. Na página oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa, encontramos, em uma matéria publicada em abril de 2013, contexto do início da *Operação Calçada Livre*, a seguinte colocação do atual Secretário de Desenvolvimento Urbano: “A ação realizada na última segunda-feira (15) foi o primeiro passo para garantir o direito de todos de transitar com segurança pelas calçadas da Capital [...]”. O discurso de justificativa da retirada dos ambulantes segue a concepção da rua como um espaço de circulação, sendo negativa a presença dos que nela trabalham.

É no sentido oposto das recentes ações dos poderes públicos instituídos que direcionamos nossas pesquisas, buscando revelar parte das múltiplas dimensões dessa forma de trabalho nas ruas e identificando as táticas de permanência dos trabalhadores e de produção/reprodução dos espaços públicos.

## **A PESQUISA**

O trabalho de campo foi realizado durante cinco meses, de outubro de 2013 a fevereiro de 2014. Optamos por esse intervalo de tempo, relativamente longo, a fim de investigarmos as práticas e perspectivas dos ambulantes/camelôs que trabalham no Centro de João Pessoa em diferentes períodos. A pesquisa foi dividida em duas etapas: (1) de início, realizamos observações a partir de trajetos percorridos a pé pelo

pesquisador em um local que designamos como “ponto de partida”, compreendido, aproximadamente, entre o anel externo do Parque Solon de Lucena e a Praça Vidal de Negreiros (Mapa 1). Observamos atentamente os locais de maior permanência de camelôs/ambulantes e efetuamos registros por meio de diário de bordo, elaboração de mapas e desenhos à mão livre, reelaborados e/ou complementados, posteriormente, a partir de outras formas de registro, como fotografia, vídeo e transcrição de entrevistas.



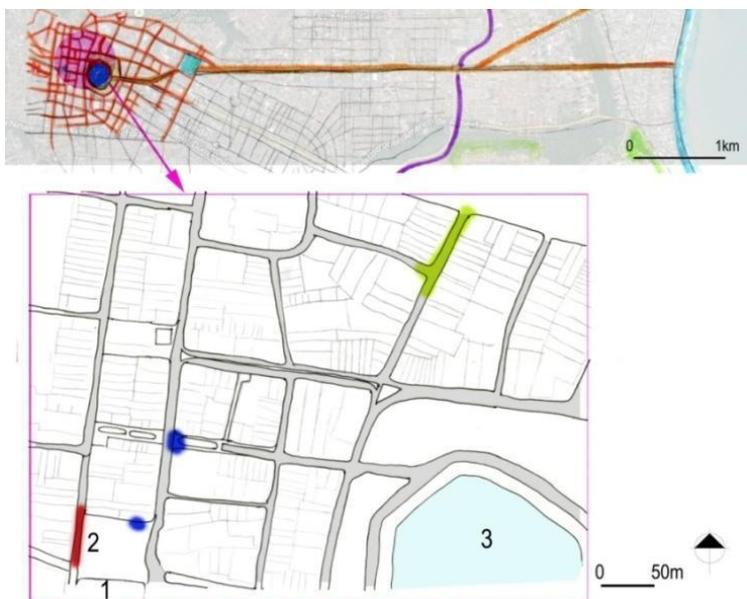
Legenda: 1 – Praça Vidal de Negreiros; 2 – Praça João Pessoa; 3 – Praça Venâncio Neiva; 4 – Praça Pedro Américo; 5 – Mercado Central; 6 – Rodoviária; 7– Terminal de

Integração; 8 – Centro de Comércio e Serviços Varadouro de Passagem (2010); 9- Shopping 4&400 (2003); 10 – Shopping Terceirão (1999); 11- Shopping Paraíba Palace (2013); 12 – Centro Popular de Serviços (2008); 13 – Centro Comercial de Passagem (2006); 14 – Shopping Tambiá; 15 – Praça Rio Branco; 16 – Galpão; 17 – Parque Solon de Lucena.

Mapa 1:Localização e pontos citados ao longo das entrevistas. Fonte: Moura(2014).

Após repetirmos três vezes os trajetos de observação, em diferentes dias da semana, identificamos os locais de maior concentração de ambulantes e camelôs. Levando isso em consideração, escolhemos dois pontos fixos para estudo: os bancos da Praça Vidal de Negreiros e o último andar do Hotel Parahyba Palace, localizado no entorno imediato da referida praça. Esses locais proporcionam a visualização, tanto de perto quanto de longe, de alguns aspectos do posicionamento dos camelôs na praça.

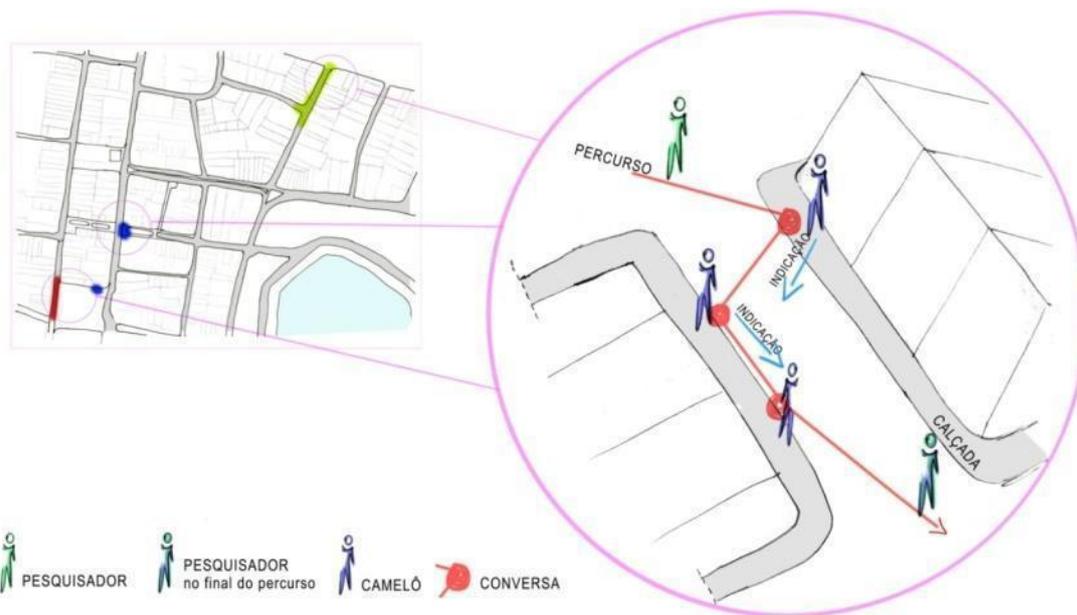
Na segunda etapa da pesquisa empírica, aproximamo-nos dos sujeitos pesquisados, ainda por meio de pesquisa qualitativa, valendo-nos de entrevistas semiestruturadas. Deixamos as observações realizadas a distância – foco da primeira etapa – para entrar em contato direto com os camelôs, na tentativa de apreender, a partir de suas falas, a forma como experienciam o Centro, bem como as representações que instituem sobre os espaços públicos, suas vivências e o trabalho informal nas ruas da cidade. Decidimos não preestabelecer um número total de camelôs e ambulantes a serem entrevistados, muito menos se iria haver a mesma quantidade de cada categoria. Partimos de três camelôs ou ambulantes que encontramos ao longo da pesquisa para, então, construirmos três percursos distintos. Em cada percurso, realizamos diversas entrevistas (Esquema 1).



Legenda: 1 – Hotel Parahyba Palace; 2 – Praça Vidal de Negreiros; 3 – Parque Solon de Lucena; 4 – Percurso 1; 5 – Percurso 2; 6 – Percurso 3.

Figura 3: Área designada como ponto de partida e identificação dos locais onde ocorreram os três percursos realizados na pesquisa de campo. Fonte: Moura (2014).

Procuramos realizar os três percursos (Figura 3) seguindo a ideia de que o pesquisador não deveria ser o único a conduzir a sequência das entrevistas. Buscamos deslocar uma parcela dessa ação para os próprios entrevistados. Assim, cada percurso foi iniciado com um trabalhador de rua, que deu origem à própria trajetória. Para que os três percursos fossem construídos a partir das entrevistas, pedimos para cada ambulante/camelô entrevistado escolher o outro trabalhador com o qual poderíamos continuar a conversar. Passamos, pois, para o sujeito pesquisado a tarefa de dar o caminho a ser seguido pelo pesquisador no percurso. O Esquema 1 contribui para a visualização e compreensão dessa opção de pesquisa de campo:



Esquema 1: Esquema da realização de um percurso. Fonte: Moura (2014).

Em sua maioria, as entrevistas de cada percurso foram realizadas no período da tarde (entre 14 e 18 horas) e durante dias de semana, por ser o momento de maior concentração de trabalhadores de rua. Ao longo das conversas realizamos as seguintes perguntas: Como é trabalhar na rua? Há quanto tempo trabalha aqui? Onde você mora? Como seria um espaço de trabalho ideal para você?

Além de câmera fotográfica, filmadora e diário de bordo, utilizamos um gravador nessa etapa da pesquisa, a fim de imprimirmos as falas das entrevistas. A partir desse conjunto de informações, lapidamos os dados na tentativa de identificar temas, categorias e problemáticas referentes à atuação dos trabalhadores de rua.

## **ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA À LUZ DA TEORIA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA**

Após a realização dos percursos e das entrevistas, organizamos todas as informações coletadas e desenvolvemos reflexões a partir delas. A seguir, destacamos as mais relevantes.

A primeira constatação surgida a partir das descrições e narrativas dos entrevistados foi a de que as formas de ocupar e permanecer no espaço têm importância crucial na vida dos camelôs/ambulantes. Entendemos que essa importância revela a existência de conflitos na cidade, de controle do espaço e também da atuação do Poder Público em relação aos camelôs e ambulantes.

Para permanecer no espaço, os camelôs/ambulantes assumem uma racionalidade própria, definem critérios e criam padrões de comportamento, incorporando regras e valores que transitam entre os espaços "luminosos" e os espaços "opacos" (essas transições de espaços são identificadas, no decorrer da análise, no pacto com os lojistas). Um ponto que demonstra essa racionalidade própria na forma de ocupar o espaço é a ideia de "deixar a calçada livre para pedestres". Essa frase, repetida constantemente pelos ambulantes e camelôs entrevistados, guia grande parte de suas ações no tocante à ocupação do espaço de trabalho a partir daquilo que identificamos como "princípio da organização". Seguindo esse princípio legitimador de ocupação espacial, os espaços são construídos e desconstruídos todos os dias, gerando sempre novas possibilidades de arranjos de ocupação.

Um exemplo de preocupação, por parte dos trabalhadores informais, em ocupar pouco espaço da calçada, a fim de facilitar a circulação dos pedestres, pode ser visto em um trecho de uma das entrevistas:

[Expliquei a minha pesquisa a A. e o fato de que cheguei até ela a partir da indicação de Jorge] [...] A desorganização também. Ali [aponta no sentido da Lagoa] é o seguinte, desde ali, seguindo a Insinuante e o Armazém Paraíba, ali embaixo é cheio de bolsa, entendeu? Aqui todo mundo tenta organizar seu cantinho. Mas os dali não colaboram, botam tudo no chão sem pensar em nada, sem deixar espaço. Se a prefeitura tá tentando organizar é para todo mundo colaborar [A Prefeitura Municipal de João Pessoa, junto com a Associação dos Ambulantes, decidiu realizar um cadastramento dos ambulantes de João Pessoa. A Rua Santo Elias é um dos pontos iniciais desse cadastramento]. Não tomar muito espaço na calçada (MÃE DE A., Percurso 1, informação verbal, 2014).

Essa preocupação, chamada pela entrevistada de “tentar organizar”, aparece vinculada à identificação e localização dos “desorganizados”. Para ela, a designação “desorganizados” está relacionada à atitude de não ter a preocupação de ocupar pouco espaço e de tentar adequar-se à ordem imposta pelos gestores – no caso, a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

O “princípio da organização” também pode ser observado visualmente na repetição do arranjo de ocupação de carrinhos utilizados pelos trabalhadores informais. Realizamos observações e registros dessa prática a partir de um ponto elevado da Praça Vidal de Negreiros (Mapa 1). Captamos imagens em curtos intervalos de tempo (das 17 às 18 horas), e, a fim de enfatizar tal prática, sobreposemos algumas linhas artificiais nas fotografias, como pode ser visto na Figura 4.

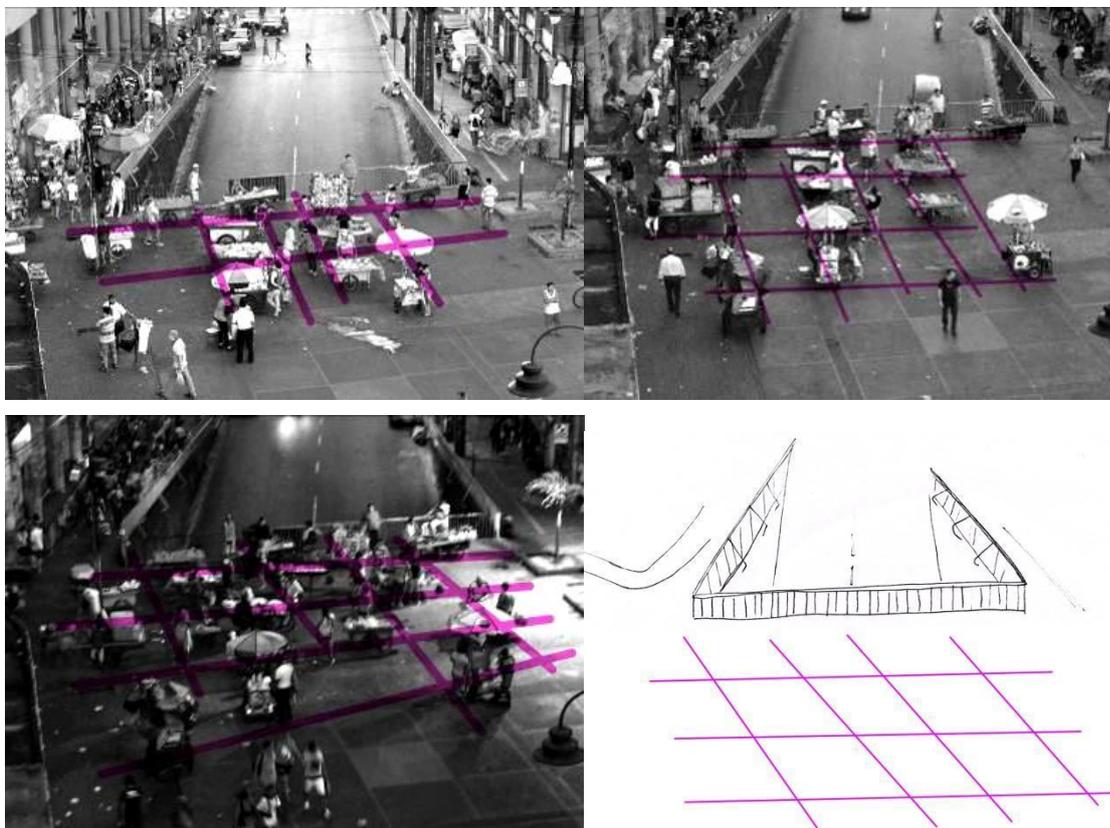


Figura 4: Organização dos camelôs na Praça Vidal de Negreiros. Fonte: Moura (2014).

Na terceira fotografia, percebemos que o número de carrinhos é superior ao da primeira; apesar disso, a disposição cartesiana, que faz alusão a um tabuleiro de xadrez, mantém-se. Tal característica pode estar relacionada ao “princípio da organização”.

A semelhança da disposição dos carrinhos com a malha urbana de uma cidade moderna e as características de organização adotadas pelos

entrevistados talvez pressuponham um discurso que veja o espaço urbano através de regras engessadas e estáticas, por exemplo, o discurso da legitimação da ocupação do lugar pelo fator “tempo” e “relações sociais”.

A esse discurso, associa-se a lógica de ocupar pouco espaço. Quase todos os entrevistados adotam alguma solução para ocupar uma pequena parcela de espaço. Um deles, J., desenvolveu uma estrutura própria para vender suas mercadorias. Ele criou um expositor pequeno que pode ser facilmente deslocado e que, ao mesmo tempo, comporta muitas mercadorias (Figura 5). Dois outros camelôs ocupam fachadas de lojas e posicionam-se ao lado das mercadorias, sempre deixando um espaço de fluxo livre para pedestres. D. segue a mesma lógica de deixar o expositor apoiado na parte externa de uma loja e ocupar pouco espaço. A adaptação dos expositores de mercadorias, a apropriação das paredes e o posicionamento dos carrinhos de forma estratégica demonstram a procura dos trabalhadores por deixar espaço de circulação para pedestres.

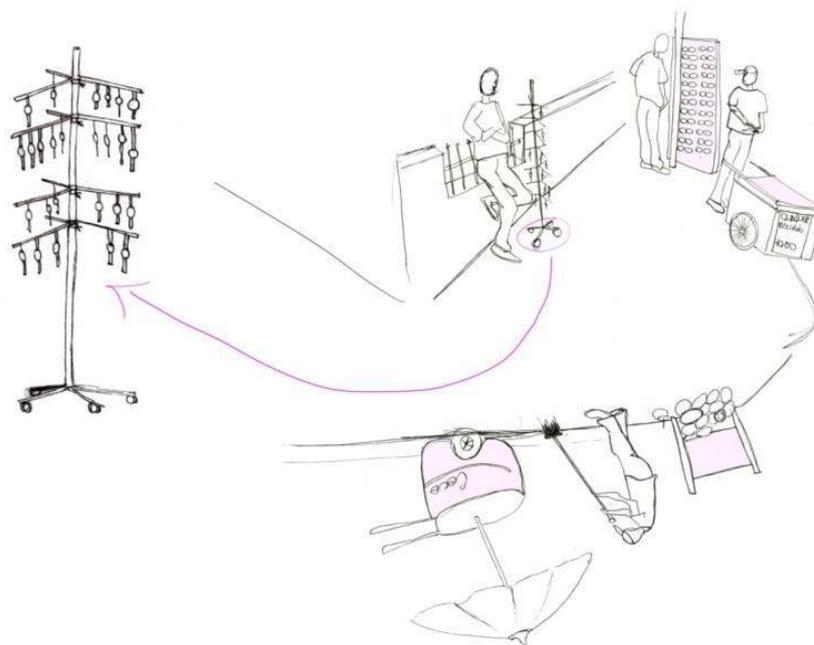


Figura 5: Representação do espaço da conversa, com destaque para o expositor de J.  
Fonte: Moura (2014).

Registramos diversas formas de ocupação das calçadas pelos camelôs. Alguns ocupam as margens da calçada, outros, o meio-fio, com as mercadorias expostas no chão ou no braço, entre outras maneiras. Ressaltamos algumas dessas formas de ocupação nas imagens a seguir:

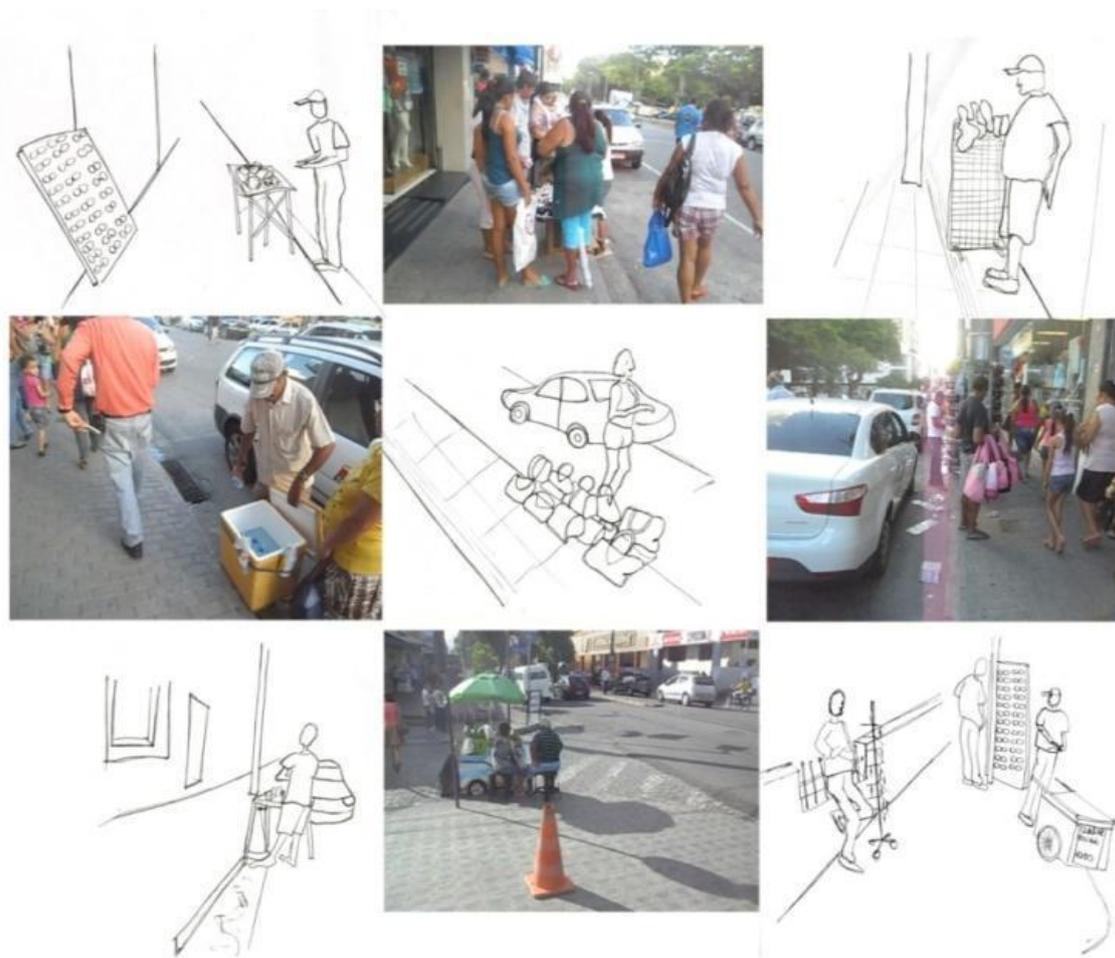


Figura 6: Formas de ocupar a calçada pelos camelôs. Fonte: Moura (2014).

Podemos afirmar que reflexões sobre a realidade do camelô – trabalhador fixo que vende na calçada, no meio-fio, na praça, na fachada de lojas,

entre outros espaços – são importantes para discussões acerca dos usos e ocupações da rua. Ratificamos tal asserção com o seguinte apontamento de Ana Clara Torres Ribeiro (2012c, p. 107): "O que acontece é que, além da leveza, temos que pensar o peso; além dos fluxos, temos que pensar os fixos [...]. O camelô tanto sai do lugar quanto busca ficar no lugar; não está somente circulando, está lutando para ficar aí, grudado no lugar".

Para pensar "os fixos" no espaço e as apropriações que realizam, devemos levar em consideração a heterogeneidade do universo dos trabalhadores de rua, as relações entre Estado e camelôs – que no Centro de João Pessoa aparecem, principalmente, como relações entre a prefeitura e os trabalhadores –, bem como as ações de apropriação que eles levam a cabo para se manter no espaço.



Figura 7: Ações de camelôs/ambulantes no Centro de João Pessoa. Fonte: Moura (2014).

Percebemos que, diariamente, o espaço é reconstruído e as formas de apresentação das mercadorias transformam-se. A ocupação e a permanência no espaço são construídas diariamente, adaptando-se quase sempre às novas exigências dos próprios camelôs e também dos poderes instituídos. É o corpo presente que afirma o espaço conquistado. Em uma fala de J., por exemplo, aparece essa constante adaptação: “Tem recuo em uma loja que tá fechada. A dona da loja não vai abrir a loja. É claro que se ela abrir a loja vou diminuir o tanto de mercadoria que coloco, mas vou continuar trabalhando no recuo” (Percurso 1, informação verbal).

Quanto à escolha do lugar de trabalho, notamos que ela é definida a partir de diversas variáveis. A principal delas é a importância do fluxo de pessoas, pois, sem o contato direto com os pedestres, não há vendas. J., por exemplo, falou da relevância do local para vender, da busca por estar dentro dos espaços que têm fluxo intenso:

Tá todo mundo aqui, todo mundo quer ganhar dinheiro. Na outra rua é fraco, na paralela [depois da entrevista circulei pela rua paralela e, de fato, o movimento de pessoas é menor, porém, alguns camelôs ali trabalham]. Só digo uma coisa, ninguém quer ficar onde não vende, onde vende é que a turma quer ficar. Ninguém quer ser deslocado pra um local vazio, todo mundo dá um jeito de se virar (J., Percurso 1, informação verbal).

Dentro da teia de relações sociais existentes entre os trabalhadores informais, há hierarquias, regras, consensos e atribuições de valores aos espaços. Há, por exemplo, o consenso de que o melhor lugar para trabalhar é aquele em que existe um fluxo de pessoas.

Observamos que a forma de permanecer e ocupar a calçada pode ser um tipo de apropriação do espaço apoiada na relação entre o formal e o informal, isto é, entre os donos de lojas e os camelôs. Consideramos essa relação como um tipo de estratégia adotada pelos camelôs com os quais conversamos. Citamos, aqui, o caso de D., que mantém uma relação de troca com um lojista: ela guarda a sua mercadoria dentro do estabelecimento e, em troca, não deixa que outro camelô se estabeleça no local. J. explicou que mantém uma relação semelhante com outro lojista. Ele ocupa um pedaço da fachada da loja, mantendo uma relação com o dono dela. A. e sua mãe também recebem o apoio de um lojista:

Aqui eu sou amiga dos donos da loja. Aqui essa dona me disse: não quero ninguém mais aqui do que você. Aí, quando vem algum outro, eu digo: Êpa! Aqui não, porque a mulher não quer nada aqui. [Perguntei se já trabalhou em outro canto]. Trabalhei também cinco anos na parede da Fininveste, porque na época eu era muito amiga da gerente (MÃE DE A., Percurso 1, informação verbal).

Na Figura 8, é possível perceber a dita cumplicidade entre as duas entrevistadas (A. e sua mãe) e o lojista. Vale salientar que as mercadorias das trabalhadoras estão dispostas na parte da fachada em que não há vitrine.



Figura 8: Expositor de óculos apoiado na fachada de um comércio, Rua Santo Elias. Fonte: Moura (2014).

Compreendemos que, para se manter nesse espaço, as entrevistadas necessitam aceitar algumas regras impostas pela relação com o lojista, como excluir a presença de outros camelôs iguais a elas.

Acerca da construção cotidiana da permanência no espaço realizada pelos camelôs, identificamos que esta é conquistada por meio de estratégias que passam, principalmente, pelo diálogo com o comércio formal, mediante a relação com os donos das lojas em que estão situados e ao lado das quais vendem suas mercadorias.

O apoio dos lojistas parece fundamental para permanecer no espaço, adaptar a ocupação e não permitir a entrada de novos camelôs. A partir dele, podem surgir "pactos", troca de favores, nos quais muitas vezes o camelô acaba servindo de vigilante da calçada onde se encontra a loja, com vistas a regular a apropriação dos espaços por outros camelôs.

Nessas relações, as mercadorias dos camelôs se confundem com as do lojista, como no caso de D. e da mãe de A. (ver Percurso 1, Mapa 1).

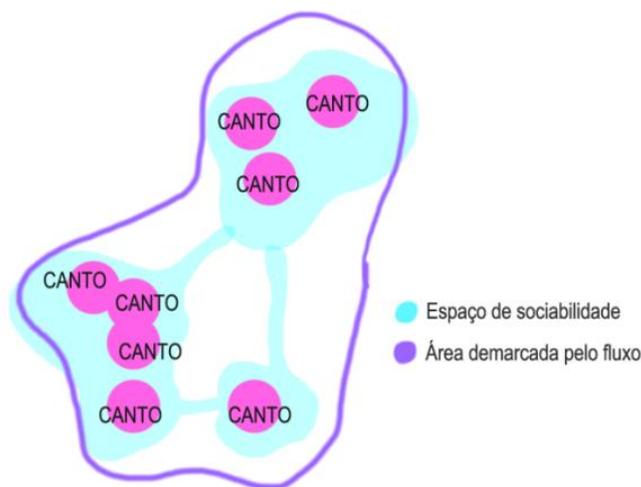
O elo entre o formal e o informal gera uma ambiguidade no que se refere às fronteiras entre esses campos. Percebemos que os espaços ocupados por camelôs, que poderiam ser caracterizados como opacos, por pertencerem a um setor marginalizado, nem sempre são invisíveis. Nesse sentido, podemos indagar: existe em tais “pactos” uma subordinação dos camelôs a uma racionalidade dominante ou esses vínculos se caracterizam por uma imbricação de racionalidades heterogêneas?

É provável que não possamos classificar a relação entre camelôs e lojistas como sendo atravessada simplesmente por uma única dimensão. Apesar da relação desigual de “forças”, os camelôs impõem certas diretrizes às “regras do jogo” das articulações com o setor formal.

Observamos, ainda, que cada camelô procura ocupar um espaço que seja “seu”. Muitos dos camelôs entrevistados designaram esse espaço como “canto”. A busca pelo espaço começa a ser identificada como a busca pelo “canto”: um lugar passível de apropriação através de diferentes ações. Nessa apropriação, há a suposição de um espaço delimitado e individual: “[...] é um querendo invadir o canto do outro [...], organizar o seu canto” (Mãe de A., Percurso 1, informação verbal). Na concepção de R., o canto é o espaço de trabalho: “Já trabalhei em todos os cantos, rodoviária, na C&A... Trabalho com óculos, chapéu... amanhã vai vir capa de celular” (R., Percurso 3, informação verbal).

A partir da observação das táticas utilizadas pelos camelôs na busca por se fixarem em “seu canto”, conseguimos visualizar, ao longo dos percursos, alguns espaços que mantêm características parecidas. Há, em primeiro lugar, um espaço descrito por eles como “bom para se localizar”, uma área demarcada pelo fluxo de pessoas, podendo ser ruas movimentadas ou trechos de praças. Como indicou J.: “Só digo uma coisa,

ninguém quer ficar onde não vende, onde vende é que a turma quer ficar” (Percurso 1, informação verbal). Dentro dessa área de fluxo, os camelôs procuram o que intitulamos de “canto”, um espaço individual propício à comercialização de mercadorias. Geralmente, um “canto” é próximo de outros “cantos”, o que o transforma em um espaço de sociabilidade e convívio diário, de alianças, de controle e fortalecimento de laços. Esquematizamos essas características de ocupação do espaço da seguinte forma:



Esquema 2: Representação da relação espacial estabelecida entre camelôs e ambulantes. Fonte: Moura (2014).

O histórico de ocupação dos espaços por alguns dos camelôs entrevistados evidencia uma relação de espaço e tempo que varia entre permanência e mudança. Alguns relataram deslocamentos para outros locais em busca de melhores condições ou em razão da necessidade de ter de sair de onde se encontravam por causa de imposições da prefeitura de João Pessoa, como

no caso de R., que ocupou diversos lugares do Centro, I. e J. Outros, por sua vez, disseram ter atuado no mesmo lugar ao longo de todos os anos de trabalho como camelô, como J., T. e D.

Um caso peculiar registrado é o de I. Atualmente, ele vende outra mercadoria, em um lugar diferente daquele em que começou a ser camelô:

[Por que você mudou para esse canto aqui?] Primeiro porque com o caldo [caldo de cana] eu não tinha um canto fixo. Agora, aqui, eu tenho. Aqui agora é meu. [Como você descobriu esse canto?] Fiquei aqui, fui ficando. Faz bem um ano que tô aqui. A mudança foi porque o churros é mais fácil de trabalhar, você não perde mercadoria (I., Percurso 2, informação verbal).

De modo diferente, R., nos 30 anos de trabalho como camelô, nunca deixou de trabalhar no Centro, mas compreende que a permanência em um lugar específico pode depender de alguns fatores, como os que se relacionam ao Poder Municipal ou mesmo ao deslocamento com as mercadorias. Isso significa dizer que o espaço ocupado é visto como “seu” por um tempo determinado:

Tem ponto fixo não. Já trabalhei em vários cantos e agora tô aqui. Porque tá mais liberado e porque a mercadoria tá muito pesada pra sair andando. E tô guardando aqui pertinho. Uma confiança. A chinesa e o chinês me deu a chave de um lugar bem grandão (R., Percurso 2, informação verbal).

Identificamos que, de modo geral, todos optam por permanecer e comercializar no Centro de João Pessoa, mesmo morando em bairros periféricos ou em outros municípios, como D.(Percurso 1), que mora em Bayeux (município da Região Metropolitana de João Pessoa), ou A. e a mãe (Percurso 1), que moram no Cristo (bairro de João Pessoa). Isso nos

faz passar a compreender o camelô e o ambulante como parte fixa e estável da rua. Certo trecho de uma das falas de T. reforça essa ideia:

[Como você vê as mudanças que aconteceram aqui nesse espaço?] Esse espaço nunca deixou de ter ambulantes, nunca. Aumentou, aumentou o desemprego, tem que arrumar a sobrevivência de outra maneira (T., Percurso 2, informação verbal).

Pensar o camelô como parte constante (fixa) da rua é também refletir sobre aspectos da insistência do camelô no espaço ao longo do tempo:

Faz 18 anos que tô aqui e faz 18 anos que tô aposentado como vigilante. Tive um acidente. Passei três meses recuperando e decidi vir vender doce aqui. Se você hoje perguntar se eu quero ficar aqui ou quero viver da minha aposentadoria, eu prefiro ficar aqui, tu acredita? Vir pra aqui todo dia. Já venho almoçado e aqui sempre foi essa loja. Mas essa aqui do lado não era, aqui era a padaria. Padaria Fluminense, que agora foi pra aquela outra esquina. [Comentei que na hora da entrevista, aproximadamente 15 horas, já havia vendido quase tudo] É, mas eu não quero ir embora, só quando dá cinco horas (T., Percurso 2, informação verbal).

Quando afirma que conseguiu permanecer, mesmo com as mudanças que ocorreram no Centro, talvez possamos fazer uma leitura no sentido de que ele é mais “fixo” que vários lojistas. O Centro é modificado, as lojas mudam de lugar, porém ele permanece no mesmo “canto”. Assim, desponta a ideia de que algumas das características dos camelôs são a insistência e a fixidez. Outra característica, relacionada às duas anteriores, é a flexibilidade no que se refere à venda de mercadorias adequadas a diferentes períodos do ano (adaptação de acordo com as demandas).

Ressaltamos que a quantidade de informações sobre mudanças urbanísticas, projetos, estabelecimentos e acontecimentos que os camelôs narraram ao longo das entrevistas demonstra intimidade com o espaço no

qual atuam, fato que nos leva a pensar, novamente, no caráter de fixidez ou de constância dos trabalhadores de rua no Centro.

Durante a realização da pesquisa de campo, uma constatação ficou evidente: camelôs e ambulantes são bastante organizados e fixos, apesar de flexíveis. Fixidez e flexibilidade se conjugam na realidade dos trabalhadores informais, sobretudo com as pressões de gestão e planejamento por parte do Estado. Na sequência, apresentaremos nossas considerações finais, retomando os caminhos e as decisões de pesquisa, bem como seus principais resultados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossas pesquisas se concentraram nas práticas urbanas, experiências espaciais e socioculturais vinculadas ao trabalho informal nas ruas do Centro histórico da cidade de João Pessoa. Representaram um esforço de aprofundamento teórico-metodológico do debate acerca da cidade contemporânea e suas dinâmicas sócio espaciais, destacando as formas de produção e reprodução dos seus espaços públicos, as quais são atravessadas pela diversidade de usos e apropriações que os trabalhadores de rua imprimem no espaço onde vivem e trabalham por meio de suas práticas e representações cotidianas.

Apoiamos nossas reflexões e alternativas de pesquisa em autores como Henri Lefebvre (2008), Michel De Certeau (1994), Ana Clara Torres Ribeiro (2009) e Milton Santos(2008), compreendidos como fundamentos do pensamento crítico sobre produção e reprodução dos espaços urbanos, sobretudo quando apontam as diversas facetas desse processo. Podemos identificar, em escala global e local, as marcas de pelo menos duas dessas facetas, a saber, uma visível, hegemônica e estratégica, e outra invisível, contra-hegemônica e tática.

Além disso, no que tange ao escopo teórico-crítico-metodológico, mantivemos um diálogo com autores mais contemporâneos, como Michel de Agier (2011), Paola Berenstein Jacques (2012a) e Ana Clara Torres Ribeiro (2012a), e também com pesquisadores brasileiros, como José Guilherme Magnani (1993), Marcele Trigueiro (2012) e Jovanka Baracuh Scocuglia (2012).

A câmera fotográfica/filmadora, os desenhos e os esquemas para registro dos percursos cotidianos de trabalho nas ruas e também o diário de bordo foram recursos/instrumentos utilizados de forma adaptada na pesquisa de campo. Emprestados da antropologia, procuramos associá-los às entrevistas, em um esforço de mescla de dispositivos de pesquisa alternativos aos modelos aplicados, em geral, nos estudos mais tradicionais de planejamento urbano. Cumpre frisar que procuramos dar voz aos sujeitos pesquisados, com o intuito de não diluí-los completamente em uma perspectiva de grupos, de uma coletividade supostamente homogênea e consensual. A partir do conjunto de informações coletadas, lapidamos os dados na tentativa de identificar temas, categorias e problemáticas referentes aos trabalhadores de rua e suas práticas cotidianas.

Consideramos importante o surgimento de discussões que estimulem a continuidade desta pesquisa a partir de novos e instigantes caminhos. Vemos, por exemplo, que há muito a ser discutido sobre o tema da relação entre o corpo e o espaço apropriado, pois é mediante a presença constante dos indivíduos no espaço que ocorre a reafirmação do espaço ocupado. No caso da nossa pesquisa, o espaço apropriado se apresentou como um espaço intermediário, isto é, nem rua nem casa, e o processo de apropriação revelou conflitos explícitos e implícitos na categoria de trabalhadores estudada e na posição deles em relação a outros segmentos da sociedade, como comerciantes, transeuntes e gestores municipais.

Independentemente da concretização desses aprofundamentos, compreendemos que a presente pesquisa contribui para reafirmar questões importantes, por exemplo, a vitalidade cotidiana do bairro do Centro de João Pessoa. A partir dela, constatamos que a expressão “fazer cidade” revela uma conjuntura de ações no cotidiano e demonstra que a cidade está em contínuo processo de construção e desconstrução. Reafirmamos neste estudo que, na lógica da apropriação e dominação do espaço, a cidade é moldada por seus habitantes criativamente e de distintas formas.

Por fim, queremos registrar que, após finalizarmos a pesquisa de campo, retornamos aos mesmos locais onde ocorreram as entrevistas e percebemos que alguns dos espaços pesquisados estavam ocupados por outros trabalhadores de rua, isto é, não mais por aqueles com os quais conversamos durante as entrevistas e observações de campo. Nesse sentido, voltamos à afirmação de Ana Clara Torres Ribeiro (2012a, p. 66), citada na abertura deste artigo: “[...] a cidade viva e experimental não morreu [...]. [A] pesar dos impactos da crise societária, esta cidade permanece ativa na tessitura do cotidiano”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE e as barracas. *A União*, João Pessoa, p. 3, 1950.

AGIER, M, *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1 a arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMISSÃO NACIONAL DE VENDEDORES(AS) AMBULANTES. Carta aberta à sociedade: dia Internacional do Ambulante. *Caros Amigos*, 14 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.carosamigos.com.br/index.php/gallery/100-outras-noticias/movimentos-sociais/3021-carta-aberta-dos-trabalhadores-ambulantes>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

JACOBS, J, *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P. B. Experiência errática. *Redobra*, Salvador, n.9, p. 192-204, 2012a. Disponível em: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9\\_Experiencia-erratica.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Experiencia-erratica.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *Elogio aos Errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012b.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LUTA por um espaço garante sobrevivência. *A União*, João Pessoa, ano CIV, n. 53, p. 3, 7, 1997.

MAGNANI, J. G. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, v. 2, jan./dez.1993. Disponível em: <[http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua\\_si](http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_si)>

mbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf>.  
Acesso em: 15 jun. 2016

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, A. S. *Trabalhar na rua: análise dos usos e apropriação do espaço por camelôs e ambulantes no bairro do Centro de João Pessoa-PB*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. C. *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p.147-156.

\_\_\_\_\_. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012a. Disponível em: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9\\_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Entrevista por Alessia de Biase. *Redobra*, Salvador, n. 9, p. 9-21, 2012b. Disponível em: <[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9\\_Alessia-de-Biase-entrevista-Ana-Clara-Torres-Ribeiro.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Alessia-de-Biase-entrevista-Ana-Clara-Torres-Ribeiro.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012c. SANTOS, M. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2008. (Milton Santos, 1).

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCOCUGLIA, J. B. C. (Org.). *Cidade, cultura, urbanidade*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.

TRIGUEIRO, M. Pacificação da cidade: A urbanidade legitimada – O caso dos espaços públicos do grand ensemble Lês Minguettes, em Lyon. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

# No rastro do *flaneur* contemporâneo: O corpo idoso e suas experiências no centro da cidade de João Pessoa.

*Marcela Dimenstein*

*Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia*

Observando o centro da cidade de João Pessoa com o intuito de investigar experiências urbanas que escapam a lógica de homogeneização e espetacularização fortemente observadas na contemporaneidade, foi possível identificar, em pesquisa concluída no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, um grupo específico de pessoas – os idosos – que flanam, usam e experimentam a área central da capital, fazendo das ruas, calçadas e praças seus locais de ver e ser vistos.

A pesquisa ocorreu entre os anos de 2013 e 2014, especificamente, nos trechos indicados na figura 01 das Ruas Duque de Caxias e Visconde de Pelotas.

Esta área é caracterizada pela grande concentração comercial e de serviços, também é espaço de shows, festas e manifestações políticas, o que lhe confere uma intensa movimentação diária de pessoas. Elegemos trabalhar especialmente nas seis praças (indicadas na figura abaixo) e no trajeto adjacente da Rua Duque de Caxias, uma vez que se configuram como espaço coletivo, de convivência, circulação e encontros, propiciando a existência de um considerável volume de pessoas nesses espaços.

Privilegiamos a pesquisa qualitativa, realizando observações de campo que possibilitaram encontrar participantes que visitavam a área

sistematicamente nos mesmos horários e, a partir de então, iniciamos as entrevistas que serão detalhadas ao longo do texto. Vale dizer que neste artigo, só será possível trazer o conteúdo das observações e relatos de forma condensada<sup>1</sup>.

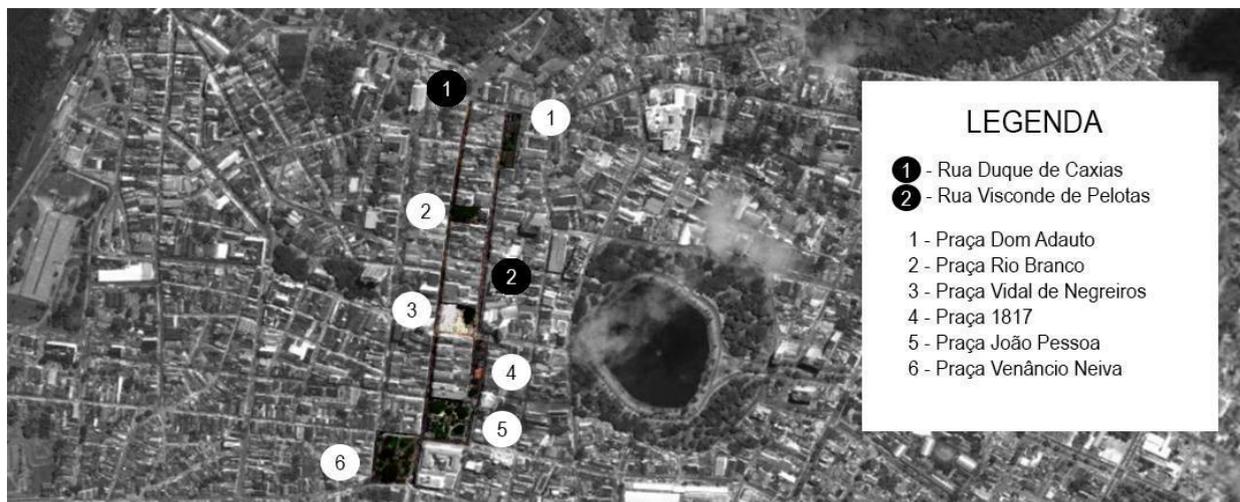


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo. Fonte: Dimenstein, 2014.

Nosso estudo está fundamentado em três questões principais que contribuem para o entendimento do porquê estudar os idosos no centro de João Pessoa, assim como na contextualização da discussão acerca da cidade contemporânea e suas contradições evidentes nos espaços

---

<sup>1</sup> Caso o leitor se interesse pelo tema, o estudo completo pode ser encontrado na dissertação da autora: DIMENSTEIN, Marcela. **Experiências Urbanas de Idosos no Centro de João Pessoa**. João Pessoa: UFPB, 2014, 132p. Dissertação. UFPB, João Pessoa, 2014.

públicos. Seriam eles: experiência da alteridade, memórias urbanas e novos modos de apreensão da cidade.

Atualmente, podemos ver discussões políticas e projetos urbanos contemporâneos que visam, sobretudo, construir uma imagem de cidade homogênea e pacificada tencionando atrair capital mercantil. Como consequência, as imagens construídas para nossas cidades se tornam cada vez mais parecidas, uma vez que elas precisam seguir um modelo de urbanismo internacional extremamente homogeneizador, imposto pelos seus financiadores multinacionais (JACQUES, 2004).

Autores como Simmel no texto clássico "As grandes cidades e a vida do espírito" (1903)<sup>2</sup>, bem como Walter Benjamin em seus ensaios da década de 1930, reunidos em recente publicação de 2012<sup>3</sup> e, posteriormente, Henry Lefebvre em "O direito à Cidade" de 1968<sup>4</sup>, anunciavam essas mudanças na experiência urbana e seus efeitos sobre o comportamento e a vida psíquica dos cidadãos. Hoje, extensivos às cidades médias como João Pessoa.

---

<sup>2</sup> Publicado no Brasil, ainda na década de 1960, com o título "A metrópole e a vida mental" como parte do livro de Otávio Guilherme Velho (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-28. Tradução de Sérgio Marques dos Reis.

<sup>3</sup> Dentre os quais destacamos os ensaios: Experiência e Pobreza de 1933, O Narrador de 1936 e A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica de 1935/1936. Esses textos podem ser encontrados em BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

<sup>4</sup> LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução de Rubens Eduardo Frias – Le Droit à la Ville de 1968.

Grandes cadeias de fastfood, shoppings centers, condomínios fechados, dentre outros, têm sido retomados na crítica de uma sociedade cada vez mais baseada na lógica do consumo, da impessoalidade e do “dinheiro”. Autores como Caldeira (2000), Jacques (2004), Bauman (2009), dentre outros, afirmam que essas paisagens na cidade produzem e reproduzem modelos marcados por grandes distâncias, dependência do automóvel e megaempreendimentos, evidenciando como a escala do homem e do pedestre está sendo perdida e como o espaço público não vem sendo resguardado enquanto lugar de encontro e de interação entre os indivíduos.

Nesse sentido, a experiência urbana da *flanerie* pela cidade também estaria em extinção. Jacques (2012) coloca que os que tiveram oportunidade de observar grandes modificações em uma cidade expressam tanto fascínio quanto estranhamento ao vê-las, bem como por ter seus hábitos do passado transformados por uma cidade modernizada.

Essa experiência da modernidade, de flunar pela cidade, está presente nos textos e análises de Benjamin (2004), que se encanta pela obra de Charles Baudelaire e pela sua recriação da figura mítica do *flaneur*. Em meio a Paris do final do século XIX, esse personagem ambíguo, ao mesmo tempo que faz parte do contexto urbano, também faz uma crítica contundente desde a efetivação prática das grandes reformas urbanas – como a abertura dos *Boulevares*, negação da cidade antiga com seus becos e recantos que só eram acessíveis por pedestres, e também a ordenação e o controle reformadores do espaço público – até a expulsão de habitantes, imposição de costumes, aumento da velocidade e empobrecimento da relação entre corpo e cidade. Ele busca experimentar e vivenciar a cidade em transformação, observando enquanto caminha tranquilamente pelas ruas, apreendendo cada detalhe, sem ser notado, sem se inserir na paisagem.

João Pessoa não foge à regra, e mesmo considerando suas especificidades, podemos identificar na capital paraibana muitos dos problemas encontrados em cidades maiores e mais desenvolvidas econômica e territorialmente.

O discurso promovido internacionalmente de valorização e recuperação de uma cidade mais segura e tranquila, com melhores espaços públicos, com formas de moradia e de lazer coletivas já fazem parte da lógica mercadológica adotada pelas empresas que fomentam a criação desses espaços - shoppings e condomínios fechados, etc. Eles acabam se tornando cada vez mais valorizados mediante a imagem que é veiculada pela mídia.

Assim, as noções de produção do espaço e reprodução das relações sociais de produção, propostas por Henri Lefebvre (2001, p. 57) são de fundamental importância nesse trabalho. O autor aponta que produzir é criar algo que não existia antes da atividade produtora, nos lembra que a cidade tem uma história, é obra de pessoas e grupos bem determinados que realizaram essa obra em determinadas condições históricas. Então, a produção e reprodução da cidade (LEFEBVRE, 2001) ocorrem por meio das práticas humanas e se manifestam na apropriação ou não dos dispositivos socioespaciais no espaço.

Henri Lefebvre (2001) e Ana Fani Carlos (2004) ressaltam que a noção de produção e reprodução é um processo real e amplo que está ligado ao plano econômico, colocando a cidade em meio ao mundo da mercadoria e da generalização da troca, mas também abarca outras categorias de análise que iluminam as realizações da vida, o cotidiano e as práticas socioespaciais. Apontam que a nova lógica de produção/reprodução espacial apresenta como tendência a destruição de diversos referenciais urbanos. A incessante busca do novo, com novas formas urbanas que se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia,

revelam uma paisagem em constante mutação, gerando relações conflituosas de estranhamento e de identidade na população.

Nesse processo, a perda dos referenciais urbanos fragmenta a memória individual e coletiva, uma vez que elementos conhecidos na paisagem das cidades desaparecem, levando marcas do passado histórico e provocando estranhamento, não só pela mudança das formas, mas também porque produzem novas relações sociais, mudando todo um contexto de vida.

Como consequência, a valorização do passado das cidades se tornou uma tendência em diversos locais, tanto como uma forma de confronto à instantaneidade e homogeneidade do espaço urbano em âmbito internacional, quanto por ser uma maneira dos próprios responsáveis pelos projetos criarem cenários e espetáculos a partir de eventos culturais.

Neste artigo, encaramos a memória urbana como sendo um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar e queremos explicitar a importância de se tratar da memória de idosos. Nossas pesquisas indicam que os idosos são personagens importantes na produção e reprodução das cidades, uma vez que testemunharam e construíram as suas histórias e, nessa perspectiva, podem ser considerados agentes que contribuem para os estudos e pesquisas relacionados a ela. Através de suas memórias é possível desvendar elementos relativos ao passado, à cultura e aos afetos de um local, principalmente quando se leva em consideração os aspectos ligados ao cotidiano do presente e do passado.

No que diz respeito ao processo de “revitalização” e valorização do patrimônio cultural de João Pessoa representado pelas intervenções recentes em seu centro histórico, Scocuglia (2006) aponta que tiveram início em 1987, sob o olhar estrangeiro, com o Convênio Brasil/Espanha de Cooperação Internacional em um momento de valorização do

patrimônio cultural como estratégia de desenvolvimento econômico, mediante políticas voltadas para o turismo em nível nacional e internacional. E foi em meio a reinvenção da figura do centro histórico na capital paraibana que houve a atração de uma população local e turística para a área. A autora nos alerta:

(...) a dinamização cultural do entorno estimulada e financiada pelos órgãos públicos, bem como o cenário formado pelas fachadas ecléticas do casario reformado, mexeram com a autoestima dos pessoenses, reativaram memórias da cidade, tradições locais e geraram práticas culturais e sociabilidades, algumas efêmeras, outras mais duradouras. Mas acima de tudo, deram visibilidade, até por contraste, ao estado de degradação do patrimônio edificado e natural, assim como aos problemas que afetam esta área e seus usuários, em especial, a população de baixa renda e a imagem de marginalidade que a estigmatiza (SCOCUGLIA, 2006).

São nessas circunstâncias que esse outro lado do cenário adquire relevância. É a partir do momento em que se busca esconder tensões, dissensos e a experiência de alteridade nas cidades que os caminhantes ganham mais visibilidade e se constituem como um símbolo de resistência à homogeneização e padronização da cidade contemporânea. Esses caminhantes são os praticantes ordinários das cidades, inspirados nas palavras de Michel de Certeau (1990). Como bem mostra esse autor, esses praticantes e/ou transeuntes, organizam e atualizam um conjunto de possibilidades e proibições do espaço, pois as idas e vindas, as variações ou improvisações da caminhada, privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais existentes, desacordando e interrompendo processos esperados e programados do cotidiano.

Podemos perceber que hoje os processos urbanos já não são mais passíveis de serem enquadrados em um modelo único e diversos profissionais das mais variadas áreas do conhecimento (dança, história, antropologia, arquitetura, urbanismo, sociologia, geografia, psicologia, etc.) estão em busca de novas formas de apreender as cidades através de diferentes olhares e sentidos dados a elas.

Podemos ver em recentes publicações e eventos de âmbito nacional e internacional, a exemplo do ENANPUR<sup>5</sup> (2015), do Corpocidade<sup>6</sup> (2014) e do Urbicentros<sup>7</sup> (2013), a existência de pesquisadores que buscam abandonar os cânones das pesquisas urbanas e iniciar outra prática ligada à estética e à adaptação da prática etnográfica, inserindo a visão do pesquisador atento às diferenciações no exercício investigativo, aberto à espontaneidade e às práticas da rua.

Autores como Nelson Ferreira dos Santos (1985), Francesco Careri (2009), Ana Clara Torres Ribeiro (2010), Jean Paul Thibaud (2012), dentre outros, além de discutirem as experiências urbanas contemporâneas, tratam de novos métodos de análise e estratégias de investigação questionando os limites das ferramentas tradicionais de

---

<sup>5</sup> O Encontro nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) ocorre bianualmente e está na sua 16ª edição. No ano de 2015 ocorreu no mês de maio na cidade de Belo Horizonte (MG).

<sup>6</sup> O Encontro bienal Corpocidade está na sua 4ª edição e ocorre na cidade de Salvador (BA). Está vinculado às atividades dos grupos de pesquisa Laboratório Urbano (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA).

<sup>7</sup> O Seminário Internacional Urbicentros é um desdobramento do programa DINTER-CAPES [Doutorado Inter institucional] realizado entre os Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal da Paraíba com a colaboração de uma rede de Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da região Nordeste do Brasil.

pesquisa, como também buscam aproximar o pesquisador da própria vivência na cidade.

No caso deste artigo, procuramos identificar rastros dos praticantes da cidade, com destaque para os idosos que flanam nos espaços públicos do centro de João Pessoa. Com isso, intencionamos problematizar em que medida os idosos têm oferecido resistência à padronização e à espetacularização referidas a partir de um modo próprio de experienciar a cidade, local em que eles mantêm traços de antigos costumes e tradições, reinventando-os no tempo presente.

### **O IDOSO E A FLANERIE NO CENTRO DA CIDADE**

O centro, além da sua importância histórica como lugar de memória, detentor de um valor patrimonial e arquitetônico, é também o principal setor comercial e de serviço da cidade, que atrai muitas pessoas para a região. Este fato o configura como um lugar de diferentes experiências da vida social e onde é possível encontrar, em sua grande maioria, personagens que ativam a cena urbana cotidiana com diversas dinâmicas e nos mais diversos espaços.

Vale ressaltar que no decorrer do século XX, o centro passou por várias transformações que aliadas à expansão da cidade e à generalização apressada de decadência, gradativamente, modificaram o seu perfil original de uso e ocupação, reduzindo significativamente os espaços residenciais, enquanto se reafirmava como lugar de comércio e serviços. Entretanto, segundo os dados coletados pelo IBGE 2010, em relação aos outros bairros, o centro ainda detém o maior percentual de idosos, acusando 20,49% da população da cidade.

Correa (2009) afirma que mesmo com as mudanças na dinâmica de uma região e nos costumes de uma população, ainda se nota nos idosos a sensação de estranhamento e saudosismo frente a tantas alterações no

espaço. Essa realidade ainda pode ser encontrada no centro de João Pessoa, local de moradia e convivência de uma população idosa que criou raízes e vínculos de trabalho, lazer e afetos.

A forte relação existente entre o grupo de idosos participantes do trabalho e o centro da cidade assume uma importância fundamental, pois apesar da área sofrer um processo de esvaziamento residencial por segmentos de classes médias e elites locais, ainda é possível encontrar parte da população que remonta aos seus tempos enobrecidos do início até meados do século XX, embora já envelhecida, e com boa parte dos familiares migrados para outros bairros da cidade.

Muitos dos que ali vivem e frequentam referenciam o centro como um lugar de boemia e da noite, mas essa representação sempre vem acompanhada do sentimento de pertencimento ao lugar, da tradição e da afetividade. Outro ponto de destaque identificado em nossas pesquisas é que este público frequentador, agora com diferentes posturas corporais e mudanças nas suas competências motoras, acaba revelando novos pontos de vista dos espaços, uma vez que estes são capazes de colocar o corpo mais frágil em situações de desvantagem e reforçam suas deficiências. Então, atividades básicas como caminhar nas ruas e se sentar nos bancos podem trazer novas percepções e experiências dos lugares.



Figura 2: *Flaneurs* bem vestidos, agora envelhecidos e com competências motoras comprometidas, circulando e observando o movimento da Praça Vidal de Negreiros, 2013. Fonte: Dimenstein, 2014.

Com o tombamento do Centro Histórico de João Pessoa pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no final de 2007, foram liberadas verbas tanto pelo Instituto quanto pela Prefeitura para a realização de obras pontuais de requalificação de praças, calçadas, mobiliários e edifícios que se apresentavam em estado de precariedade. As praças receberam uma atenção especial, tendo 09 das 11 praças existentes na área recuperadas em sua estrutura física básica, particularmente os bancos, canteiros, luminárias e revestimentos de piso.

Entretanto, mesmo com a notável melhoria da estrutura física em várias dessas praças, a grande quantidade de idosos revelou diversas situações que foram esquecidas durante as reformas. A ausência de manutenção

dos pisos, a existência de bancos sem encostos, a falta de sombreamento e as mudanças bruscas de níveis na calçada, dentre outros, são fatores que influenciam na atração de uma parcela de idosos *flâneurs* de um local a outro.

A adequação climática foi um fator decisivo para um dos participantes de 82 anos. Religiosamente pela manhã gosta de ficar na Livraria do Luiz<sup>8</sup>, local climatizado com ar condicionado e, às vezes, após o pôr do sol se dirige a uma das praças para encontrar os amigos.

Dessa forma, acredita-se que as obras de requalificação poderiam ter sido otimizadas através de um estudo mais aprofundado sobre o contexto que estão inseridas, suas particularidades, as memórias que guardam, bem como o público que ali está.



Figura 4, 5, 6 e 7 – Muletas e bengalas são elementos auxiliares comuns dentre os idosos. A forte incidência do sol na pele e nos olhos lhes obriga a se proteger, 2013. Fonte: Dimenstein, 2014

---

<sup>8</sup> A Livraria do Luiz está localizada na galeria Augusto do Anjos, na Praça 1817, Centro. Foi fundada na década de 1970 e ainda hoje atrai um público frequente, principalmente para encontros e bate papos.

## **EXPERIÊNCIAS URBANAS QUE NOS TRAZEM OS *FLANEURS* IDOSOS**

Partimos da premissa que essas novas intervenções “revitalizadoras” escamoteiam dissensos nas cidades. Evidenciamos diversas interfaces do processo de resistências urbanas e das relações entre o urbanismo e o corpo. Detemo-nos, assim, nos aspectos que se revelam sobre as experiências urbanas no centro da cidade, baseando-nos em observações e relatos do grupo de idosos entrevistados.

O primeiro aspecto da experiência urbana da *flanerie* na área central está marcada por um claro desequilíbrio entre homens e mulheres. A grande maioria das mulheres estava sempre em trânsito e as poucas vezes que estavam desfrutando do espaço, sentadas e conversando, ocorriam mediante a realização de algum evento promovido pela Prefeitura, como por exemplo, as feiras de artesanato ou de flores. Este, certamente, foi um fator decisivo que marcou a predominância de homens dentre os sujeitos entrevistados.

Para estes grupos masculinos encontrados em nossas pesquisas, o centro sempre esteve presente em suas vidas como local de moradia, de trabalho e de diversão. Mesmo com grande parte dos entrevistados não morando mais na área, eles ainda o veem como um lugar que guarda muitas memórias, reafirma seus costumes e ainda desperta afetos.

Eu venho muito aqui. Mas antigamente era muito diferente. (...) Mas eu cheguei de vez aqui em 1972, já tinham mexido em muita coisa. Ali onde tem o Banco Bradesco era várias lojinhas, mas as coisas vão se acabando. O cinema Rex ali na Duque de Caxias, eu vinha demais. (...) Mas uma coisa que eu gostava muito e que sempre me lembro quando venho aqui era de andar de bonde. Eita, que foi um tempo bom danado! (CLEIDSON, 82 anos).

A arquitetura ali existente reflete a sociedade de uma época e está cheia de valores, de sentidos e significados que revelam fatos que os marcaram, como as residências de personalidades abastadas e importantes ou a sorveteria Canadá que se localizava em uma loja no térreo do Paraíba Palace Hotel na Praça Vidal de Negreiros<sup>9</sup>.

As várias mudanças que o espaço central sofreu ao longo dos anos acabaram por destruir vários dos referenciais urbanos, como os citados acima e, com isso, uma parte da memória foi se perdendo e em seu lugar apareceram novas formas e relações. Por exemplo, alguns idosos sabiam que em uma determinada rua havia certa edificação, entretanto já não conseguiam identificar em que posição da rua ela ficava.

Foi possível perceber que os espaços onde se concentravam mais idosos flinando eram os que possibilitavam maior contato com outras pessoas, estimulantes e propiciadores de diferentes experiências, os que tinham mais atividades ocorrendo, os com melhor localização, ou seja, que estavam perto de paradas de ônibus e dos eixos principais de circulação,

---

<sup>9</sup> A Praça Vidal de Negreiros também chamada de Ponto de Cem Réis é uma das principais praças da cidade. Está vinculada à modernização do transporte pessoense e reivindicações públicas, além de ter um entorno caracterizado por edificações de prestígio como o casario eclético que pertenceu à família dos Ávila Lins, o Paraíba Palace Hotel, o Edifício Régis e Duarte da Silveira. Está inserida entre as ruas Visconde de Pelotas e Duque de Caxias, que endereçavam símbolos da riqueza e elegância da capital, como o Cine Rex, Cine Plaza, a sede do Clube Cabo Branco, a faculdade de Direito, dentre outros. A praça foi criada em 1924, com a demolição da centenária Igreja do Rosário dos Pretos. Em 1951, passou pela segunda reforma na gestão do prefeito Oswaldo Pessoa. A terceira ocorreu na década de 1970, na gestão de Damásio da Franca, e em 1982 o mesmo prefeito realizou mudanças no local. Em 1996, a praça sofreu a quinta investida, dessa vez na gestão de Francisco Franca. Recentemente, em 2009, a praça passou pela sexta reforma (DIMENSTEIN, 2013).

os arborizados e por fim, os que despertavam mais lembranças do passado.

Aqui é bom, tem essa praça aqui, tem a João Pessoa ali, mas a gente prefere essa daqui (Praça Vidal de Negreiros). É mais animada (JOSÉ, 74 anos e ANTÔNIO, 68 anos).

Eu fico aqui no Ponto de Cem Réis (Praça Vidal de Negreiros), depois dou um passeio em outras praças, na João Pessoa, mas ali é muito parado. (PEDRO, 72 anos).

Eu gosto de ficar aqui no Ponto de Cem Reis, é onde tá o movimento. As outras praças não têm nada pra ver. Aqui sempre foi o lugar da muvuca (JOEL, 64 anos).



Figura 8 e 9 – O corpo idoso como *flâneur*. Descaso e bate papo na Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis), 2013. Fonte: Dimenstein, 2014

A maioria dos entrevistados relatou que se dirige ao centro em busca de amigos e conhecidos para conversar e passar o tempo. Os que vão necessariamente à área para trabalhar também afirmaram que nos

horários vagos sempre procuram amigos para um bate papo nas praças e estabelecimentos do bairro. Outra parcela dos entrevistados afirmou ir ao centro para passear, caminhar pelas praças e ruas, ir à livraria e, eventualmente, comprar alguma coisa que esteja faltando em casa, pagar contas ou ir ao banco. Uma mínima parcela vai diretamente ao comércio da região para comprar algo que esteja necessitando em casa.

A gente vem esperar o tempo passar aqui, passear, encontrar os amigos. De manhã eu passo lá na ferraria onde tô aposentado, dou uma olhada. Ai de tarde venho pra cá rever os amigos. A gente fica lembrando as coisas do passado (ANTÔNIO, 68 anos)

Sempre encontro muitos conhecidos. Todo mundo que passa por aqui me cumprimenta (REGINALDO, 73 anos).

Com relação ao meio de transporte utilizado, a grande maioria se locomove até o centro de ônibus. Os participantes que moram no centro ou em bairros vizinhos fazem seus percursos a pé, desfrutando da paisagem e do movimento existente. Apenas uma minoria se utiliza do carro: os que conseguem carona, os que vão rapidamente resolver suas necessidades no comércio e um dos participantes que trabalha na área.

No que diz respeito à frequência dos participantes na área, a grande maioria afirmou ir ao centro de segunda a sexta em algum período do dia. Os que trabalham como ambulantes geralmente vão no período da manhã, já os que trabalham em órgãos públicos frequentam as praças apenas nos horários de almoço e após o expediente. Os que trabalham com o comércio local estão sempre no centro, de segunda a sábado até o final do horário comercial, e às vezes no domingo de manhã. Já os aposentados em geral não têm um horário fixo, alguns preferem ir pela

manhã, alguns no começo da tarde e outros no final da tarde/ início da noite.

Quanto às atividades realizadas no centro, identificamos respostas variadas. Muitos gostam de ficar sentados nas praças conversando, reencontrando amigos e/ou fazendo novas amizades. Alguns gostam de passear pelas ruas, caminhar, ver o movimento, ir às livrarias, no Camelódromo, nas bancas de jornais, tomar um café com os amigos, um caldo de cana com pastel em um antigo bar da área. Outros aproveitam para ir ao banco, lotéricas e comprar algo no comércio local. Um dos participantes chegou a dizer que utiliza a orla da Lagoa<sup>10</sup> para fazer exercício físico. Outro falou que alguns dias da semana frequenta as discussões sobre atualidades e política na Livraria. Uma das entrevistadas que mora no centro, vai com frequência em mercadinhos, mercearias e farmácias. Existem os que trabalham no espaço como ambulantes. Outros entrevistados relatam que frequentam ou já frequentaram os eventos existentes nas praças.

Eu venho todo dia conversar com amigos no Ponto de Cem Réis e na livraria. Faço feira, aproveito pra comprar algo que está faltando em casa, tem tudo aqui por perto (LÍGIA, 76 anos).

Eu fico mais aqui, às vezes eu vou no banco, mas eu gosto de ir ali em um bequinho onde tem a livraria. Eu passo na livraria do Luiz quase todo dia (JOSIAS, 72 anos).

---

<sup>10</sup> O Parque Sólon de Lucena, também conhecido como Lagoa é um dos cartões postais da cidade. Está a apenas 2 quadras das Ruas Visconde de Pelotas e Duque de Caxias, onde se localiza a Praça Vidal de Negreiros.



Figura 10 – Sequência de fotos de senhor flinando pelas praças e ruas sem nenhum objetivo específico, 2013. Fonte: Dimenstein, 2014

Quanto às reformas recentes que ocorreram no centro, houve unanimidade entre os informantes em reconhecer as melhorias na infraestrutura física no espaço. Alguns ponderaram que a configuração atual estava ótima, outros declararam não terem notado mudanças. Poucos avaliaram ruim ou péssimo. A grande maioria sugeriu mudanças e acréscimos para que o espaço ficasse mais apropriado para eles, como abertura de banheiros públicos, concerto de pisos quebrados, implantação de mais árvores, bancos mais confortáveis, etc.

Todos eram frequentadores centro antes das reformas ocorridas em 2009 pela Prefeitura Municipal. Porém, os que começaram a frequentar o centro após as reformas de 1970 declararam que agora está bem melhor que antes, mas os que frequentavam o espaço antes da reforma de 1970 apontaram que esta (de 1970) nunca deveria ter ocorrido, pois visava resolver problemas que acometiam a área criando um viaduto sob a Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis), recortando o espaço e gerando passagens de nível entre a Cidade Baixa e o Parque Solón de Lucena.



Figura 11 - Desenho ilustrativo de trecho de entrevista com idoso. Calças de linho rasgadas após sentar-se nos novos bancos de concreto inseridos pela Prefeitura no Ponto de Cem Réis. Fonte: Dimenstein, 2014.

Os assuntos que mais renderam conversas entre os *flaneurs* entrevistados e a pesquisadora se relacionaram aos transportes de antigamente, como o bonde, as marinetes e os carros. Relataram práticas de lazer como os cinemas, as sorveterias, as festas e carnavais, etc. Comentaram dos seus trabalhos, de suas casas, famílias, da segurança, das gestões públicas, dos colégios, da igreja e da história da cidade.

Eu vinha sempre ao cinema e trazia uma namorada ou vinha só mesmo. Era muito bonito. Vinha comer muita pipoca. Tinha muito pipoqueiro. Tinha algodão doce...Eu só vivia no Ponto de Cem Réis antigamente e também na lagoa porque era o ponto mais animado da época, sempre tinha gente dançando e música nas esquinas. Adorava assistir (SEVERINO, 60 anos).

Na Festa das Neves antes tinha uma missa e depois que acabava a missa, tinha um palco montado na frente da igreja. Na General Osório tinha várias barraquinhas com cachorro quente, até o pavilhão do chá. Eu tomei muita cachaça na bagaceira, era muito bom, mas não tinha nada de bagaceira ali não, era um pessoal muito arrumado (JAIR, 60 anos).

Na festa das Neves, era muito animado, tinha muita paquera. Os homens passavam de um lado e as mulheres no meio. Hoje não é quase nada né!? Antigamente eram 10 dias (LÍGIA, 76 anos).



Figura 12 – Desenho ilustrativo de moças andando pela Rua General Osório durante a Festa das Neves (antigamente) em clima de paquera. Fonte: Dimenstein, 2014.

Certa nostalgia se revelou na ideia unânime de que os tempos de hoje não são mais como os de antes em nenhum dos aspectos citados acima. Lamentam que seus netos nunca saberão como eram saudáveis e divertidas as Festas das Neves<sup>11</sup> e os carnavais. Que a cidade hoje não tem a segurança de antes, e que as pessoas não podem apreciar tão bem a vida como se fazia antigamente.

---

<sup>11</sup> A festa é uma homenagem religiosa à padroeira da cidade de João Pessoa, Nossa Senhora das Neves. Acontece na Rua General Osório, onde está situada a Basílica de Nossa Senhora das Neves que é paralela a Rua Duque de Caxias.

Sem dúvida a sensação de insegurança e a violência urbana vem influenciando na maneira como esses idosos usam e se movimentam na área central. Assaltos e agressões foram relatados como motivos da não permanência na área pela noite, o que compele os entrevistados a voltarem para casa enquanto existe movimento nas ruas e nas paradas de ônibus.

Logo, o que vemos aqui é um grupo de pessoas que diariamente têm que se adaptar ao mundo contemporâneo e criar referências que os ajudem a preservar suas identidades. Destacamos alguns obstáculos que estão presentes no dia a dia desses participantes e que poderiam ser encarados como desestimulantes para muitos. Entretanto, flanam na cidade e resistem às perdas de referência e ao isolamento socioespacial.

Resistentes, esses *flaneurs* necessitam resguardar o local que residem ou residiram, onde se divertiram, sofreram, trabalharam e circularam diariamente. Todos declararam que mesmo com todas as mudanças pelas quais o centro passou, este ainda lhes desperta muitos afetos e lembranças. Afirmaram que enquanto puderem ir até a área, irão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, retomamos a hipótese inicial desse trabalho para indicar a possibilidade real de uma *flanerie* de idosos no centro da cidade de João Pessoa. Ou seja, observamos a existência de experiências urbanas que escapam à lógica de homogeneização e espetacularização marcantes na contemporaneidade, tendo o idoso *flaneur* como importante elemento para a vitalidade e diversidade dos centros urbanos.

Podemos dizer que em meio ao contexto de mercantilização e espetacularização urbana contemporânea, um outro lado do cenário adquire relevância. Encaramos as experiências de *flanerie* no centro como uma forma desviante à problemática do empobrecimento da ação urbana

e da perda da corporeidade nos espaços públicos. Os idosos observados e entrevistados são personagens que resistem à pacificação urbana de forma anônima e dissensual, muitas vezes ultrapassando dificuldades e grandes distâncias para ativa-lo com as mais diversas práticas.

A imprescindibilidade desse público na área central se torna clara, pois sua presença nas ruas, calçadas e praças, além de trazer dinamismo ao espaço público, o colocam em visibilidade, evidenciando a necessidade real de projetos de intervenções/requalificações apropriados através de um estudo mais aprofundado sobre o contexto, suas particularidades, a memória que guardam, dando voz aos praticantes da cidade, observando as formas de usar e se apropriar diversificadas.

Com esse trabalho exercitamos e testamos novas ferramentas metodológicas de pesquisa de campo da Arquitetura e Urbanismo, nos aproximando dos instrumentos de investigação da antropologia e da sociologia, bem como foi possível um maior reconhecimento do papel importante dos idosos na construção de pontes entre o presente e o passado das cidades, suas relações com o tipo de espaço público instituído pela gestão pública contemporânea. Identificamos a urgência da incorporação dos desejos, atitudes, afetos e comportamentos dos praticantes da cidade nos processos de planejamento e de intervenção urbana.

Reafirmamos a necessidade urgente de revermos os instrumentos de pesquisa e de planejamento no campo da arquitetura e do urbanismo diante das novas dinâmicas socioespaciais e a importância de uma maior inserção de praticantes no processo projetual em áreas urbanas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2009.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire - um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CALDEIRA, Tereza P. do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CARERI, Francesco. El Caminar como práctica estética. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CERTEAU, Michel. Caminhadas pela Cidade. In: A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, Petrópolis, 1990.

CORREA, Mariele Rodrigues. Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIMENSTEIN, Marcela. Experiências urbanas de idosos no centro de João Pessoa. João Pessoa: UFPB, 2014, 132p. Dissertação de mestrado. UFPB, João Pessoa, 2014.

DIMENSTEIN, Marcela; ANDRADE, Patrícia; BARROS, Amaralina. Relações espaço público x privado: O caso do Ponto de Cem Reis. In: Anais IV Seminário Internacional Urbicentros: invisibilidades e contradições do urbano. João Pessoa: Editora Universitária, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e Contagem populacional 2010. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/indicadores\\_sociais\\_municipais.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf)>. 2004. Acesso em 04/06/2013.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. In: Cadernos PPGAU/UFBA, Territórios urbanos e Políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, Henri Pierre; Jacques, Paola Berenstein (Org.). Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de Tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: BRITTO, Fabiana Dultra; Jacques, Paola Berenstein (Org.). Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança De Sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, Fabiana Dultra; Jacques, Paola Berenstein (Org.). Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord). Quando a rua vira casa. São Paulo: ed. Projeto, 1985.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. [orig. al. 1903]. Trad. L. Waizbort. In: SciELO, São Paulo, out. 2005. Disponível em <

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci\\_arttext#back1](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext#back1)>. Acesso em 25 de out. de 2015.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C.; CHAVES, Carolina; LINS, Juliana. Percepção e Memória da cidade: O ponto de Cem Réis. In: Portal Vitruvius, São Paulo, set. 2006. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.068/393>>. Acesso em 10 de fev. de 2013.

THIBAUD, Jean Paul. Por uma gramática geradora das ambiências. In: SCOCUGLIA, Jovanka B. C. (Org.). Cidade Cultura e Urbanidade. João Pessoa: UFPB, 2012.

